

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia
relacionadas com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo (pós 15/06/2008)
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Maggi desafia índios e licencia hidrelétricas – Bernardo de Mello Franco - O Globo – Capa – 01/06/2008	6
De Maggi.gov para Maggi.com - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 01/06/2008	6
Disputas por terra acirram conflitos indígenas - Soraya Aggege – O Globo – O País – 01/06/2008.....	9
Jaime Amorim contesta filme sobre o movimento – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008	10
Incra cadastrará famílias da nova ocupação do MST – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008	11
Frente contra trabalho escravo será lançada nesta quarta-feira – Sítio Eletrônico da Contag - 03/06/2008.....	12
Criação de Frente contra o Trabalho Escravo – Sítio Eletrônico da CPT – 03/06/2008	12
Pronera amplia educação nos assentamentos – Sítio Eletrônico do MDA – 03/06/2008	13
Criminalização dos movimentos sociais é debatida na UFC – Sítio Eletrônico do MST – 04/06/2008	14
Incra investiga terras de estrangeiros no Amazonas – Sítio Eletrônico do MDA – 05/06/2008	14
Incra pode cancelar o registro de terras de sueco – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008	15
Fazendeira é condenada por trabalho escravo – Luiz Francisco – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008.....	16
Operação liberta quatro homens em fazenda – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008	17
Mato Grosso tem maior área registrada por estrangeiros – Fernanda Odilla e Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2008	17
Investimento externo eleva preço da terra – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2008	19
Mato Grosso possui maior área em nome de estrangeiros – Sítio Eletrônico da CPT – 09/06/2008.....	19
Números – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 09/06/2008	20
Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de maratonista – Sítio Eletrônico do MST – 09/06/2008	21
Encontro reunirá entidades para discutir questão agrária em Curitiba – Sítio Eletrônico do MST – 09/06/2008	23
Jornada Nacional de Luta da Via Campesina – Sítio Eletrônico da CPT – 10/06/2008	24
Trabalhadores vão ao Incra reivindicar liberação de recursos – Sítio Eletrônico da Contag - 11/06/2008.....	24
Ações da Via Campesina em todo o país – Sítio Eletrônico da CPT – 11/06/2008.....	25
Jornada continua mobilizando trabalhadores – Sítio Eletrônico da CPT – 12/06/2008	27
Sem-terra invadem e depredam pelo país – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2008	29
Entidade reúne associações e a Igreja Católica – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2008	30

Via Campesina divulga projeto para o desenvolvimento do campo brasileiro – Sítio Eletrônico do MST – 11/06/2008	31
Via Campesina denuncia agronegócio e ação de empresas em 13 estados – Sítio eletrônico do MST – 11/06/2008	37
Governo promete novo contrato para cortador de cana - Assis Moreira – Valor Econômico – agronegócios - 11/06/2008	41
Via Campesina divulga projeto para o campo brasileiro – Sítio Eletrônico da CPT – 12/06/2008	41
Ativismo transgênico – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 12/06/2008	45
Sem-terra fazem novas invasões em 5 estados – Flávio Freire – O Globo – O País – 12/06/2008	46
MST mantém ocupações no país – Valor Econômico – Brasil - 12/06/2008.....	47
MST invade fazendas de ex-governador da Paraíba – O Globo – O País – 14/06/2008	48
Ações da Jornada Nacional de Luta – Sítio Eletrônico da CPT – 13/06/2008	48
Agronegócio atrai R\$ 1,5 bi ao oeste da BA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008	50
Produtores querem industrialização na região – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008	51
Boom concentra riqueza e leva empresários à política – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008	52
Brasileiro liga MST a violência e coragem - O Globo – Capa – 15/06/2008.....	54
Ibope: MST é visto como sinônimo de violência - Soraya Aggege – O Globo – O País – 15/06/2008.....	54
O que o brasileiro pensa dos movimentos sociais - O Globo – O País – 15/06/2008	57
Movimentos se defendem – O Globo – O País – 15/06/2008.....	57
Política dúbia de Lula prejudica, diz estudioso – O Globo – O País – 15/06/2008.....	58
Organizações proliferam em Pernambuco – Letícia Lins – O Globo – O País – 15/06/2008	59
Zona da Mata teve 40 mil sítios extintos – O Globo – O País – 15/06/2008	59

Segunda Quinzena

Deputado ruralista tenta criminalizar movimentos sociais – Sítio Eletrônico da CPT – 16/06/2008	60
Reforma agrária e assentamentos são tema de simpósio – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2008	61
Ação do MP gaúcho contra MST repete discurso anti-comunista pré-1964 - Marco Aurélio Weissheimer – Agência Carta Maior – 17/06/2008	63
MST denuncia "volta da ditadura" no Rio Grande do Sul - Marco Aurélio Weissheimer – Agência Carta Maior – 18/06/2008.....	65
O perfil dos movimentos sociais - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/06/2008	68
CNBB quer 'exportar' movimento dos sem-terra para a África - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008	69
Ativistas ocupam sede do Incra no Recife - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008.....	70
Marcada audiência no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008.....	71

Stora-Enso quer reverter decisão - Sandra Hahn – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008	72
O capitalismo e o MST – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 17/06/2008	73
Pesquisa sobre movimentos chega a resultados contraditórios – Sítio Eletrônico do MST – 17/06/2008	75
O Globo legitima violência contra trabalhadores rurais – Sítio Eletrônico do MST – 17/06/2008	77
Porteiro e enfermeiro 'fiscalizam' R\$ 382 mi - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008.....	77
Brigada Militar remove sem-terra de área próxima a fazenda invadida 9 vezes - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008.....	78
Oficiais retiram 363 sem-terra de invasão no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008	79
América Latina bipolar: os movimentos se movem - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 20/06/2008.....	79
Movimentos Sociais: a causa e o método – Roberto Malvezzi - Sítio Eletrônico da CPT – 20/06/2008.....	82
ONG critica trabalho escravo no Brasil – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2008	83
Juiz proíbe repasses do Incra em Marabá – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2008	83
Campos: MST usa botijões de gás em ato – Aloysia Balbi – O Globo – O País – 20/06/2008	83
Movimentos sociais condenam juros altos e especulação – Sítio Eletrônico do MST – 20/06/2008	84
Líderes no desmatamento ainda não seguem o exemplo – Betina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 20/06/2008.....	85
Assentados ajudam madeireiro ilegal na Amazônia, diz Minc – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 21/06/2008.....	86
MST invade dois engenhos de PE e queima carros – Folha de São Paulo – Brasil – 21/06/2008	87
MST troca a reforma agrária pelo agronegócio – Soraya Aggege – O Globo – O País – 22/06/2008.....	87
Maioria das terras é controlada pelo agronegócio – O Globo – O País – 22/06/2008	88
Estrangeiro investe mais em terras – O Globo – Capa – 22/06/2008.....	89
O apetite dos estrangeiros por terra e petróleo – Patrícia Duarte – O Globo – Capa – 22/06/2008	89
O agronegócio golpista da Argentina - Altamiro Borges – Agência Carta Maior – 23/06/2008	91
O capitalismo e o MST - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo –Espaço Aberto – 23/06/2008	94
O capitalismo e o MST – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 23/06/2008	96
Setor agrícola demitiu 700 mil pessoas em 30 anos em SP – Sítio Eletrônico do MST – 23/06/2008	97
Documentos revelam: MP gaúcho pretende "dissolver" o MST – Sítio Eletrônico do MST – 24/06/2008	98

Conselho de promotores do RS pede fim do MST – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2008.....	99
Documentos revelam: MP gaúcho pretende “dissolver” o MST – Sítio Eletrônico do MST – 24/06/2008	100
Ministério Público flagra servidão por dívida em usinas – Sítio Eletrônico do MST – 25/06/2008	101
MST vê ação para tentar dissolvê-lo – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2008	101
União vai recadastrar terras de estrangeiro - Vera Rosa – Estado de São Paulo – Nacional – 25/06/2008.....	101
Hora do MST - O Globo – Opinião – 25/06/2008	102
Acusação do MP é uma farsa, afirma dirigente do movimento – Sítio Eletrônico do MST – 25/06/2008	103
"Ameaça ao MST é golpe na democracia", afirma deputado – Sítio Eletrônico do MST – 25/06/2008	106
Somos todos diabos sem-terra - Marcelo Salles – Agência Carta Maior – 26/06/2008 .	107
Stédile nega ter atuado em invasão da Aracruz – Estado de São Paulo – Nacional – 27/06/2008	109
Avança a criminalização dos Movimentos Sociais e de suas lideranças – Sítio Eletrônico do MST – 27/06/2008	109
MP gaúcho declara MST ilegal em texto sigiloso - Soraya Aggege – O Globo – O País – 28/06/2008.....	111
Conferência pede transformação da estrutura agrária - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 30/06/2008.....	111
MST anuncia ofensiva para cobrar assentamentos no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 30/06/2008	113
Justiça Federal condena advogado da CPT – Sítio Eletrônico do MST – 30/06/2008	114

Maggi desafia índios e licencia hidrelétricas – Bernardo de Mello Franco - O Globo
– Capa – 01/06/2008

MP diz que autorização para usinas está 'cheia de vícios' governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), está no meio de outra polêmica ambiental em seu estado: ele recorreu ao STJ para poder construir cinco hidrelétricas embargadas pela Justiça Federal. O Ministério Público diz que o licenciamento “está cheio de vícios” e vai afetar o regime de águas de uma reserva indígena.

Mais quatro usinas estão em fase de projeto e já têm licença da Secretaria estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso para serem construídas pela Maggi Energia, um dos braços empresariais do governador. O repórter BERNARDO MELLO FRANCO passou a semana na terra de Maggi e conta o que viu. Páginas 3 a 8

De Maggi.gov para Maggi.com - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País –
01/06/2008

De um lado, uma das regiões mais prósperas do agronegócio brasileiro. De outro, uma reserva indígena cuja principal fonte de renda é o pedágio cobrado dos caminhoneiros que cortam seu território em alta velocidade para escoar a produção de soja. O cenário, no noroeste de Mato Grosso, é palco de uma disputa entre o governador Blairo Maggi e o Ministério Público Federal em torno da construção de um complexo de nove hidrelétricas em rios que correm para as aldeias.

As obras de cinco usinas já licenciadas pelo governo estadual estão suspensas há um mês por decisão judicial, o que já seria polêmica por si só. Mas há um componente adicional: as outras quatro usinas, em fase de projeto e também licenciadas pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, podem ser erguidas pela Maggi Energia, um dos braços do império empresarial do governador, que faturou US\$ 1 bilhão no ano passado.

O embargo à construção das hidrelétricas foi determinado pela desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão foi fruto da insistência do procurador da República Mário Lúcio Avelar, especializado em questões indígenas. Ele afirma que as obras das cinco usinas foram iniciadas sem as licenças ambientais federais necessárias e nega a validade do aval da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso.

Para o Ministério Público, qualquer obra que interfira na água que chega às reservas precisa de autorização federal.

— O processo de licenciamento estadual está cheio de vícios, e não houve estudos adequados de impacto ambiental.

Se forem construídas, as usinas vão afetar a hidrologia, o meio ambiente e a população indígena que vive às margens de um rio da Bacia Amazônica — diz o procurador, que liderou as investigações da Operação Curupira, em 2005.

“Naqueles rios não tem peixe”

Para a procuradoria da República, há conflito de interesses, já que Maggi, como governador, licencia obras de hidrelétricas — um negócio ao qual está

ligado empresarialmente. A polêmica dá novas cores a uma tensão que aflorou para todo o país em fevereiro, quando o governador contestou o pacote de ações contra o desmatamento da Amazônia anunciado pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Um dos maiores produtores de soja do mundo, Maggi questionou os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e acusou o governo de persegui-lo. Marina atribuiu a alta na devastação da floresta à expansão do cultivo de soja e denunciou pressões do governador contra suas medidas. A queda-de-braço terminou com o pedido de demissão da ministra e o recuo do governo no corte de crédito aos desmatadores.

Para o procurador Mário Lúcio Avelar, o governo estadual violou a Constituição ao descumprir a exigência de autorização do Congresso para o aproveitamento de recursos hídricos em territórios indígenas. Para os índios parecis, vizinhos das lavouras de soja de Maggi, a questão é mais prática: se as hidrelétricas forem erguidas, eles acreditam que vão perder boa parte da pesca oferecida pelo Rio Juruena, que corta as propriedades dos grandes agricultores.

— Isso vai ser um problema para muitas aldeias. Aqui dá traíra, pintado, pacu, piau e surubim. Eles vêm o lado deles, que querem energia, mas não o nosso — protesta o cacique Walter Nezoquemace, da tribo katyola-winã.

O governador, que recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a suspensão das obras das cinco hidrelétricas, diz não estar motivado por interesses empresariais. Em sua defesa, ele argumenta que as cinco usinas embargadas pela liminar são do consórcio Juruena Participações e Investimento S/A, controlado por ex-sócios da Maggi Energia. O grupo de sua família, que já tem duas hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica, em Sapezal (MT), não teria iniciado as outras quatro hidrelétricas por causa do impasse. Maggi afirma que a queixa dos índios não procede, “porque naqueles rios não tem peixe”.

— As usinas do complexo do Juruena estão fora da reserva indígena.

Os índios reclamam que, como o rio corre para dentro da reserva, eles devem ter a compensação ambiental.

Esta é a discussão: se eles têm que ter a compensação financeira e de qual valor ela seria. Os empreendedores chegaram a oferecer, mas os índios não concordaram.

Então é muito mais a questão financeira dos índios do que qualquer outra coisa — disse Maggi. Em Sapezal, na sede da Maggi Energia, funcionários da empresa informaram que os operários já abriram os acessos e derrubaram as primeiras árvores nos terrenos destinados às novas hidrelétricas do grupo. Na ação civil pública, o procurador acusa a Secretaria de Meio Ambiente de confirmar “a política do fato consumado” ao autorizar obras do consórcio Juruena já em andamento. Assim como na discussão do pacote de medidas contra o desmatamento, em que se opôs ao Inpe, ao Ibama, à Polícia Federal e a dois ministros de Estado, o governador pede pressa no veredicto.

— A Aneel já está cutucando a Maggi Energia. Se ela não começar a construir este ano, vai perder as licenças.

Então vai ter que acelerar. Por um lado, o Ministério Público fala: “Não faz nada”. Enquanto isso, outro órgão do governo fala: “Se você não quiser, eu vou tomar”. (Risos). Você fica entre a espada e a cruz — diz Maggi.

“O processo de licenciamento estadual está cheio de vícios, e não houve estudos adequados de impacto ambiental

Mário Lúcio Avelar, procurador da República - "Isso vai ser um problema para muitas aldeias. Aqui dá traíra, pintado, pacu, piau e surubim"

Cacique Walter Nezoquemace

O IMPÉRIO CRIADO PELO GRUPO MAGGI EM MATO GROSSO AMAGGI

Fundada em 1977, a empresa de importação e exportação de grãos já superou a receita das fazendas de Maggi e é considerada hoje o carro-chefe do grupo

Tem sede em Rondonópolis (MT) e controla portos, fábricas e armazéns em cinco estados: Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, São Paulo e Paraná

Atua na Bolsa de Chicago e exporta soja em grãos, farelo e óleo. É uma das donas do Terminal de Grãos do Guarujá, com capacidade para movimentar 5 milhões de toneladas de soja e derivados por ano

DIVISÃO AGRO

É a origem do império de Maggi. Controla quatro grandes fazendas e seis propriedades de médio porte em Mato Grosso.

Ex-líder mundial na produção de soja, também colhe grandes safras de milho e algodão. As principais fazendas:

- Tucunaré, Sapezal (7.833 hectares)
- Agro-Sam, Sapezal (20.371 ha)
- Itamarati Norte, Campo Novo do Parecis (47.212 ha)
- Tanguro, Querência (72.600 ha)

Produção em 2007, safra 2007/2008:

- Soja: 375 mil toneladas
- Milho: 331,5 mil t
- Algodão: 56 mil t

HERMASA - Criada há 11 anos, a Hermasa Navegação da Amazônia viabilizou o Corredor Noroeste de Exportação, que escoou a produção das regiões Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia

A soja segue via rodovia até Porto Velho, onde a Hermasa possui um porto de transbordo. Em seguida, segue em barcaças pelo Rio Madeira até o porto graneleiro de Itacoatiara (AM), às margens do Rio Amazonas

A Hermasa também tem um porto em Belém e exportou 2,5 milhões de toneladas de grãos em 2007. Sua frota reúne 73 barcaças e duas lanchas para pesquisa hidrográfica

MAGGI ENERGIA - Fornece energia para abastecer lavouras e indústrias de Maggi e de outros produtores. Ergueu duas pequenas centrais hidrelétricas em Sapezal (MT) e tem estudos para instalar novas usinas nos rios Juruena (Sapezal), Formiga (Campos de Júlio) e Saia Branca (Jaciará).

As duas usinas projetadas para o Juruena foram licenciadas pelo governo de Mato Grosso, mas estão embargadas pela Justiça. Segundo o Ministério Público Federal, elas podem inviabilizar a pesca em reservas indígenas

FONTES: Governo de Mato Grosso, Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola e Grupo Maggi

SÃO PAULO. Ataques com facões, seqüestros, ocupações de órgãos públicos. Desde o início da crise na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, pelo menos 40 conflitos indígenas já pipocaram por vários estados, inclusive fora da Amazônia Legal.

A tendência é o acirramento crescer, avaliam organizações indígenas e a própria Fundação Nacional do Índio (Funai). O motivo principal é a expansão das fronteiras agrícolas e o questionamento de direitos conquistados pelas minorias na Constituição, além da ausência do governo em áreas estratégicas, afirmam.

Por outro lado, a alegação é que o país teria terras demais para reservas e que ONGs estrangeiras estariam ameaçando a soberania nacional. Em meio ao acirramento, ganha corpo uma troca de acusações entre ONGs ambientalistas, políticos, militares, fazendeiros e até grupos tachados de ultradireita.

— Estamos numa mobilização indígena histórica. Só tivemos movimentos assim na década de 70, na ditadura e na Constituinte (88). Estamos sob muita pressão por causa do avanço das fronteiras agrícolas, madeireiras e mineradoras. Se o Supremo liberar Raposa para o agronegócio, nossas terras serão questionadas. Querem tirar o que conquistamos em 1988 — afirma o coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Sateré Maué, ou Gãp Wasay para os indígenas.

— Há uma articulação para tirar nossos direitos e nossas terras, por isso temos reagido. Quem não pode com a formiga que não assanhe o formigueiro — diz Manoel Uilton Santos, ou Uilton Tuxá, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Cerca de 200 projetos de lei tramitam no Congresso para mudar direitos indígenas. Irritam os indígenas as obras públicas de impacto próximas a reservas como a do Xingu, a precariedade dos serviços de saúde oferecidos pela Funasa, a lentidão da Funai e, ainda, um total de 17 assassinatos de indígenas somente este ano, principalmente em áreas de conflito.

Governador acusa ONGs de incitar violência - Cimi diz que grupo de ultradireita quer acabar com reservas

SÃO PAULO. Vozes como a do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), afirmam que, por trás dos protestos indígenas, estariam ONGs estrangeiras e brasileiras aliadas a grupos e até governos estrangeiros.

— Não há intenção de acabar com as reservas, mas criar áreas mais justas. De que adiantam essas extensões de terras indígenas sem recursos? Sou a favor de uma revisão nacional — disse o governador de Roraima.

O país tem hoje 488 terras indígenas (nem todas regularizadas), com 105.673.003 hectares, equivalentes a 12,41% do território nacional. Segundo o Censo, o país tem 730 mil indígenas, 460 mil em reservas, além de 63 tribos nunca contatadas. No total, são 225 sociedades indígenas.

Organizações como o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), da Igreja Católica, e o ISA (Instituto Sócio Ambiental), que apóiam indígenas, são acusadas de incitá-los a episódios violentos, como o dos caiapós em Altamira (PA), onde um engenheiro da Eletrobrás foi atacado.

— As ONGs têm acirrado muito, e a questão da soberania é muito séria — disse o governador de Roraima.

Até grupos apontados como de ultradireita alimentam a polêmica.

O mexicano radicado no Brasil Lorenzo Carrasco, do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, aumentou a venda de livros como “Máfia verde” e tem multiplicado suas palestras em áreas de conflito.

— É preciso integrar os indígenas, acabando com seu confinamento em reservas. Diziam que tínhamos visão paranóica.

Agora, muita gente importante começou a se interessar — afirma Carrasco, identificado pelas ONGs como de ultradireita.

Funai: “Índios estão preocupados, com razão”

O Cimi, por sua vez, denuncia que está em curso uma rearticulação de extrema direita, ligada a militares da reserva e a grupos econômicos empenhados em acabar com as reservas.

— Querem transformar o índio em camponês pobre ou semterra, passando por cima de seu direito à cultura — afirma o assessor do Cimi, Paulo Maldos.

Para André Villas, indigenista do ISA, há três motivos de acirramento: o recrudescimento dos direitos territoriais, a precariedade da assistência governamental e o modelo de desenvolvimento do governo Lula: — Há paranóia excessiva. A demonização das ONGs é descabida.

Há empresas que lavam dinheiro, políticos que roubam e ONGs que erram. Nem por isso todas as empresas, políticos e ONGs são desonestos — disse.

O diretor de Assistência da Funai, Aloysio Guapindaia, afirmou que a Funai não tem indicativo de que há acirramento externo dos indígenas: — Os movimentos são isolados.

Há um passivo muito grande.

Eles reclamam da demora da Funai, da Funasa, da falta de atendimento em saúde. Estão preocupados, e com razão.

Jaime Amorim contesta filme sobre o movimento – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008

A pré-estréia do filme “O Tempo e o Lugar”, de Eduardo Scorel no cinema da Fundação Joaquim Nabuco no Recife deu lugar a um debate que o filme não consegue contemplar, na terça-feira (27/05).

Estiveram presentes Scorel e o personagem principal Genivaldo, ex-militante do MST e do PT (organizações das quais foi expulso) e dentre a platéia pessoas que conheceram e conviveram com ele, como Jaime Amorim, da coordenação nacional do MST, que é citado várias vezes no filme.

Certamente, Scorel e Genivaldo já esperavam críticas “pró-MST”, como o diretor tem colocado, entretanto, provavelmente não esperava a presença de pessoas que pudessem contestar a versão de Genivaldo e sua “memória seletiva”, como frisou Scorel, com a legitimidade de quem esteve com ele em suas vivências.

O incômodo na platéia era geral. As primeiras perguntas giravam em torno da questão da opção política do filme, da ausência de qualquer contestação ou mesmo uma pesquisa em relação às informações dadas por Genivaldo.

Foram levantadas dúvidas sobre o foco do filme, que seria voltado à atuação política dele no MST e da responsabilidade do diretor pela opção de usar um meio

formador de opinião para legitimar a posição da classe dominante de criminalizar os movimentos sociais.

O ponto alto do debate foi as falas de Rubneuz Leandro, da coordenação estadual do MST em Pernambuco, e Jaime Amorim.

Rubneuz falou primeiro. Cumprimentou Genivaldo e passou a lembrá-lo de alguns fatos que ele descreve erroneamente no filme. Nunca houve qualquer treinamento com o Sendero Luminoso.

Ambos estiveram juntos nesse primeiro curso de formação, e o que houve foi uma discussão no curso sobre artigo publicado na imprensa com especulações falsas sobre treinamento de guerrilha dos trabalhadores Sem Terra com a organização peruana.

Além disso, nunca houve nenhuma apologia ao ateísmo, mas sim estudo sobre materialismo dialético e sua relação com a existência ou não de Deus.

Jaime Amorim afirmou que “não sabia se ficava contente ou triste com o filme, até porque tinha vindo para assistir a um filme e acabou sendo um dos personagens”. Em sua opinião, o filme peca em dois pontos principais: a falta de contextualização do período político e da luta pela terra e a ausência de análise da saída de Genivaldo do MST e do PT.

Jaime terminou sua exposição dando parabéns a Genivaldo pelo filme, mas fez um alerta para que ele tenha cuidado para não terminar aplaudido pelos fazendeiros e chacoteado pela esquerda. Quando Jaime terminou de falar, Genivaldo simplesmente disse que não tinha mais nada a dizer. E não disse.

O debate durou mais de uma hora e a única manifestação a favor do filme foi de um latifundiário do Ceará, que já teve sua fazenda ocupada e que parabenizou Escorel e Genivaldo por “mostrar ao Brasil quem de são os Sem Terra de verdade, esse bando de baderneiros”. * *Por Cássia Bechara*

Incrá cadastrará famílias da nova ocupação do MST – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008

Após a ocupação da fazenda Bocaina, localizada na região de Ribeirão Preto, as famílias acampadas elaboraram uma pauta de reivindicações para ser atendida pela Prefeitura de Serra Azul. Uma das reivindicações é que todas as crianças e jovens tenham transporte e vaga para estudar nas escolas de Serra Azul. Este direito foi conquistado e portanto, todas as pessoas em idade escolar estão estudando.

Outra medida tomada foi oficiar o Incra (Institucional Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para que arrecade a área para fins de Reforma Agrária e este demonstrou claramente o seu interesse em destinar a área ocupada para o assentamento das famílias que ocuparam a fazenda, com base no Decreto Presidencial 433.

O Incra já esteve na área para cadastrar as famílias e foi agendado para os próximos dias um retorno da equipe do Incra para realizar o cadastro de todas as famílias interessadas em conquistar um pedaço de terra. O acampamento está aberto para a chegada de novas famílias e os interessados devem se dirigir diretamente para o local.

A ocupação de terras é uma luta justa e necessária e tem se confirmado como único caminho de pressão política para conquista da Reforma Agrária.

Histórico - Cerca de 300 integrantes do MST, fizeram uma ocupação na madrugada do dia 22 de maio de 2008, por volta das 6h. A ocupação tem como objetivo, a indicação de áreas para que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) faça vistorias e arrecade terras para a Reforma Agrária, a fim de atender famílias sem terra da região.

A área ocupada tem cerca de 200 hectares e é conhecida como a antiga Fazenda Bocaina, que fica na Rodovia Abraão Assed, na altura do Km 23, município de Serra Azul. A área é nitidamente improdutivo e portanto passível de arrecadação para fins de Reforma Agrária.

A região de Ribeirão Preto é caracterizada por profundas contradições devido ao Modelo do Agronegócio, do ponto de vista ambiental, do trabalho e social. Na dita “Capital do Agronegócio”, referência na produtividade do etanol, há terras improdutivas e famílias sem terra, que buscam na luta por Reforma Agrária, o direito básico a trabalho, moradia e alimentação.

Na fazenda, o MST está construindo uma nova comunidade, que lutará para a construção de mais um assentamento na região, com bases agroecológicas e de defesa ambiental.

Homenagem às lutadoras - O MST escolheu em assembléia o nome da companheira Alexandra Kolantai, como nome do novo acampamento. A companheira contribuiu com a reflexão e a luta pelo direito das mulheres na construção de uma nova sociedade.

Frente contra trabalho escravo será lançada nesta quarta-feira – Sítio Eletrônico da Contag - 03/06/2008

Entidades e parlamentares ligados ao movimento sindical lançam nesta quarta-feira (4) a Frente Nacional Contra o Trabalho Escravo e pela aprovação da PEC 438/01, que determina a expropriação de terras onde for constatada exploração de mão-de-obra em condições análogas à escravidão. O evento está marcado para as 15h, no Salão Verde.

Nesta terça-feira (3), representantes das entidades que integram a frente começaram a visitar parlamentares para pedir a inclusão da PEC na pauta na Câmara e sua aprovação final. A proposta já foi aprovada pelo Senado e, na Câmara, em primeiro turno.

Criação de Frente contra o Trabalho Escravo – Sítio Eletrônico da CPT – 03/06/2008

No dia 4 de junho, no salão verde da Câmara dos Deputados, será criada a Frente Parlamentar Nacional Contra o Trabalho Escravo. Sua finalidade é atuar pela aprovação da PEC 438/01 que prevê o confisco de terras onde forem encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravidão. A CPT e outras cerca de 30 entidades farão parte da Frente, juntamente com parlamentares e centrais sindicais. A PEC 438/01 está parada na Câmara dos Deputados desde 2004 devido a pressões da bancada ruralista. Ela já havia sido aprovada no Senado em dois turnos e em primeiro turno na Câmara.

“O principal resultado da educação no campo nestes últimos dez anos foi ter colocado em processo de escolarização mais de 500 mil pessoas que vivem nas áreas de reforma agrária”. A avaliação da coordenadora-geral de Educação do Campo e Cidadania do Incra, Clarice dos Santos, dá a dimensão do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária ([Pronera](#)), criado em 1998 com o objetivo de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados.

O balanço do que foi produzido ao longo destes dez anos está sendo feito no Seminário Nacional de Educação Profissional, que será realizado até quinta-feira (5) no Centro de Treinamento Educacional de Luziânia (GO). Durante o encontro, também serão feitas avaliações sobre o futuro do programa e analisadas diretrizes para novos projetos.

Clarice lembra que uma das principais conquistas do Pronera é possibilitar às pessoas atendidas saírem da condição de analfabetas e de excluídas do direito à educação para o exercício pleno desse direito. “Isso é feito em todos os níveis. Não só na alfabetização, mas também na escolarização de nível médio, superior e pós-graduação”.

Mudanças no campo - A coordenadora destaca que estas pessoas passam a acreditar na possibilidade de realizar mudanças no campo da produção, de gerar novos conhecimentos e de repensar a vida e a produção. Este é o caso de Luciméia Rosário, 24 anos, técnica em Agropecuária, moradora do Projeto de Assentamento (PA) Euclides Neto, no município de Camaraju (BA).

Luciméia fez o ensino médio e o curso técnico-profissionalizante com o apoio do Pronera e hoje cursa Agronomia na Universidade Estadual da Bahia, ainda com a ajuda do programa. “Eu nunca quis sair do assentamento. Fazer esses cursos foi a forma que encontrei de me informar e também de trazer a realidade do mundo e o conhecimento para dentro do campo. A função de quem está estudando é trazer esse conhecimento aqui para dentro e distribuir”, afirma a técnica.

Estudante do curso técnico em Saúde Comunitária, Ailson Sousa, 20 anos, morador do PA Júlio Diamante, no Maranhão, planeja auxiliar a comunidade onde vive fornecendo orientações sobre saúde e higiene. “Sempre me interessei pela área de saúde. Quando tive oportunidade de fazer o curso, não pensei duas vezes. Dessa forma estou estudando o que gosto e ainda vou poder ajudar a minha comunidade”.

Perspectivas futuras - O Pronera é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ([Incra](#)) em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Só em 2007, 50 instituições mantiveram convênio com o Incra para que mais de 54 mil assentados fizessem cursos básicos, médios, técnico-profissionalizantes e superiores. Nas turmas de alfabetização de jovens e adultos, 46.341 alunos foram

atendidos pelo Pronera. Outros 5.523 foram beneficiados por cursos de ensino médio e técnico profissionalizante e 2.849 estão nos bancos das 37 universidades conveniadas.

Clarice dos Santos afirma que as perspectivas para o programa estão no campo da quantidade e da qualidade. Na primeira, houve um incremento de R\$ 20 milhões em relação ao ano passado, o que permitirá colocar mais 15 mil pessoas em sala de aula em todos os níveis de escolarização.

No campo da qualidade, a coordenação do programa trabalha para que os cursos dialoguem mais com a reforma agrária, a assistência técnica e a pesquisa. “Essas coisas a gente quer repensar e para o futuro a gente tem que ter isso como foco dos nossos cursos”, afirma a coordenadora, que aponta como outra grande conquista do programa o fato dele pautar o tema do campo para universidades e políticas públicas do governo.

Criminalização dos movimentos sociais é debatida na UFC – Sítio Eletrônico do MST – 04/06/2008

A Liga Experimental de Comunicação, projeto de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, realizará, nesta quinta-feira (05/06) um debate sobre "Criminalização dos Movimentos Sociais pela Mídia".

O evento será realizado no auditório do MAUC* (Museu de Arte da UFC), às 19h, e contará com a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do jornalista da AnotE (Agência de Notícias Esperança), Francisco Vladimir. O objetivo é discutir a veiculação de notícias e a construção de imagens pelos meios de comunicação a respeito dos Movimentos Sociais.

A atividade faz parte da parceria entre a Liga e o MST-CE. Durante o primeiro semestre de 2008, foram realizadas ações em conjunto para o desenvolvimento de instrumentos de comunicação a serem utilizados pelo próprio Movimento, com a participação de estudantes do curso de Comunicação Social da UFC. **O MAUC fica na Av. da Universidade, n° 2854.*

Incra investiga terras de estrangeiros no Amazonas – Sítio Eletrônico do MDA – 05/06/2008

O Incra estuda pedir o cancelamento de registros de terras supostamente adquiridas pelo empresário sueco Johan Eliasch. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, determinou à Superintendência do Amazonas que tome todas as providências para comprovar a titularidade dessas terras.

Nos próximos dias, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) junto à Superintendência no Amazonas, que investiga o caso, enviará procuradores aos municípios de Manicoré (a 680 quilômetros de Manaus) e Itacoatiara (a 266 quilômetros) para verificar se há nos cartórios municipais registro de imóveis em

nome da madeireira Gethal Amazonas SA, adquirida pelo empresário sueco. O Incra vai pedir o cancelamento dos registros na Justiça Federal caso haja infração à Lei 5.709/71, que regula a compra de imóveis rurais por estrangeiros. Em agosto de 2006, não foram encontradas propriedades registradas no nome de Eliasch.

“Sabemos da existência de 47 imóveis rurais que pertenciam à Gethal nos municípios de Manicoré, Itacoatiara, Humaitá e Lábrea. Com o levantamento nos cartórios, poderemos verificar a possível ilegalidade na venda das referidas terras”, explicou o procurador-chefe da PFE do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Salles.

Registros cancelados - O presidente do Incra tem chamado atenção sobre o aumento de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros e pede uma decisão de governo para limitar essa compra. “É preciso estabelecer limites para garantir a soberania nacional”, afirma Hackbart. O Incra tem registrados 5,5 milhões de hectares adquiridos por estrangeiros, o que equivale a 33 mil imóveis.

Hackbart desconfia haver grilagem em outras áreas. “Estamos investigando. Se há grilagem, vamos combatê-la”.

Compras questionadas - Casos de compras de terras por estrangeiros vêm sendo questionados pelo Incra anteriormente. Graças a essa política, a Justiça já cancelou registros de imóveis adquiridos por empresários da Malásia e Inglaterra.

Entre Beruri (a 170 quilômetros de Manaus) e Manicoré, o Incra conseguiu devolver à União as fazendas Rio Luna II, com 243 mil hectares, e a Fazenda Rio Luna III, com 280 mil hectares, vendidas, em 1997, pela Madeireira Moss e Outros para a empresa Malbral Indústria e Comércio Ltda, dos malaios Henry Law Lee Kong e Robert Lao Hoi Chew.

No município de Carauari (a 780 quilômetros de Manaus), o Ministério Público Federal (MPF) e o Incra aguardam, desde 2005, sentença do pedido de cancelamento do imóvel Jacarecyca, de 352 mil hectares. Em 1997, os malaios Datuk Wong Kiel, Wong Kie Chie, Wong Kie Yik e Patrik Wong Haw Yeong compraram as terras em nome da Amaplac S/A Indústrias de Madeiras. “O caso da Jacarecyca é um dos exemplos de que outros estrangeiros já haviam comprado terras na Amazônia” lembra o procurador Salles.

O Incra conseguiu também a anulação de três mil hectares no município de Itapiranga (a 180 quilômetros de Manaus). A terra estava em propriedade do inglês Andrew John Sawders. No município de Lábrea, o Incra levanta informações sobre uma possível compra de um lote de 12 mil hectares por um cidadão argentino.

Incra pode cancelar o registro de terras de sueco – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) estuda pedir o cancelamento de registros de terras na Amazônia supostamente adquiridas pelo empresário sueco Johan Eliasch. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, determinou à Superintendência do Amazonas que comprove a titularidade das terras.

Se for constatada alguma irregularidade, o Incra pedirá o cancelamento dos registros na Justiça Federal. Para consultar a regularidade, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) enviará procuradores aos municípios de Manicoré e Itacoatiara para verificar os cartórios da região registram imóveis em nome da madeireira Gethal Amazonas, de Eliasch.

"Sabemos da existência de 47 imóveis rurais que pertenciam à Gethal nos municípios de Manicoré, Itacoatiara, Humaitá e Lábrea. Com o levantamento nos cartórios, poderemos verificar a possível ilegalidade na venda das referidas terras", disse o procurador-chefe da PFE do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Salles. Embora Eliasch tenha ficado famoso mundialmente por alardear a compra de um pedaço da Amazônia, não existem propriedades no local em seu nome.

Fazendeira é condenada por trabalho escravo – Luiz Francisco – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008

A Justiça Federal na Bahia condenou uma fazendeira a três anos e quatro meses de prisão e multa de R\$ 1.245 pela prática de trabalho escravo.

Segundo o Ministério Público Federal, a fazendeira Claudete Nilza Sagrilo e o marido dela, Leliano Sérgio Andrade, que já morreu, "contrataram" 21 pessoas -entre as quais duas crianças e um adolescente- para trabalhar em carvoarias nas fazendas Santa Clara, Progresso e Esperança, em Baianópolis (833 km de Salvador).

Em média, os "contratados" tinham jornada diária de 16 horas, sem descanso semanal, não recebiam os valores combinados e direitos trabalhistas. A Procuradoria acusou o casal de submeter os trabalhadores à condição análoga à escravidão.

Conforme a ação, os funcionários dormiam no chão, em barracos de madeirite e não tinham água potável para o consumo.

A pena de Sagrilo foi substituída de prisão por prestação de serviços à comunidade pelo prazo da condenação. O advogado dela, Isidro Cruz, disse que não vai recorrer.

Operação liberta quatro homens em fazenda – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008

Uma blitz do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho localizou quatro homens trabalhando em condições análogas à escravidão em uma fazenda de Pirajuí (402 km de São Paulo). De acordo com o MPT, eles foram contratados pelo comandante da PM em Ourinhos, Daniel Cinto.

Os trabalhadores retiravam raízes de árvores para a produção de carvão. Foram lacrados 17 fornos.

O procurador do Trabalho Marcus Vinícius Gonçalves disse que os trabalhadores estavam sem registro em carteira, vivendo em alojamentos precários, sem equipamentos de proteção e tinham descontado dos salários valores relativos à alimentação e ao fornecimento de combustível para as motosserras.

O procurador disse que a dona da fazenda, Maria Celeste de Oliveira, contratou um corretor de imóveis e a irmã do PM para cuidar da terra. Mas, segundo o procurador, o comandante da PM foi o responsável pela contratação.

Cinto negou envolvimento e disse que a tarefa foi assumida nos últimos dias por sua irmã. A reportagem não localizou a irmã do comandante nem a proprietária da fazenda.

Mato Grosso tem maior área registrada por estrangeiros – Fernanda Odilla e Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2008

São 1.377 propriedades rurais espalhadas numa extensão de 754,7 mil hectares - São Paulo é o campeão em número de propriedades em nome de pessoas de outros países: 11.424 terrenos em 504,7 mil hectares

Estrangeiros estão comprando propriedades rurais em todos os Estados do Brasil. Levantamento inédito do Incra revela que o interesse estrangeiro vai muito além da Amazônia. Com 1.377 propriedades espalhadas numa área de 754,7 mil hectares, Mato Grosso é o Estado que tem a maior área de terras em nome de empresas e pessoas de outros países.

São Paulo, por sua vez, é o campeão em número de propriedades em nome de pessoas de outras nacionalidades. São 11.424 terrenos, que, somados, representam 504,7 mil hectares do território paulista. Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Goiás também estão no topo da lista do Incra como os Estados com maior área nas mãos de estrangeiros.

Somente 3,8 milhões de hectares dos 5,5 milhões registrados em nome de estrangeiros já foram organizados por Estado, número de propriedades e tamanho de área. O mapeamento do Incra revela a situação dos imóveis até dezembro de 2007.

Desde 1998, o órgão controla só a aquisição de imóveis rurais por empresas sem sede no país ou pessoas físicas não residentes no Brasil. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, espera parecer da Advocacia Geral da União para contabilizar e monitorar a ação de estrangeiros que se associam a empresas nacionais para investir aqui.

Os números do Banco Central comprovam que a ação internacional aqueceu o mercado local. Os investimentos diretos estrangeiros em atividades imobiliárias aumentaram 347% entre 2003 e 2007.

"O presidente Lula esqueceu que temos Constituição e abriu o país à ganância estrangeira", disse d. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra. Balduino acompanha com preocupação o crescente investimento estrangeiro e a especulação imobiliária, impulsionados pela fartura de terras brasileiras propícias a minimizar a crise mundial de alimentos e a impulsionar a produção de biocombustível.

Plantações de soja, cana-de-açúcar e eucalipto são as atividades que hoje mais atraem os estrangeiros, em especial nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. "Mato Grosso ainda é um lugar onde se pode expandir [a produção]. Tem boas terras. E o preço ainda é acessível. Então, os produtores mato-grossenses estão endividados e estão vendendo", diz o presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso), Glauber Silveira da Silva. Silva cita o grupo argentino El Tejar, há seis anos no Estado e em expansão. O grupo mantém a empresa O Telhar Agropecuária, que planta milho e soja em 35 mil hectares no Estado. Ele também destaca a expansão da SLC Agrícola, grupo brasileiro que é o maior produtor de algodão do país e capta recursos no exterior.

A empresa assinou em março contrato de financiamento com o IFC (International Finance Corporation), braço de investimento do Banco Mundial, no valor US\$ 40 milhões para aquisições e arrendamentos de terras. Na quinta-feira passada, a SLC comunicou a compra de 10.635 hectares em Campos de Júlio (MT), por R\$ 82,9 milhões.

Na lista do Incra, os Estados da região amazônica não ocupam lugar de destaque. Secretário do Meio Ambiente do Amazonas até março passado, Virgílio Viana disse que, "do ponto de vista racional, é muito mais grave a ameaça estrangeira em controlar as praias do Nordeste brasileiro". "Você saiu de uma praia e entra em outra comprada por gringos, quilômetros e quilômetros. Em termos de presença estrangeira, é muito mais grave." Ele foi consultado pelo empresário sueco-britânico Johan Eliasch em 2005 sobre a compra de 160 mil hectares no Amazonas.

Eliasch usou uma estratégia comum entre estrangeiros: associar-se a uma empresa nacional ou abrir uma empresa no Brasil, mesmo que seja controlada por capital externo. É o que japoneses e norte-americanos têm feito em Correntina, oeste

baiano, numa área de 60 mil hectares adquirida para produção de algodão e instalação de usina sucroalcooleira.

O superintendente de política de agronegócio da Bahia, Eujácio Simões, afirma que o Estado incentiva o investimento de empresas nacionais com aporte estrangeiro. Mas diz que, em alguns casos, o governo se preocupa em conter a expansão. "Os finlandeses comandam a produção de celulose no extremo sul do Estado e estão esperneando para aumentar a área de plantio." No Brasil, é necessário esperar seis anos para o corte das árvores. Na Finlândia, são 15 anos, diz ele.

Investimento externo eleva preço da terra – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2008

A cobiça estrangeira pelas terras do Brasil nunca foi tão grande, em razão da expansão do agronegócio e do mercado de biocombustíveis. O Centro de Estudos Agrícolas da FGV aponta que as terras agricultáveis se valorizaram em média 10,16% ao ano entre 2000 e 2006, sendo 15,66% em Mato Grosso.

Último balanço do Instituto FNP, relativo ao segundo bimestre deste ano, aponta um aumento de 16,3% no preço médio das terras destinadas à agropecuária, em comparação com o mesmo período de 2007. O valor atual é recorde: R\$ 4.135 o hectare. Segundo o mesmo instituto, a região do Alto do Araguaia, na divisa com Goiás, é a que mais se valorizou em 12 meses: 117,7%. José Garcia Gasques e Eliana Teles Bastos comparam os preços das lavouras nos EUA e no Brasil em artigo na revista "Agronews" (FGV): as terras americanas foram cotadas em 2007 na média de US\$ 6.672 (cerca de R\$ 10 mil), mais que o dobro do preço da terra no Brasil. "Para os brasileiros a terra é cara, mas para o estrangeiro é uma bagatela. Isso tende a restringir o acesso do brasileiro à propriedade rural", disse Francisca Neide Maemura, da Universidade Estadual de Londrina. No livro "Mercados de Terra no Brasil", Maemura e Bastiaan Reydon, da Unicamp, afirmam que o "boom" veio a partir de 2006, com o aumento dos preços das commodities. **(CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA)**

Mato Grosso possui maior área em nome de estrangeiros – Sítio Eletrônico da CPT – 09/06/2008

O Estado de Mato Grosso possui a maior área de terras em nome de empresas ou pessoas estrangeiras. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), são 1377 propriedades em uma área de 754,7 mil hectares. Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Goiás também estão no topo desta lista e o Estado de São Paulo é campeão em número de propriedades registradas em nome de pessoas de outras nacionalidades. A realidade pode ser ainda mais alarmante já que o Incra só mapeou ainda 3,8 milhões de hectares dos 5,5 milhões registrados em nome de estrangeiros. Para Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, "o presidente Lula esqueceu que temos Constituição e abriu o país à ganância estrangeira".

Grande foi a repercussão de meu último artigo, “Qual latifúndio?”, por fornecer números que obrigam a uma releitura da questão fundiária no Brasil.

Alguns leitores solicitaram-me que expusesse as fontes utilizadas, pois, por economia de espaço, não o tinha feito.

Outros me solicitaram dados adicionais sobre a população indígena, o que faço a seguir. Outros ainda ficaram indignados com os números, ou seja, com a realidade, por contrariar essa as suas convicções. Não se pode brigar com os números. O peso da ideologia é tão grande que a realidade fica velada, mostrando, tão-só, refratariamente, alguns dos seus contornos. Com os números, um enfoque mais verdadeiro torna-se possível.

A área total do Brasil é de 8.514.215,3 quilômetros quadrados, correspondentes a 851.421.530 hectares, conforme dados do IBGE, relativos ao Censo Demográfico de 2000.

O total dos números agrários abaixo citados corresponde a 437.683.885 hectares, com variações pequenas, segundo a fonte escolhida.

Quanto à área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras, utilizei a Tabela 559, do IBGE, relativa ao Censo Agropecuário de 2006, realizado em 2007. Eis os números precisos da utilização das terras: lavouras permanentes: 18.805.587 hectares; lavouras temporárias: 57.891.737 hectares; pastagens: 172.333.073 hectares.

Quanto à área de florestas plantadas, utilizei os dados da Abraf (Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas), extraídos do seu Anuário Estatístico, 2008, relativos ao ano-base de 2007: 5.560.203 hectares.

Quanto aos dados relativos aos assentamentos, utilizei o Incra como fonte. Eis os números, tendo como base 2007. Total da área: 77.421.282 hectares, correspondentes a 7.945 projetos de assentamentos.

Se somarmos o total das áreas de lavoura permanente, lavoura temporária e florestas plantadas, chegaremos ao número de 82.257.527, muito próximo à área do total de assentamentos, de 77.421.282. Em artigo anterior, os números foram arredondados, tendo utilizado uma tabela preliminar.

Agora estão atualizados.

Quanto às áreas indígenas, utilizei a Funai como fonte. Eis os números, correspondentes a 2006: 105.672.003 hectares. O IBGE trabalha com o número de 106.359.281 hectares, correspondente a 12,5% do território nacional.

O Serviço Florestal Brasileiro fornece outro dado, relativo a julho de 2007, de 109.133.000 hectares de terras indígenas, tratando-se, portanto, de um número mais atualizado.

Quanto à população indígena, os números são díspares, variando conforme a fonte e as estimativas. Segundo a Funai, em junho de 2008: “Hoje, no Brasil, vivem cerca de 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades indígenas, que perfazem cerca de 0,25% da população brasileira.

Cabe esclarecer que este dado populacional considera tão-somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além destes, há entre 100 mil e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas.”

Segundo o Instituto Socioambiental, partindo do princípio de que não existe um censo indígena no Brasil, os números variam entre 350.000 e mais de 700.000, conforme as fontes utilizadas, o que corresponderia entre 0,2% e 0,4% da população brasileira.

O IBGE, segundo o estudo “Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000”, divulgado em 2005, trabalha com os seguintes números.

Total: 734.127 índios, assim divididos, 383.298 de população urbana e 350.829 de população rural.

Logo, para efeitos de demarcação de terras, valeria o número de 350.829 de população rural, aí incluindo os que vivem em zonas rurais não indígenas.

Os demais já são índios urbanos, aculturados, que necessitariam uma política específica de integração, que não é a de demarcação de terras. Ademais, ainda segundo o IBGE, as maiores taxas de crescimento se registraram em áreas urbanas, sobretudo devido a processos de autoidentificação.

O IBGE destaca ainda o fenômeno da imigração de índios de Bolívia, Equador, Paraguai e Peru.

Neste caso, o Brasil estaria internalizando um problema de outros países latino-americanos.

Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de maratonista – Sítio Eletrônico do MST – 09/06/2008

Pesquisadores da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) divulgaram dados prévios de um estudo sobre o corte manual da cana no interior paulista. Pela primeira vez se conduziu um estudo empírico sobre a ergonomia no trabalho do cortador. Em apenas 10 minutos esse trabalhador corta 400 Kg de cana, realiza 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. A extenuante jornada não conta com repouso e tenta garantir a sobrevivência das famílias dos cortadores.

“A conclusão que chegamos é que a condição física de um cortador de cana se assemelha a de um maratonista. Seus músculos são franzinos, mas sua resistência é elevada”, afirma Eriuelton Fontana de Laat, coordenador da pesquisa. O estudo também aponta que muitos dos problemas de saúde que acometem esses trabalhadores são os mesmos a que estão sujeitos atletas de alto desempenho. Mas sob quais condições?

O principal fator de risco no corte da cana, de acordo com dados do estudo piloto realizado em maio, é a sobrecarga na atividade cardiorrespiratória do trabalhador. Através do uso de uma metodologia que levou em consideração aspectos como a frequência cardíaca (em repouso, média e máxima), idade e produção diária em toneladas, Laat descobriu que seis dos dez trabalhadores analisados ultrapassaram o limite cardiorrespiratório tolerável à saúde. Alguns chegaram a picos de mais de 180 batimentos cardíacos por minuto. “O que acontece nos canaviais é semelhante a um atleta que ultrapassa o seu limite de treino. Ao invés de correr cinco quilômetros, ele tenta percorrer a distância de uma maratona todos os dias”, diz Laat.

Os resultados foram apresentados a procuradores do Ministério Público e do Ministério do Trabalho no seminário “Condições de trabalho no plantio e corte de cana”, que ocorreu no final de abril, em Campinas.

Temperatura e risco de lesões por repetição - Com o auxílio de um software francês, os pesquisadores analisaram a rotina de trabalho de um cortador que ao fim do dia havia cortado 11,54 toneladas de cana. Quando se amplia os dados obtidos em 10 minutos para um dia inteiro de trabalho chega-se a 3792 golpes de facão e 3994 flexões de coluna, o que representa um sério risco à coluna e articulações, segundo informa Laat.

O estudo da Unimep também tratou sobre o ciclo de atividades repetitivas do cortador. Em média ele precisa de 5,6 segundos para abraçar um feixe com cinco a dez varas de cana, puxar ou balançar, flexionar a coluna, cortar o feixe rente ao solo, jogar a cana em montes e progredir. “Estudos ergonômicos mostram que qualquer atividade laboral com ciclo de repetição inferior a 30 segundos possui grande risco de surgimento lesões”, afirma o pesquisador.

O sol é outro fator preocupante. Na medição feita em maio - que é um mês de temperatura agradável - o termômetro marcou a temperatura máxima de 27,40 graus Celsius no canavial. A média ficou em 26 graus. De acordo com a Norma Regulamentadora (NR) 15 do Ministério do Trabalho e Emprego, toda atividade laboral pesada realizada em lugares com temperatura ambiente entre 26 e 28 graus Celsius precisam de pausas de 30 minutos para cada 30 minutos de trabalho. Essa NR não é cumprida nos canaviais paulistas.

Laat comenta que, em sua pesquisa de campo, percebeu que a empresa contratante até indicava alguns momentos de pausa no trabalho através do som da buzina de um ônibus. No entanto, como não havia fiscalização sobre o cumprimento desta pausa, praticamente nenhum cortador largava seu facão para descansar, já que a pausa pode significar perda de produção e, portanto, de dinheiro.

Para a maioria dos procuradores presentes ao seminário de Campinas esse é o motivo dos trabalhadores suportarem tão duras condições de trabalho. O piso salarial da categoria é de aproximadamente 500 reais. Entretanto, como o pagamento varia de acordo com a produção individual, um bom cortador - um campeão como é chamado na lavoura - pode chegar a rendimentos mensais de 1200 a 1500 reais.

Para a grande maioria da massa trabalhadora do setor, formada principalmente por migrantes do Nordeste e Norte, tal valor é muito mais do que ganhariam em suas regiões natais. A extenuante jornada de trabalho é tolerada por homens que querem, a todo custo, garantir a sobrevivência de suas famílias. “Tem a questão emblemática também. Por exemplo, um cortador migrante que compra uma moto ao fim da safra de cana é visto como herói pelos mais jovens da sua região”, completa Laat.

Morte no trabalho - Entretanto, a luta frenética pela subsistência faz com que os cortadores não levem em consideração fatos como a morte de companheiros. Segundo a Pastoral do Migrante de Guariba, 20 trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro morreram de 2004 até agora. Os poucos que possuem o motivo da morte registrado no atestado de óbito apontam, principalmente, morte por parada cardiorrespiratória. Vários estudiosos e sindicalistas do setor dizem não haver dúvidas

que essas mortes sofrem forte influência da rotina de trabalho mensurada agora pela equipe da Unimep.

O resultado final deste trabalho final será apresentado em 2009 e abordará outras questões como a poeira da queima da cana inalada pelos cortadores, a massa corpórea ganha ou perdida no decorrer da safra e a comida ingerida por esses trabalhadores. Os pesquisadores querem traçar um paralelo entre os dados quantitativos coletados e a qualidade de vida dos trabalhadores. Atualmente, um cortador de cana consegue trabalhar, em média, até os 35 anos, afirma Laa.

Um dos objetivos dessa pesquisa, de acordo com os seus idealizadores, é fornecer ao judiciário material científico crível que contribua com o julgamento de ações trabalhistas ou civis públicas referentes ao tema. Dessa maneira, eles acreditam que se pode caminhar na direção de um futuro laboral mais humano para aqueles que ajudam a garantir a energia do país.

Encontro reunirá entidades para discutir questão agrária em Curitiba – Sítio Eletrônico do MST – 09/06/2008

O ITGC (Instituto de Terras, Cartografia e Geociência) promove, de 25 a 27 de junho, na Universidade Federal do Paraná, o "II Encontro Terra e Cidadania", em comemoração aos 30 anos da Lei de Terras do Estado do Paraná e 20 anos da Promulgação da Constituição Brasileira. As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas no [site do ITGC](#).

O objetivo do encontro é resgatar a temática da questão agrária brasileira e latino-americana sob um olhar transdisciplinar, combinando técnica, subjetividade, meio ambiente, desenvolvimento social, movimentos sociais e cidadania.

O evento conta com a participação integrantes de movimentos sociais, membros da sociedade civil, organizações não-governamentais, estado e movimentos sociais, além de autoridades e especialistas das áreas jurídicas e ambientais.

Várias presenças já estão confirmadas: Procuradora do Estado do Paraná e Professora de Direito Ambiental da UFPR, Ana Cláudia Bento Graf, a Superintendente do INCRA/PR, Cláudia Sonda, Procuradora Geral do IBAMA, Cynthia Passos, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Jacques Távora Alfonsin, Procurador Geral do Estado do Paraná e Professor de Direito Agrário da PUC/PR, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, entre outras autoridades que estarão se posicionando sobre diversas temáticas relacionadas à questão agrária no país.

Entre os temas que serão abordados estão os limites materiais da Reforma Agrária, a face visível da cidadania dos povos, a Regularização Fundiária e suas variáveis, Reforma Agrária e Meio Ambiente, Conflitos Agrários, as decisões liminares e suas repercussões. Na pauta, ainda estão incluídos o Estado e as organizações não governamentais na mediação dos conflitos fundiários, a Constituição, Direitos Humanos e Cidadania, a questão agrária no Brasil contemporâneo: da terra ao agronegócio, a Terra Quilombola e a reconstrução da cidadania negada e um outro olhar da Justiça sobre a terra.

Jornada Nacional de Luta da Via Campesina – Sítio Eletrônico da CPT – 10/06/2008

Mais de 1.500 pessoas de organizações populares, movimentos sociais, pastorais e comunidades tradicionais ocuparam, na madrugada do dia 10 de junho, a sala de máquinas da barragem de Sobradinho (BA) e de Xingó (AL). A ocupação, organizada pelas entidades ligadas à Via Campesina e pela Articulação Popular do São Francisco, inicia a Jornada Nacional de Luta, que mobiliza trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Sob o lema “Queremos produzir alimento contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa”, as manifestações denunciam os impactos negativos causados pela obras de transposição do rio São Francisco, construção de novas barragens e o monocultivo da cana-de-açúcar.

Trabalhadores e trabalhadoras estão se mobilizando em diversas regiões do país na luta por um novo modelo agrícola que garanta a soberania nacional. Também na madrugada do dia 10 de junho, cerca de 200 pessoas ocuparam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), no município de Carpina, Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco. Eles protestam contra a expansão do monocultivo da cana na região, que tem intensificado a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. A área de 250 hectares da EECAC poderia assentar aproximadamente 50 famílias sem-terra e produzir alimentos para abastecer as feiras da região. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 98% das terras de lavouras temporárias da Zona da Mata Norte de Pernambuco são usadas para o plantio da cana-de-açúcar e somente 2% são destinadas a produção de alimentos.

O modelo de produção da cana-de-açúcar prejudica não só os trabalhadores do campo, mas também o meio ambiente da região. Ele demanda uma grande quantidade de água, polui os rios, faz uso de fertilizantes nitrogenados e queimadas em larga escala. E as obras de transposição do rio São Francisco e construção de barragens só atendem ao agronegócio e não trarão benefícios ao povo que vive no Semi-árido. A Via Campesina luta por soberania alimentar e por um projeto que priorize a produção de alimentos para o povo brasileiro. Os movimentos sociais querem evitar que os pequenos agricultores de hoje se tornem sem-terras, bóias-frias ou desempregados e tenham que deixar o campo atrás de uma vida melhor.

Trabalhadores vão ao Incra reivindicar liberação de recursos – Sítio Eletrônico da Contag - 11/06/2008

Nesta quarta-feira (11), uma caravana com 16 ônibus sai dos engenhos da Usina Catende, em Pernambuco, com destino ao Incra. São cerca de 700 trabalhadores rurais que, cansados de esperar pela liberação de mais de R\$ 12 milhões em créditos do Pronaf para pagamento de salários e garantia da produção da próxima safra, decidiram pressionar diretamente o instituto. "Os trabalhadores precisam concluir a moagem e há mais de 60 dias estão sem respostas. Tivemos uma reunião há 15 dias em Brasília com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas de nada adiantou", esclarece Paulo Roberto, diretor de Política Agrária da Fetape.

Entre as reivindicações dos agricultores estão a desapropriação da fábrica, a inclusão dos operários na relação de beneficiários (reconhecimento da condição de assentados), a regulamentação do Projeto de Assentamento Governador Miguel Arraes - PAG, implementação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento

(definição da equipe), habitação (início da construção das casas), assistência técnica, planejamento e financiamento à diversificação e um plano de sustentabilidade ambiental.

A mais recente safra de Catende foi a melhor dos últimos 20 anos, com produção de 1,2 milhões de sacas de açúcar. "Se esse dinheiro não for liberado, a safra deste ano está ameaçada", alerta Paulo Roberto.

Os trabalhadores deverão chegar em Recife por volta das 12h.

Maiores Informações:

Paulo Roberto (diretor da Fetape) - 92413941

Bruno Ribeiro (advogado) - 92635737

Maria do Carmo Andrade (Imprensa) - 96015050

Ações da Via Campesina em todo o país – Sítio Eletrônico da CPT – 11/06/2008

Ações da Via Campesina se espalham por todas as regiões brasileiras

A Jornada Nacional de Luta da Via Campesina, iniciada no dia 10 de junho, já mobilizou trabalhadores e trabalhadoras em diversos estados brasileiros. Ações foram realizadas em Ceará Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina.

Sob o lema “Queremos produzir alimento contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa”, a Via Campesina denuncia a atuação de transnacionais no Brasil que impõem a monocultura da cana-de-açúcar e do eucalipto e são grandes responsáveis pela crise no preço dos alimentos. No Nordeste, os movimentos sociais que compõem a Via também denunciam os reais benefícios da transposição do rio São Francisco, que atenderá o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e do povo ribeirinho que sempre dependeu das águas do Velho Chico. O projeto de transposição irá destinar 4% da água para a população rural, 26% para a área urbana e 70% para o agronegócio. Veja as ações realizadas no dia **10 de junho**:

Na **Bahia**, agricultores da Via Campesina ocuparam a barragem da usina de Sobradinho. Eles denunciam que os grandes projetos de irrigação beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio, especialmente o projeto de transposição do Rio São Francisco, o Pontal Sul, em Petrolina, e o Projeto Salitre, na cidade vizinha de Juazeiro, na Bahia.

Em **Alagoas**, mil pessoas foram à hidrelétrica de Xingó para protestar contra a transposição do rio São Francisco, a construção das novas barragens e a baixa vazão do rio, que causa fortes impactos na Foz do Velho Chico. Os manifestantes alegam que a transposição e as novas barragens beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio.

Cerca de 200 pessoas ocuparam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), no município de Carpina, Zona da Mata Norte do Estado de **Pernambuco**. Eles protestavam contra a expansão do monocultivo da cana na região, que tem intensificado a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. A área de 250 hectares da EECAC poderia assentar aproximadamente 50 famílias sem-terra e produzir alimentos para abastecer as feiras da região. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 98% das terras de lavouras temporárias da Zona da Mata Norte de Pernambuco são usadas para o plantio da cana-de-açúcar e somente 2% são destinadas a produção de alimentos.

Em **Minas Gerais**, 500 trabalhadores da Assembléia Popular tentaram entrar no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, onde era realizado o seminário “Minas de Minas”, mas foram barrados pelos seguranças do local. As dez pessoas que conseguiram entrar foram reprimidas violentamente. Somente com a intervenção de alguns parlamentares, o povo pode entrar no plenário para ler para os participantes um documento que denuncia os crimes ambientais e sociais causados por empresas mineradoras no Estado, como a Companhia Vale. Então, os manifestantes seguiram em marcha até a sede da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), onde protestaram por mais duas horas. Eles exigem a redução do preço pago pela energia no Estado.

Em **Belo Horizonte (MG)**, cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras ligadas aos movimentos sociais e entidades que compõem a Assembléia Popular bloquearam a linha férrea na altura do bairro São Geraldo. Os manifestantes reivindicavam a indenização das famílias de pessoas que foram mortas ou mutiladas pelos trens da Vale que cortam a região, uma reunião com a Companhia e a transposição da linha férrea. A passagem dos trens atrapalha as aulas em uma escola municipal, que fica ao lado da linha férrea, abala a estrutura das casas e impede a passagem de veículos por 2 horas.

Em **São Paulo (SP)**, o prédio do grupo **Votorantim** foi ocupado por cerca de 60 trabalhadores rurais ligados à Via Campesina e integrantes da Assembléia Popular. Eles denunciavam os impactos ambientais causados pela construção da barragem de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, que corta os estados de São Paulo e Paraná. A Polícia Militar tentou reprimir os trabalhadores com bombas de gás. Por duas vezes o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) reprovou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentados pela Votorantim. O RIMA do projeto de Tijuco Alto aponta que toda a energia produzida pela hidrelétrica será destinada à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que pertence ao grupo Votorantim. Ainda cita que 689 famílias serão atingidas pela barragem e que 51,8 quilômetros quadrados da região, aptos para a agricultura e pastagem, serão inundados.

Também em São Paulo, 450 trabalhadores da Via Campesina ocuparam uma fazenda da Organização Odebrecht, no município de Mirante do Paranapanema. A empresa está construindo uma usina, chamada de Conquista do Pontal, para a produção de etanol. Os manifestantes denunciam que a Odebrecht está utilizando terras públicas de forma irregular para instalar usinas e plantar cana-de-açúcar.

Trabalhadores do campo e da cidade ocuparam a transnacional de alimentos Bunge, no município de **Passo Fundo (RS)**. Segundo o movimento, a empresa participa do monopólio implementado no mercado nacional que define os preços dos alimentos nos supermercados. Transnacionais como a Bunge, a Monsanto, Cargill e Syngenta dominam o setor de produção e subordinam o trabalhador rural a comprar suas sementes e vender sua produção pelo preço definido por elas no mercado.

Cerca de 300 trabalhadores rurais ocuparam as instalações da Usina Hidrelétrica da Itá, localizada na divisa dos estados de **Rio Grande do Sul** e **Santa Catarina**. A usina pertence à transnacional franco-belga Suez-Tractebel, maior empresa estrangeira de geração de energia no Brasil. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o alto lucro da empresa – de R\$ 1,05 bilhão em 2007 – é obtido às custas da cara tarifa de energia elétrica paga pelo povo brasileiro. O objetivo da transnacional seria se apropriar dos recursos naturais brasileiros, transformá-los em mercadoria e vendê-la por um preço alto. O reservatório da

hidrelétrica de Itá inundou aproximadamente 103 quilômetros quadrados de terra e atingiu 11 municípios.

Mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras rurais ocuparam a fazenda Nossa Senhora de Lourdes, a cinco quilômetros da cidade de Mari, na **Paraíba**. A terra, propriedade de Carlos Ribeiro Coutinho, possui 1.100 hectares totalmente voltados para o monocultivo da cana-de-açúcar e é arrendada pela Usina Jacungu. Os manifestantes protestam contra a opção do governo federal de privilegiar o modelo agrícola agroexportador. A expansão do setor sucroalcooleiro ocupa cada vez mais terras, inclusive as que poderiam ser destinadas à reforma agrária e produção de alimentos.

No município capixaba de Montanha, cerca de 500 pessoas realizaram uma manifestação contra a expansão da cana no **Espírito Santo**. A empresa estrangeira Infinity Bio-Energy, que já comprou todas as usinas de cana do norte do Estado, está construindo mais uma em Montanha. A área destinada à expansão da monocultura no Espírito Santo poderia assentar até 10 mil famílias sem-terra. A Via Campesina organizou uma caminhada pelo município com o objetivo de conscientizar a população local com a distribuição de panfletos educativos e alimentos produzidos pela agricultura familiar. Em Vitória, capital do Estado, cerca de 300 integrantes da Via Campesina e de movimentos urbanos, como a Intersindical, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Passe Livre e movimentos estudantis do Espírito Santo, realizaram uma mobilização em frente o Wal Mart e Carrefour, redes estrangeiras de supermercado. Os manifestantes montaram uma mesa com alimentos produzidos pela agricultura camponesa para mostrar aos passantes que a agricultura familiar é uma solução para conter a alta no preço dos alimentos.

Cerca de 1300 trabalhadores ocuparam o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, a 60 quilômetros de **Fortaleza (CE)**. Eles protestavam contra a transposição do rio São Francisco e o modelo econômico e energético adotado no Brasil. Os manifestantes também afirmam que o porto causa impactos negativos na saúde do povo da região. Estudos apontam a elevação nos casos de câncer devido ao grau de produtos químicos liberados na atmosfera e também a ocorrência das chuvas ácidas.

Em **Rondônia**, trabalhadores bloquearam a BR-364, em Candeias do Jamari, a 20 quilômetros da capital Porto Velho. A rodovia, que liga Porto Velho a Cuiabá, é a principal rota para o escoamento da soja produzida em Mato Grosso. A manifestação denuncia o desmatamento na Amazônia, a ocupação ilegal de terras para monoculturas e o saqueio de recursos minerais.

Jornada continua mobilizando trabalhadores – Sítio Eletrônico da CPT – 12/06/2008

A Jornada Nacional de Luta da Via Campesina, iniciada no dia 10 de junho, continua mobilizando trabalhadores rurais em todas as regiões brasileiras. O movimento denuncia a atuação de transnacionais no Brasil que impõem a monocultura da cana-de-açúcar e do eucalipto e são grandes responsáveis pela crise no preço dos alimentos. Também buscam alertar a população sobre a realidade do projeto de transposição do rio São Francisco, que atenderá o agronegócio em detrimento das famílias ribeirinhas que vivem na região. O projeto de transposição irá destinar 4% da água para a população rural, 26% para a área urbana e 70% para o agronegócio. Veja as ações realizadas no dia 11 de junho:

Famílias ligadas à Via Campesina ocuparam a área de desenvolvimento do projeto de irrigação Ponto Novo, em **Senhor do Bonfim (BA)**. Grande parte da área de mais de 2.500 hectares seria destinada a pequenos e médios agricultores, mas empresários estariam tomando as terras para expandir a monocultura da banana na região. Na construção do projeto de irrigação, 400 famílias foram despejadas e somente 120 foram reassentadas em lotes ao redor da área. O restante permanece na periferia de Senhor do Bonfim. Os outros lotes localizados ao redor do projeto foram destinados a empresa Sítio Barreiros e Agrivale, que mantém monoculturas de banana e abacaxi na área.

No **Rio Grande do Sul**, integrantes da Via Campesina que realizavam uma manifestação em frente ao supermercado Nacional, pertencente ao grupo Wal-Mart, foram presos após conflito com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Eles tentavam mostrar aos passantes que a agricultura familiar é uma solução para conter a alta no preço dos alimentos, mantida pelas redes internacionais de supermercado, como o Wal-Mart.

No mesmo dia, os policiais feriram trabalhadores rurais que estavam acampados em frente a transnacional de alimentos, Bunge, em **Passo Fundo (RS)**. Segundo o movimento, a empresa participa do monopólio implementado no mercado nacional que define os preços dos alimentos nos supermercados. Transnacionais como a Bunge, a Monsanto, Cargill e Syngenta dominam o setor de produção e subordinam o trabalhador rural a comprar suas sementes e vender sua produção pelo preço definido por elas no mercado. Em **Porto Alegre**, trabalhadores da Via Campesina foram impedidos de marchar até o Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul. Eles realizavam uma manifestação, no dia 11 de junho, contra a corrupção no Estado, mas foram duramente reprimidos por policiais que lançaram bombas de gás lacrimogênio e atiraram balas de borracha contra os manifestantes. Cerca de dez pessoas, entre mulheres, crianças e até deputados foram atingidas.

Trabalhadores rurais da Via Campesina realizaram uma série de ações na cidade de Petrolândia, em **Pernambuco**. Mais de mil agricultores bloquearam a BR-316, próximo a ponte que liga a cidade ao município de Paulo Afonso. Em outra ação, cerca de 700 agricultores ocuparam a sub-estação de distribuição da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), próximo ao assentamento Antonio Conselheiro, também em Petrolândia. Eles protestam contra a transposição do rio São Francisco. Manifestantes também se reuniram em frente a sede da empresa Netuno Pescado, que possui 200 fazendas de camarão no Nordeste e é o maior exportador brasileiro de pescado.

Em **Santa Catarina**, duas ações foram realizadas durante o dia 11 de junho. Cerca de 700 trabalhadores ocuparam a frente da empresa Klabin, especializada na produção de papel e celulose. Os manifestantes distribuíram 500 mudas de árvores nativas e 15 toneladas em cestas de alimentos para a população do município de Otacílio Costa. Alguns dos alimentos, como as morangas, foram produzidas em um assentamento da Reforma Agrária no município de Ponte Alta. No município de Maravilha, 1200 trabalhadores bloquearam a BR-282 que dá acesso à cidade. Eles protestavam contra a empresa Aurora, que representa o modelo de produção do agronegócio na região.

Ação em 13 Estados envolve 6.900 contra multinacionais, monocultura da cana, aumento nos alimentos e modelo energético - Manifestações foram organizadas pela Via Campesina, que reúne, entre outros grupos, o MST, e pela Assembléia Popular

Cerca de 6.900 manifestantes, a maioria deles sem-terra do MST, participaram ontem de uma onda de invasões, protestos e depredações em 13 Estados contra a atuação de empresas estrangeiras no país, a monocultura da cana, o aumento nos preços dos alimentos e o modelo energético.

A manifestação foi organizada pela Via Campesina -que reúne MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), entre outros- e pela Assembléia Popular, articulação de movimentos sociais urbanos.

Os manifestantes tentaram invadir usinas hidrelétricas de Itá (RS) e fizeram um protesto em frente à usina de Salto Santiago (PR), ambas pertencentes à empresa franco-belga Suez, que lidera o consórcio vencedor da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO).

Para protestar contra a transposição do rio São Francisco, agricultores com foices, enxadas e pedaços de madeira invadiram as instalações da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), na usina de Sobradinho (BA). Eles forçaram o portão principal e quebraram alguns vidros. Deixaram o local no início da tarde.

Sem-terra invadiram a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Carpina (60 km de Recife), e destruíram mudas de cana-de-açúcar usadas para pesquisa.

Em Passo Fundo (RS), houve confronto. A Brigada Militar disparou balas de borracha contra sem-terra que invadiram fábrica da Bunge, multinacional de alimentos. Cinco sem-terra ficaram feridos.

Segundo o MST, o confronto teve início quando soldados apreenderam um caminhão com alimentos que seriam distribuídos à população carente que mora próximo à fábrica. O subcomandante-geral da Brigada Militar, Paulo Roberto Mendes, disse que todos os manifestantes seriam detidos.

Em Belo Horizonte, manifestantes bloquearam por seis horas com pneus e fogueiras um trecho urbano da FCA (Ferrovia Centro Atlântica), do Grupo Vale, para protestar contra a falta de obras e por mais segurança ao trânsito local e aos moradores da região dos bairros afetados pela linha férrea.

No Pontal do Paranapanema, região oeste de SP, segundo a Polícia Militar, cerca de 400 integrantes do MST dominaram dois seguranças e invadiram o canteiro de obra de usina de álcool do grupo Odebrecht. No escritório da empresa, eles improvisaram uma cozinha.

Cerca de mil pessoas ligadas à Via Campesina armadas com pedaços de paus invadiram o Porto do Pecém (a 60 km de Fortaleza), impedindo a carga e a descarga de navios. Protestavam contra a construção, no local, de uma termelétrica e de uma siderúrgica.

Em Santa Catarina, 350 pessoas, de acordo com a PM, protestaram contra o funcionamento de uma indústria de celulose em Otacílio Costa. Houve bloqueio por uma hora da BR-282, na cidade de Maravilha (658 km de Florianópolis).

Em São Paulo, cerca de 600 trabalhadores rurais da Via Campesina e integrantes da Assembléia Popular invadiram ontem um prédio da Votorantim no centro da cidade.

Segundo o MST, a polícia tomou o prédio e reprimiu os manifestantes com "violência". A PM nega. A invasão tinha por objetivo denunciar os impactos ambientais da construção da barragem de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, que corta os Estados de São Paulo e Paraná. **Colaborou a Folha Online*

Entidade reúne associações e a Igreja Católica – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2008

Criada em outubro de 2005, a Assembléia Popular articula movimentos e associações populares urbanas, como associações dos moradores, pastorais da Igreja Católica, movimentos de sem-teto ou sindicatos em torno de reivindicações gerais.

Ontem, a Assembléia Popular participou em pelo menos dois Estados (MG e RS) da onda de invasões, bloqueios e protestos, chamada de jornada de luta, junto com a Via Campesina. "A Assembléia Popular é um movimento que está se constituindo nacionalmente agora. Reúne vários movimentos e associações populares, como a associação dos moradores aqui do bairro São Geraldo, trabalhadores de diversas categorias, pastorais da igreja", disse Bruno Pedralva, que comandou o bloqueio da ferrovia FCA (Ferrovia Centro Atlântica), da Vale, ontem em Belo Horizonte.

Segundo Frederico Rick, da coordenação da Assembléia Popular em Minas Gerais, o bloqueio da ferrovia para reivindicar obras de segurança para moradores de diversos bairros tem relação com a pauta das manifestações da Via Campesina. "Temos vários bairros atingidos pela ferrovia e a reivindicação casa com a pauta nacional, que é contra a exportação de minério, área de atuação da Vale."

A Assembléia Popular, que não tem uma coordenação nacional, se organiza nos bairros. Mensalmente, é feita uma reunião com as articulações dos municípios. Duas vezes por ano, são organizadas assembleias estadual e nacional. **(PAULO PEIXOTO e SÍLVIA FREIRE)**

Via Campesina divulga projeto para o desenvolvimento do campo brasileiro – Sítio Eletrônico do MST – 11/06/2008

Na tarde desta quarta-feira (11/06), entidades que compõem a Via Campesina Brasil divulgaram, em Brasília, um documento com propostas consideradas estruturantes para o desenvolvimento do campo brasileiro. Entre os pontos apresentados, estão programas de fomento de agroindústrias para a produção de alimentos e agroenergia, reflorestamento e infra-estrutura em assentamentos, bem como a ampliação dos programas de educação do campo e a criação de uma estatal de fertilizantes.

O documento (abaixo e em anexo) pretende abrir o debate com a sociedade a respeito dos prejuízos causados pela ação das empresas transnacionais da agricultura, como a crise do preço dos alimentos. “A sociedade tem que se apropriar do debate. Saber o que come, sobre a água que toma, o quanto vale o suor do cortador de cana para abastecer o carro com álcool”, afirmou Dirceu Fumagalli, da CPT (Comissão Pastoral da Terra). “Queremos dialogar com a sociedade e, se o governo nos chamar, temos propostas a curto prazo, viáveis e que necessitam de menos investem para o agronegócio”, completou Frei Sergio Görden, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Abaixo, o documento:

PROGRAMAS ESTRUTURANTES DE CURTO PRAZO

1. Programa de reflorestamento 2ha por família camponesa.

Implementar programa nacional de florestamento e reflorestamento para o conjunto das famílias assentadas e camponesas do Brasil, beneficiando todos os Biomas. Deverá de ser fomentada a adesão das famílias à temática florestal buscando a instalação de sistemas diversificados de manejo florestal que possam produzir madeira, energia, sementes, fibras e produtos não madeireiros, além da preservação da biodiversidade e ampliação das florestas, contribuindo para o combate ao aquecimento global. Para isto é necessário:

- linha de crédito especial para a implantação das florestas, com carência de 8 anos e 8 anos para pagar, com juro zero e bônus de adimplência de 40%;
- remuneração de serviço ambiental as famílias, repassando um salário mínimo mensal durante os 12 primeiros meses após o plantio da floresta;
- assistência técnica florestal de base agroecológica, acompanhada de capacitação técnica para a implantação, manejo e agro extrativismo sustentável;
- fomento com recursos sem reembolso, para a implantação de pequenos viveiros florestais, descentralizados e cooperados, a fim de promover o incentivo para coleta de sementes e multiplicação de mudas nativas de árvores de cada região;
- programa massivo de educação ambiental, inserindo o conjunto das famílias, as escolas e demais estruturas organizativas dos assentamentos;

2. Programa de agroindústria familiar e cooperativa.

Implementar pequenas e médias agroindústrias familiares, comunitárias e cooperativadas descentralizando o beneficiamento dos alimentos, gerando emprego e mantendo a juventude nas pequenas cidades.

Para isto é necessário:

- a) Linha de crédito subsidiado com prazos longos;
- b) Mudanças na legislação sanitária garantindo a qualidade do produto final;
- c) Assistência técnica específica para acompanhar as empresas comunitárias até sua consolidação.

2. Programa de compra de alimentos pela CONAB, armazenagem, garantia de preço e produção de alimentos básicos.

- Ampliação do orçamento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para 1 bilhão por ano, garantindo a compra estatal dos produtos da reforma agrária e agricultura camponesa;
- Estudos de viabilidade e implantação de agroindústrias familiares em áreas reformadas viabilizando a agregação de valor e inserção nos mercados locais;
- aquisição dos produtos da reforma agrária para comporem as cestas básicas distribuídas pelo Governo Federal;
- garantia de comercialização para os produtos ecológicos, com sobre preço de no mínimo 30% em relação ao mercado convencional;

4. Programas de agroenergia e energias renováveis para agricultores familiares.

Implementar pequenas e médias usinas integradas de alimentos e energia para produção de álcool, óleos vegetais e biodiesel, descentralizadas e multifuncionais, tanto em matérias primas como em produtos, priorizando o consumo local e estimulando os consórcios alimentares/energéticos.

Implementar pequenas unidades de produção local de energia elétrica e de economia energética: microcentrais hidrelétricas, biodigestores, micro e pequenos aerogeradores, pequenas termoeletricas de biomassa, placas solares, aquecimento de água com serpentinas em fogões à lenha. Para isto é necessário:

- a) Projeto piloto com recursos não retornáveis;
- b) Linhas de crédito com subsídio e de longo prazo;
- c) Sistema elétrico integrado podendo as unidades locais de produção colocar energia na rede quando produzir excedente e usar da rede quando estiver em déficit.

5. Empresa estatal de fertilizantes minerais, orgânicos e organo-minerais.

Constituição de uma Empresa Estatal Federal para atuar no ramo de fertilizantes minerais e organo-minerais, utilizando-se de pós de rochas, dos resíduos do xisto e matérias primas orgânicas disponíveis;

Programa nacional para produção descentralizada e em escala, de fertilizantes orgânicos através de cooperativas, comunidades e prefeituras, utilizando material orgânico do lixo urbano e outros resíduos agrícolas e industriais. É necessário:

a) Estatização ou reestatização de todas as minas de fosfato e potássio existentes no país, por ser um insumo estratégico para a soberania alimentar da nação.

b) Destinação de recursos financeiros específicos não retornáveis e/ou financiamentos de longo prazo para estruturar pequenas indústrias de fertilizantes orgânicos e dos equipamentos para utilizá-los.

6. Programa de produção de leite/familiar.

- Garantia de preços mínimos compensadores para os pequenos produtores através de compras públicas exclusivamente da agricultura camponesa;

- Assistência técnica, capacitação e recursos financeiros para massificar entre as famílias camponesas a produção de leite à base de pasto, diminuindo custos, reduzindo a área utilizada e aumentando a produção.

- Recursos para estruturar cooperativas dos pequenos agricultores para recolher e resfriar localmente o leite das famílias camponesas bem como industrializar para o consumo regional.

7. Programa de investimentos em agroecologia nas escolas técnicas, universidades, etc.

- Financiamento de projetos de pesquisa e extensão rural pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (CNPQ e FINEP), MAPA e MDA nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, tecnologias populares, agroflorestas. E que os mesmos sejam construídos em parceria com os movimentos sociais.

Universidades:

- Institucionalização dos grupos de agroecologia estudantil existentes nas universidades.

- Reforma Curricular legitimada pelo MEC dos cursos de ciências agrárias que contemple na grade disciplinas como agroecologia, sociologia e extensão rural nos semestres iniciais.

Escola técnicas

- Reconhecimentos pelo MEC do curso de nível Técnico em Agroecologia.

- Legitimar junto ao MEC habilitação do exercício da profissão de Técnico em Agroecologia conforme as atribuições curriculares.

- Investimentos financeiros para que as escolas Técnicas em Agroecologia tenha condições de se manter em área física de no mínimo 50ha de terra.

8. Programa Água Para Todos – universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

a) Implementar a lei de Saneamento já aprovada no Congresso Nacional. O saneamento tem recursos garantidos pelo FGTS.

b) Implementar as 530 obras do Atlas do Nordeste, propostas pela Agência Nacional de Águas que têm potencial para beneficiar 34 milhões de pessoas do meio urbano na região, exatamente onde o abastecimento de água ainda é mais problemático.

c) Implementar as obras de convivência com o semi-árido proposta pela Articulação do Semi-árido no meio rural – cisternas para consumo humano, para produção, caxios, barragens subterrâneas, etc. – já estipuladas nos programas “Um milhão de Cisternas” e “Uma Terra Duas Águas”.

9. Programa Nacional de Habitação camponesa e popular.

- Programa nacional de habitação camponesa que possibilite moradia adequada a todas as famílias camponesas, de todas as faixas de renda, em todo o território nacional, de maneira desburocratizada, como política social estratégica para conter o êxodo rural, manter a juventude no campo e repovoar as comunidades camponesas, aplicando, em escala crescente, tecnologias de bioconstrução.

Por isto reivindicamos a Implantação de um Amplo Programa de Habitação Camponesa para construir, reformar e ampliar moradias em todo o meio rural brasileiro, tendo como meta construir e reformar 300 mil moradias ano, com valores mínimos de R\$ 16.000,00 por moradia, prazos longos (20 anos) e subsídios adequados (entre 50% a 80%) às faixas de renda das famílias camponesas.

10. Programa de produção de sementes e mudas nativas, crioulas e varietais.

- Recursos para multiplicar os bancos populares de Sementes Crioulas e Nativas;

- Recursos para multiplicar viveiros de mudas nativas e para implantação de agroflorestas;

- Implantação massiva de Centros de Preservação e Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS);

- Ampliação da pesquisa, melhoramento e produção de sementes varietais através da Embrapa e outros centros públicos de pesquisa e disponibilização

de sementes e mudas básicas para as cooperativas e associações camponesas para multiplicação, com o devido acompanhamento técnico

11. Programa público de assistência técnica, extensão rural e capacitação.

- Fortalecimento da assistência técnica como instrumento estratégico da construção de um novo modelo de produção no campo, implantando massivamente um novo paradigma produtivo ambientalmente sustentável;
- Assistência Técnica, extensão rural e capacitação sistêmica e continuada;
- Ampliar os Programas de Assistência Técnica, incorporando projetos especiais, tais como: transição agroecológica, produção de sementes crioulas, produção de leite a pasto, diversificação da cultura do fumo, implantação de agroflorestas, crédito assistido com recursos públicos conveniados com as organizações dos camponeses/as.

12. Programa de ampliação da Educação do Campo.

- Aumentar significativamente os recursos financeiros das escolas de ensino médio, técnico e superior dos movimentos sociais tendo como base o repasse feito as instituições de ensino federal de estudante/cursos.
- Enquadramento das escolas dos movimentos sociais nos PAA- Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB.
- Melhorias da infraestrutura.
- Contratação de professores habilitados no curso Pedagogia da Terra para ministrarem aulas em assentamentos rurais.
- Implementação de Medida Provisória que impossibilite o/a estudante ficar sem ter aulas de determinada disciplina por mais de 10 dias.
- Investimento em programas para aquisição de materiais didáticos e audiovisuais e informática.
- Criação de um plano didático-pedagógico construídos por professores, pais, estudantes e movimentos sociais que contemple a realidade das escolas que possuem classes multisseriadas.
- Capacitação didático-pedagógica para professores que ministram aulas em classes multisseriadas.

13. Programa de mecanização agrícola adequada para agricultura camponesa.

- Disponibilização de máquinas e equipamentos adaptados às necessidades da agricultura camponesa, leve, simples, resistente, rústica, econômica, barata, eficiente, multiuso e versátil, adaptada para desempenhar as várias atividades de uma agricultura diversificada. Prioridade para uma mecanização voltada a um novo modelo de agricultura, com produção diversificada, combinação de produção animal com produção vegetal, uso de adubação orgânica e armazenamento de água com irrigação de pequeno porte.

- É necessário: Política industrial de estímulo a este modelo de máquinas agrícolas e financiamento de longo prazo para pagar;

Além da mecanização familiar e comunitária, necessita Infra-estrutura Pública Coletiva de apoio a mecanização camponesa, para serviços pesados, como terraplanagem, açudagem e outros serviços, de máquinas e equipamentos como trator-esteira, retroescavadeira poclain, trator com scraiper, caçambas, adquiridos pelo governo federal, custeados por governos estaduais e prefeituras, sob o controle social dos camponeses através de suas organizações.

I. MEDIDAS POLÍTICAS E LEGISLATIVAS

1. Reforma Agrária com retomada de desapropriação de grandes latifúndios.
2. Regularização imediata da terra indígena da Raposa Serra do Sol e a área dos Guaranis – Caiová no MS e Mbiás Guaranis do RS.
3. Aplicação imediata, em nível nacional, da Tarifa Social Baixa Renda de energia elétrica para os consumidores, de acordo com a decisão judicial de maio de 2007, do Desembargador Federal de Brasília Sr. Catão Alves.
4. Isenção de pagamento dos primeiros 100 kw para as famílias camponesas e o que for gasto a mais “equidade” com o preço paga pelos grandes consumidores de energia (R\$0,06).
5. Proibição de vender/ceder terras para empresas estrangeiras.
6. Revisar a liberação do milho transgênico no Conselho de Ministros.
7. Revogar a MP da grilagem da Amazônia e o INCRA voltar a regularizar as áreas de Quilombolas.
8. Impedir a expansão do monocultivo de pínus e eucalipto.
9. Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária; Aprovação imediata do PL 6.852/06 e Revogação da MP 410.
10. Limitar a propriedade da terra em 35 módulos fiscais.

Via Campesina denuncia agronegócio e ação de empresas em 13 estados – Sítio eletrônico do MST – 11/06/2008

Nesta terça-feira, a Via Campesina e trabalhadores urbanos integrantes da Assembléia Popular realizaram uma jornada de lutas para denunciar os problemas causados pela atuação das grandes empresas no país, especialmente as estrangeiras, que são beneficiadas pelo modelo do agronegócio e pela política econômica neoliberal. A Assembléia Popular é um espaço de organização de comunidades e articulação dos movimentos populares da cidade.

Já aconteceram protestos em Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Paraná, Tocantins e Rondônia. O modelo econômico baseado no capital financeiro e no oligopólio de empresas transnacionais, principalmente do setor do agronegócio e da energia, sacrifica a renda da população com o aumento do preço dos alimentos e da conta de luz.

As ações denunciam que a especulação das empresas transnacionais e do capital financeiro, que impõem a monocultura de cana e eucalipto, causam a crise do preço dos alimentos. O mercado agrícola mundial é controlado pelo oligopólio de menos de 40 empresas que controlam toda produção, insumos, processamentos até a agroindústria.

No nordeste, organizações populares denunciam que a transposição do Rio São Francisco beneficiará apenas os latifundiários do agronegócio. O projeto do governo mostra que a destinação da água é de 4% para a população rural, 26% para o meio urbano e 70% para o agronegócio.

Em **Rondônia**, 300 trabalhadores do MAB e Via Campesina trancaram, nesta manhã, a BR 364, em Candeias do Jamari, a 20 Km de Porto Velho, no trecho que liga Porto Velho a Cuiabá. A rodovia é o principal caminho para o escoamento da soja produzida no Mato Grosso. A mobilização visa denunciar o desmatamento da Amazônia, a ocupação ilegal de enormes extensões de terra para plantação de soja e protesta contra a construção das usinas do Complexo Madeira. Em Ouro Preto, 200 pessoas fizeram uma mobilização por redução no preço da energia.

Em **Tocantins**, atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito trancam a estrada de ferro da Vale do Rio Doce, no município de Darcinópolis, em Tocantins. Cerca de 400 pessoas paralisam o tráfego do trem que abastece as obras da ferrovia que ligará o Porto de Itaquí, no Maranhão, ao município de Senador Canedo, em Goiás.

Depois de construída, a ferrovia fará o transporte da soja produzida na região amazônica e de minério de ferro da Vale. Além de denunciar o corte ilegal da floresta amazônica e do cerrado para grandes extensões de lavoura, os manifestantes reivindicam o cumprimento dos acordos feitos entre eles e a empresa Valec, construtora da ferrovia.

No **Paraná**, cerca de 300 agricultores do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e da Via Campesina estão acampados na hidrelétrica de Salto Santiago, no Paraná, em protesto contra a transnacional franco-belga Suez-Tractebel, dona da barragem. É a segunda vez no ano que a UHE de Salto Santiago é ocupada por trabalhadores rurais. Eles também protestam contra lei que impede agricultores de viverem a menos de cem metros da mata ciliar no entorno do lago da barragem. Os manifestantes exigem uma rodada de negociações com o governo para resolver os problemas dos atingidos pela barragem.

Em **Pernambuco**, cerca de 200 trabalhadores rurais da Via Campesina ocuparam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), no município de

Carpina, Zona da Mata Norte de Pernambuco, nesta manhã, em protesto contra o avanço da monocultura de cana-de-açúcar na região, que contribuiu para a elevação da crise dos alimentos no país. Durante a ocupação, os agricultores destruíram mudas de variedades de cana, inclusive espécies transgênicas, e cortaram cerca de dois dos 100 hectares de cana-de-açúcar plantadas na Estação.

A Estação Experimental é uma Parceria Público-Privada entre o Sindaçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool), que reúne as 20 maiores usinas estaduais, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Com 250 hectares, a área poderia assentar cerca de 50 famílias Sem Terra e produzir alimentos para abastecer as feiras da região.

No **Espírito Santo**, cerca de 500 trabalhadores da Via Campesina realizam um protesto contra a expansão da monocultura da cana-de-açúcar. A mobilização está ocorrendo no município de Montanha, onde será instalada uma nova usina, pertencente à empresa estrangeira Infinity Bio-Energy, companhia criada em 2006 e sediada na Ilha das Bermudas, e que já comprou todas as usinas de cana do norte do ES.

A região norte do Espírito Santo conta com 40 mil hectares de cana plantados e deve ser dobrada a área de plantio nos próximos anos. Isso está sendo estimulado tanto pela instalação da empresa Infinity Bio-Energy, que pretende tornar-se líder mundial na produção e distribuição de álcool e outros biocombustíveis, e pelo governo do estado, que apontou a meta de ampliação em 133% da produção de álcool, conforme o Plano Estratégico de Agricultura Capixaba (PEDEAG).

Em **São Paulo**, 450 trabalhadores da Via Campesina ocuparam uma fazenda no município de Mirante do Paranapanema, da Organização Odebrecht, que está construindo a usina Conquista do Pontal para a produção de etanol. A Odebrecht, entre outras empresas, estão se utilizando irregularmente de terras públicas para a instalação de usinas e plantio de cana-de-açúcar.

O projeto de expansão da Odebrecht prevê a utilização de 160 mil hectares de terras para a produção de matéria-prima (cana-de-açúcar). Essas terras estão dentro do 11º perímetro do Pontal do Paranapanema, uma região de terras públicas.

Na cidade de São Paulo, cerca de 600 trabalhadores rurais da Via Campesina e integrantes da Assembléia Popular ocuparam prédio da Votorantim e CPFL para denunciar os impactos ambientais da construção da barragem de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, que corta os estados de São Paulo e Paraná. O protesto também denuncia os altos preços da energia elétrica.

A Polícia Militar invadiu o prédio com soldados e reprimiu com violência a manifestação pacífica, com bombas de gás de pimenta e tiros. Foram presos cinco manifestantes da Via Campesina e Assembléia Popular, liberados no final da tarde.

O Ibama reprovou duas vezes os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentados pela companhia. A empresa enviou um novo relatório em 2005 e ainda não recebeu parecer conclusivo do Ibama. Ainda existem duas pendências: uma referente ao dispositivo legal que permite a inundação de cavernas (há duas na área a ser alagada), e outra relativa à revalidação do direito de uso dos recursos hídricos do rio Ribeira, a cargo da Agência Nacional de Águas (ANA).

Na **Paraíba**, mais de 200 trabalhadores rurais da Via Campesina ocuparam o latifúndio Nossa Senhora de Lourdes, localizado a 5 km da cidade de Mari, que possui 1.100 hectares com a monocultura da cana. A propriedade de Carlos Ribeiro Coutinho foi arrendada para a Usina Jacungu.

Os lavradores estão recebendo ameaças de pistoleiros, que começam a rondar o acampamento, com homens armados vestidos de preto preparados agirem à noite contra os trabalhadores rurais acampados.

“Os integrantes da Via Campesina denunciam o modelo agroexportador, e a opção do governo por ele. Expandido a monocultura da cana de açúcar, cada vez menos terra sobra para ser feita a Reforma Agrária e para a produção de alimentos”, denuncia Dilei Aparecida, da coordenação estadual da Via Campesina.

No domingo, 150 famílias ocuparam um latifúndio nas Várzeas de Sousa e ainda permanecem acampadas no local para denunciar a opção do governo de expandir o agronegócio na região, beneficiando o Grupo Santana Sementes. Desde domingo, os fiscais da área estão fazendo varias ameaças às famílias acampadas, mas elas permaneceram resistindo no local.

No **Ceará**, cerca de mil trabalhadores rurais da ocuparam o Porto do Pecém, situado em São Gonçalo do Amarante (região metropolitana). Foram fechadas as áreas de carga e descarga do terminal em protesto contra o projeto de instalação de cinco termoeletricas, uma refinaria e uma siderúrgica no complexo, que vão causar danos ambientais e sociais.

Além disso, os trabalhadores protestam contra a alta dos preços dos alimentos, transposição do Rio São Francisco e instalação de uma refinaria da Petrobrás, que será construída em cima da bacia hidrográfica e o consumo de água será equivalente a uma cidade de 30 mil habitantes.

Na **Bahia**, agricultores da Via Campesina ocuparam a barragem da usina de Sobradinho para denunciar que os grandes projetos de irrigação beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio, especialmente o projeto de transposição do Rio São Francisco, o Pontal Sul, em Petrolina, e o Projeto Salitre, na cidade vizinha de Juazeiro, na Bahia.

Depois de investimento publico em infra-estrutura de irrigação (no caso do Pontal Sul já foram investidos cerca de 250 milhões de reais), essa estrutura é privatizada nos acordos de Parceria Publica Privada (PPP).

Em **Alagoas**, 1.000 pessoas de diversas organizações populares, Via Campesina, grupos, pastorais, povos e comunidades tradicionais (Indígenas, Quilombolas e Pescadores Artesanais) fazem protesto na hidrelétrica de Xingó contra a transposição do Rio São Francisco, construção das novas barragens e a baixa vazão do rio, que causa fortes impactos na Foz do Rio São Francisco. Os manifestantes denunciam que a transposição e as novas barragens beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio.

No **Rio Grande do Sul**, trabalhadores do campo e da cidade ocuparam cedo da manhã desta terça-feira a transnacional de alimentos Bunge, na cidade de Passo Fundo (região Norte gaúcha). Os camponeses e trabalhadores denunciam o monopólio que as empresas de alimentos, como a Bunge, implementam no mercado, definindo os preços pagos pelo trabalhador nos supermercados, que estão cada vez mais caros.

O Ministério da Agricultura concluiu em estudo que a Bunge, no Brasil desde 1938, montou um oligopólio no setor brasileiro de fertilizantes e vem sendo responsável pela alta do preço dos alimentos, com os altos custos de produção de lavouras. Além disso, a Bunge precisou ser intimada pela Justiça em 2007 para rotular como produto que contém transgênico o seu azeite Soya, pois escondia essa informação da população.

Na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cerca de 300 trabalhadores rurais ocuparam as instalações da Usina Hidrelétrica de Itá, que pertence à transnacional franco-belga Suez-Tractebel e a ação faz parte da jornada

nacional de lutas da Via Campesina contra o modelo energético e econômico e contra as transnacionais.

A Suez-Tractebel é a maior empresa estrangeira de geração de energia no Brasil, com 13 usinas (6 hidrelétricas e 7 termelétricas). Segundo dados da própria empresa, em 2007, o lucro líquido foi de R\$ 1,05 bilhão, 6,8% acima do lucro obtido em 2006.

Em **Santa Catarina**, foram realizadas mobilizações em duas regiões do Estado. Cerca de 700 trabalhadores estão em frente à Klabin, empresa de papel e celulose, que detém 160 mil hectares de pinho e eucalipto no estado.

Além disso, os manifestantes distribuem 500 mudas de árvores nativas e 15 toneladas em cestas de alimentos para a população da cidade de Otacílio Costa, que inclui morangas produzidas em um assentamento da Reforma Agrária no município de Ponte Alta. Os manifestantes também irão plantar centenas de mudas de árvores nativas, em protesto contra o "deserto verde", provocado pelo plantio em grande escala de pinus e eucalipto.

No município de Maravilha, 1200 trabalhadores da Via Campesina estão concentrados no trevo da BR 282 e trancaram a rodovia, que dá acesso à cidade, onde farão protestos contra a Aurora, que representa o modelo de produção do agronegócio.

Em **Minas Gerais**, 500 pessoas participantes da Assembléia Popular bloquearam a linha férrea da mineradora Vale, na altura do bairro São Geraldo, em Belo Horizonte, para denunciar os problemas causados pela passagem do trem. O trem bloqueia a passagem de veículos por até 2 horas e, desde o ano passado, já morreram 04 pessoas dentro de ambulâncias, inviabiliza as aulas da Escola Municipal Pe. Francisco Carvalho Moreira por causa do barulho e abala a estrutura das casas.

Os integrantes da Assembléia Popular de Belo Horizonte, nos bairros de São Geraldo, Caetano Furkim, Boa Vista, Casa Branca e Vila Mariana de Abreu pedem a transposição da linha há 25 anos e a indenização das famílias que perderam parentes. Em 2007, paralisaram a passagem do trem por duas ocasiões e nenhuma das promessas foram cumpridas.

Uma comissão apresentou como pauta a exigência da transposição dos trilhos. Os representantes da FCA e da Vale garantiram o início das obras no prazo de 40 dias. O mesmo acordo foi firmado também com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Governo promete novo contrato para cortador de cana - Assis Moreira – Valor Econômico – agronegócios - 11/06/2008

Ao mesmo tempo em que admitia existência de canaviais na Amazônia, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse ontem que até o fim do mês o governo lançará um contrato de trabalho específico para os cortadores de cana.

O objetivo é frear denúncias internacionais de trabalho degradante na produção de etanol. Segundo Lupi, o contrato torna-se necessário porque a colheita crescerá muito, ainda mais com 90% dos carros novos do país sendo movidos a biocombustíveis.

"A tendência é aumentar a produção e precisamos ter política focada para combater trabalho degradante no setor", afirmou. O foco do contrato vai ser qualificação e segurança do direito do trabalhador, mas não está claro qual será o pagamento mínimo no setor.

Lupi admitiu problemas na indústria canavieira, confirmando que a maioria dos mais de 20 mil trabalhadores "em situação parecida com a escravidão" que o ministério conseguiu libertar nos últimos anos, estava na área de cana, com maior incidência no Pará. Indagado sobre afirmações do governo de que não havia cana na Amazônia, o ministro retrucou rindo e abrindo os braços: "Diziam que não, mas o pior é que tem".

Em discurso na FAO, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse para mais de 50 chefes de Estado que 99,7% da cana-de-açúcar no país está a pelo menos 2 mil quilômetros da floresta amazônica e que, assim, a distância entre os canaviais no Brasil e a Amazônia seria a mesma que a entre o Vaticano e o Kremlin.

Ele atribuiu a "argumentos sem pé nem cabeça" as críticas de que os canaviais estariam invadindo a Amazônia e garantiu que a região Norte tem apenas 21 mil hectares de cana, o equivalente a 0,3% da área total de canaviais do Brasil.

Via Campesina divulga projeto para o campo brasileiro – Sítio Eletrônico da CPT – 12/06/2008

http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&new_topic=0 Na tarde do dia 11 de junho, entidades que compõem a Via Campesina Brasil divulgaram, em Brasília, um documento com propostas consideradas estruturantes para o desenvolvimento do campo brasileiro.

Entre os pontos apresentados, estão programas de fomento de agroindústrias para a produção de alimentos e agroenergia, reflorestamento e infra-estrutura em assentamentos, bem como a ampliação dos programas de educação do campo e a criação de uma estatal de fertilizantes.

O documento (abaixo) pretende abrir o debate com a sociedade a respeito dos prejuízos causados pela ação das empresas transnacionais da agricultura, como a crise do preço dos alimentos. "A sociedade tem que se apropriar do debate. Saber o que come, sobre a água que toma, o quanto vale o suor do cortador de cana para abastecer o carro com álcool", afirmou Dirceu Fumagalli, da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

“Queremos dialogar com a sociedade e, se o governo nos chamar, temos propostas a curto prazo, viáveis e que necessitam de menos investimento do que o que destinado atualmente ao agronegócio exportador, voltado ao monocultivo e não à produção de alimentos”, completou Frei Sergio Görden, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

Abaixo, o documento:

PROGRAMAS ESTRUTURANTES DE CURTO PRAZO

1) Programa de reflorestamento 2ha por família camponesa.

Implementar programa nacional de florestamento e reflorestamento para o conjunto das famílias assentadas e camponesas do Brasil, beneficiando todos os Biomas. Deverá de ser fomentada a adesão das famílias à temática florestal buscando a instalação de sistemas diversificados de manejo florestal que possam produzir madeira, energia, sementes, fibras e produtos não madeireiros, além da preservação da biodiversidade e ampliação das florestas, contribuindo para o combate ao aquecimento global. Para isto é necessário:

- linha de crédito especial para a implantação das florestas, com carência de 8 anos e 8 anos para pagar, com juro zero e bônus de adimplência de 40%;
- remuneração de serviço ambiental as famílias, repassando um salário mínimo mensal durante os 12 primeiros meses após o plantio da floresta;
- assistência técnica florestal de base agroecológica, acompanhada de capacitação técnica para a implantação, manejo e agro extrativismo sustentável;
- fomento com recursos sem reembolso, para a implantação de pequenos viveiros florestais, descentralizados e cooperados, a fim de promover o incentivo para coleta de sementes e multiplicação de mudas nativas de árvores de cada região;
- programa massivo de educação ambiental, inserindo o conjunto das famílias, as escolas e demais estruturas organizativas dos assentamentos;

2) Programa de agroindústria familiar e cooperativa.

Implementar pequenas e médias agroindústrias familiares, comunitárias e cooperativadas descentralizando o beneficiamento dos alimentos, gerando emprego e mantendo a juventude nas pequenas cidades.

Para isto é necessário:

- a) Linha de crédito subsidiado com prazos longos;
- b) Mudanças na legislação sanitária garantindo a qualidade do produto final;
- c) Assistência técnica específica para acompanhar as empresas comunitárias até sua consolidação.

3) Programa de compra de alimentos pela CONAB, armazenagem, garantia de preço e produção de alimentos básicos.

- Ampliação do orçamento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para 1 bilhão por ano, garantindo a compra estatal dos produtos da reforma agrária e agricultura camponesa;
- Estudos de viabilidade e implantação de agroindústrias familiares em áreas reformadas viabilizando a agregação de valor e inserção nos mercados locais;
- aquisição dos produtos da reforma agrária para comporem as cestas básicas distribuídas pelo Governo Federal;
- garantia de comercialização para os produtos ecológicos, com sobre preço de no mínimo 30% em relação ao mercado convencional;

4) Programas de agroenergia e energias renováveis para agricultores familiares.

Implementar pequenas e médias usinas integradas de alimentos e energia para produção de álcool, óleos vegetais e biodiesel, descentralizadas e multifuncionais,

tanto em matérias primas como em produtos, priorizando o consumo local e estimulando os consórcios alimentares/energéticos.

Implementar pequenas unidades de produção local de energia elétrica e de economia energética: microcentrais hidrelétricas, biodigestores, micro e pequenos aerogeradores, pequenas termoeletricas de biomassa, placas solares, aquecimento de água com serpentinas em fogões à lenha.

Para isto é necessário:

- a) Projeto piloto com recursos não retornáveis;
- b) Linhas de crédito com subsídio e de longo prazo;
- c) Sistema elétrico integrado podendo as unidades locais de produção colocar energia na rede quando produzir excedente e usar da rede quando estiver em déficit.
- 5) Empresa estatal de fertilizantes minerais, orgânicos e organo-minerais.

Constituição de uma Empresa Estatal Federal para atuar no ramo de fertilizantes minerais e organo-minerais, utilizando-se de pós de rochas, dos resíduos do xisto e matérias primas orgânicas disponíveis;

Programa nacional para produção descentralizada e em escala, de fertilizantes orgânicos através de cooperativas, comunidades e prefeituras, utilizando material orgânico do lixo urbano e outros resíduos agrícolas e industriais.

É necessário:

a) Estatização ou reestatização de todas as minas de fosfato e potássio existentes no país, por ser um insumo estratégico para a soberania alimentar da nação.

b) Destinação de recursos financeiros específicos não retornáveis e/ou financiamentos de longo prazo para estruturar pequenas indústrias de fertilizantes orgânicos e dos equipamentos para utilizá-los.

6) Programa de produção de leite/familiar.

- Garantia de preços mínimos compensadores para os pequenos produtores através de compras públicas exclusivamente da agricultura camponesa;

- Assistência técnica, capacitação e recursos financeiros para massificar entre as famílias camponesas a produção de leite à base de pasto, diminuindo custos, reduzindo a área utilizada e aumentando a produção.

- Recursos para estruturar cooperativas dos pequenos agricultores para recolher e resfriar localmente o leite das famílias camponesas bem como industrializar para o consumo regional.

7) Programa de investimentos em agroecologia nas escolas técnicas, universidades, etc.

- Financiamento de projetos de pesquisa e extensão rural pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (CNPQ e FINEP), MAPA e MDA nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, tecnologias populares, agroflorestas. E que os mesmos sejam construídos em parceria com os movimentos sociais.

Universidades:

- Institucionalização dos grupos de agroecologia estudantil existentes nas universidades.

- Reforma Curricular legitimada pelo MEC dos cursos de ciências agrárias que contemple na grade disciplinas como agroecologia, sociologia e extensão rural nos semestres iniciais.

Escola técnicas

- Reconhecimentos pelo MEC do curso de nível Técnico em Agroecologia.

- Legitimar junto ao MEC habilitação do exercício da profissão de Técnico em Agroecologia conforme as atribuições curriculares.

- Investimentos financeiros para que as escolas Técnicas em Agroecologia tenha condições de se manter em área física de no mínimo 50ha de terra.

8) Programa Água Para Todos – universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

a) Implementar a lei de Saneamento já aprovada no Congresso Nacional. O saneamento tem recursos garantidos pelo FGTS.

b) Implementar as 530 obras do Atlas do Nordeste, propostas pela Agência Nacional de Águas que têm potencial para beneficiar 34 milhões de pessoas do meio urbano na região, exatamente onde o abastecimento de água ainda é mais problemático.

c) Implementar as obras de convivência com o semi-árido proposta pela Articulação do Semi-árido no meio rural – cisternas para consumo humano, para produção, caxios, barragens subterrâneas, etc. – já estipuladas nos programas “Um milhão de Cisternas” e “Uma Terra Duas Águas”.

9) Programa Nacional de Habitação camponesa e popular.

- Programa nacional de habitação camponesa que possibilite moradia adequada a todas as famílias camponesas, de todas as faixas de renda, em todo o território nacional, de maneira desburocratizada, como política social estratégica para conter o êxodo rural, manter a juventude no campo e repovoar as comunidades camponesas, aplicando, em escala crescente, tecnologias de bioconstrução.

Por isto reivindicamos a Implantação de um Amplo Programa de Habitação Camponesa para construir, reformar e ampliar moradias em todo o meio rural brasileiro, tendo como meta construir e reformar 300 mil moradias ano, com valores mínimos de R\$ 16.000,00 por moradia, prazos longos (20 anos) e subsídios adequados (entre 50% a 80%) às faixas de renda das famílias camponesas.

10) Programa de produção de sementes e mudas nativas, crioulas e variedades.

- Recursos para multiplicar os bancos populares de Sementes Crioulas e Nativas;

- Recursos para multiplicar viveiros de mudas nativas e para implantação de agroflorestas;

- Implantação massiva de Centros de Preservação e Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS);

- Ampliação da pesquisa, melhoramento e produção de sementes variedades através da Embrapa e outros centros públicos de pesquisa e disponibilização de sementes e mudas básicas para as cooperativas e associações camponesas para multiplicação, com o devido acompanhamento técnico

11) Programa público de assistência técnica, extensão rural e capacitação.

- Fortalecimento da assistência técnica como instrumento estratégico da construção de um novo modelo de produção no campo, implantando massivamente um novo paradigma produtivo ambientalmente sustentável;

- Assistência Técnica, extensão rural e capacitação sistêmica e continuada;

- Ampliar os Programas de Assistência Técnica, incorporando projetos especiais, tais como: transição agroecológica, produção de sementes crioulas, produção de leite a pasto, diversificação da cultura do fumo, implantação de agroflorestas, crédito assistido com recursos públicos conveniados com as organizações dos camponeses/as.

12) Programa de ampliação da Educação do Campo.

- Aumentar significativamente os recursos financeiros das escolas de ensino médio, técnico e superior dos movimentos sociais tendo como base o repasse feito as instituições de ensino federal de estudante/curso.

- Enquadramento das escolas dos movimentos sociais nos PAA- Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB.

- Melhorias da infraestrutura.

- Contratação de professores habilitados no curso Pedagogia da Terra para ministrarem aulas em assentamentos rurais.
- Implementação de Medida Provisória que impossibilite o/a estudante ficar sem ter aulas de determinada disciplina por mais de 10 dias.
- Investimento em programas para aquisição de materiais didáticos e audio-visuais e informática.
- Criação de um plano didático-pedagógico construídos por professores, pais, estudantes e movimentos sociais que contemple a realidade das escolas que possuem classes multisseriadas.
- Capacitação didático-pedagógica para professores que ministram aulas em classes multisseriadas.

13) Programa de mecanização agrícola adequada para agricultura camponesa.

- Disponibilização de máquinas e equipamentos adaptados às necessidades da agricultura camponesa, leve, simples, resistente, rústica, econômica, barata, eficiente, multiuso e versátil, adaptada para desempenhar as várias atividades de uma agricultura diversificada. Prioridade para uma mecanização voltada a um novo modelo de agricultura, com produção diversificada, combinação de produção animal com produção vegetal, uso de adubação orgânica e armazenamento de água com irrigação de pequeno porte.

- É necessário:

Política industrial de estímulo a este modelo de máquinas agrícolas e financiamento de longo prazo para pagar;

Além da mecanização familiar e comunitária, necessita Infra-estrutura Pública Coletiva de apoio a mecanização camponesa, para serviços pesados, como terraplanagem, açudagem e outros serviços, de máquinas e equipamentos como trator-esteira, retroescavadeira poclain, trator com scaiper, caçambas, adquiridos pelo governo federal, custeados por governos estaduais e prefeituras, sob o controle social dos camponeses através de suas organizações.

I. MEDIDAS POLÍTICAS E LEGISLATIVAS

1. Reforma Agrária com retomada de desapropriação de grandes latifúndios.
2. Regularização imediata da terra indígena da Raposa Serra do Sol e a área dos Guaranis – Caiová no MS e Mbiás Guaranis do RS.
3. Aplicação imediata, em nível nacional, da Tarifa Social Baixa Renda de energia elétrica para os consumidores, de acordo com a decisão judicial de maio de 2007, do Desembargador Federal de Brasília Sr. Catão Alves.
4. Isenção de pagamento dos primeiros 100 kw para as famílias camponesas e o que for gasto a mais “equidade” com o preço paga pelos grandes consumidores de energia (R\$0,06).
5. Proibição de vender/ceder terras para empresas estrangeiras.
6. Revisar a liberação do milho transgênico no Conselho de Ministros.
7. Revogar a MP da grilagem da Amazônia e o INCRA voltar a regularizar as áreas de Quilombolas.
8. Impedir a expansão do monocultivo de pínus e eucalipto.
9. Pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária; Aprovação imediata do PL 6.852/06 e Revogação da MP 410.
10. Limitar a propriedade da terra em 35 módulos fiscais.

Ativismo transgênico – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 12/06/2008

Verba pública alimenta os atos de depredação e o atraso ideológico de organizações como o MST e a Via Campesina

TREZE Estados, 6.900 militantes e o objetivo de deter o desenvolvimento da economia nacional. Marcaram-se pelo mais primário vandalismo as ações articuladas nesta terça-feira pela Via Campesina -entidade que reúne os sem-terra do MST, os atingidos por barragens e ativistas de movimentos urbanos de diversa denominação.

Em tempos passados, a principal bandeira dos sem-terra era a eliminação do latifúndio improdutivo. Ainda que fossem profundamente condenáveis os seus métodos, dada sua ilegalidade e truculência, podia-se ao menos argumentar que se insurgiam contra um clássico fator de arcaísmo na sociedade brasileira.

No Nordeste de 1930, como na América Latina de 50 anos atrás, na Europa feudal ou no Japão há mais de um século, coronéis, "terratenientes", barões e "daimyôs" opuseram indiscutíveis obstáculos à dinamização de suas respectivas sociedades. Por mais duvidosos que tenham sido os resultados de muitas experiências de redistribuição de terras ao longo da história mundial, não era difícil identificar na oligarquia rural um foco de tradicionalismo e resistência à modernização da sociedade.

Inverteu-se radicalmente o quadro nos dias de hoje. O tema do latifúndio improdutivo deixa de constar das reivindicações de movimentos "campeiros" -cuja artificialidade, no Brasil, já se faz sentir pelo próprio nome. É contra o agronegócio, contra a pesquisa em biotecnologia, contra hidrelétricas e siderúrgicas que se mobilizaram os manifestantes desta terça-feira. Mudanças de cana-de-açúcar utilizadas em pesquisas foram destruídas em Pernambuco; uma usina hidrelétrica foi invadida na Bahia; ferrovias da Vale do Rio Doce foram bloqueadas em Minas Gerais e Tocantins; o porto de Pecém (CE) foi ocupado.

Não se trata de colocar acima de questionamento os possíveis impactos ambientais e humanos do agronegócio, da mineração ou da construção de hidrelétricas. Mas o que está em jogo não é a reparação de prejuízos isolados, e sim uma ação em escala nacional, voltada para recriar um sistema de coletivismo neolítico num país que acumula sucessos internacionais na produção de alimentos e matérias-primas.

Arcaicos os objetivos, primitivos os métodos, obscurantista a mentalidade. Só no financiamento e na organização interna os movimentos "campeiros" se distinguem pela sofisticação. Contam com o aparelhamento de órgãos estatais sob o governo Lula e com as verbas -que com justiça se poderia chamar de transgênicas- oriundas do repasse governamental a sindicalistas e assentados. Recursos em tese dirigidos ao desenvolvimento da agricultura familiar são a fonte dos "dízimos" de que se nutrem essas organizações.

É assim que os impostos gerados pelo progresso industrial e agrícola financiam, com a leniência do governo, os fanáticos do vandalismo, da primariedade e da estagnação.

Sem-terra fazem novas invasões em 5 estados – Flávio Freire – O Globo – O País – 12/06/2008

SÃO PAULO. Um dia depois de comandar invasões em 13 estados, sem-terra ligados ao MST e à Via Campesina realizaram ontem protestos em mais cinco estados, que resultaram em saques de supermercado, bloqueio de estradas, marchas e novas ocupações. No Rio Grande do Sul, os manifestantes entraram em confronto com a polícia, e dez militantes ficaram feridos.

De acordo com a polícia, eles quebraram vidros do supermercado e derrubaram cercas.

— Eles queriam sair sem pagar, justificando que os alimentos são do povo. Isso é crime — disse o comandante da polícia no estado, coronel Rogério Carvalho Vanin.

A direção do MST divulgou, em seu site, que os manifestantes foram vítimas de bombas de gás lacrimogêneo e tiros com balas de borracha. Segundo o MST, o protesto em Porto Alegre era para denunciar a política do governo gaúcho de corte de investimentos em saúde e educação e o projeto de incentivo do estado às transnacionais.

Ainda no Rio Grande do Sul, cerca de 500 militantes da Via Campesina ocuparam duas áreas da empresa Votorantim, para denunciar o que chamam de avanço da monocultura do eucalipto e da acácia no sul gaúcho.

As invasões aconteceram em Erval do Sul (200 pessoas) e em Piratini (300 militantes).

Em Pernambuco, onde 700 sem-terra haviam ocupado anteontem a subestação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), cerca de mil pessoas bloquearam ontem a BR-316, próximo à ponte que liga Petrolândia a Paulo Afonso, na Bahia.

No município de Mari, na Paraíba, onde cerca de 200 famílias estão acampadas na fazenda nossa Senhora de Lourdes desde anteontem, os sem-terra começaram a cortar os pés de cana e estão plantando sementes de feijão, milho e macaxeira.

No norte da Bahia, cerca de 350 famílias do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Via Campesina ocuparam área do projeto Ponto Novo de irrigação, na microrregião de Senhor do Bonfim. Em Mato Grosso, os sem-terra realizaram marchas em cidades do interior do estado para reforçar a jornada nacional de lutas.

MST mantém ocupações no país – Valor Econômico – Brasil - 12/06/2008

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina continuaram ontem com a onda de ocupações a empresas, hidrelétricas e propriedades em protesto contra o agronegócio. Segundo os movimentos, as ações estão concentradas em quatro Estados. Com os protestos, os manifestantes pretendem denunciar empresas que impõem a monocultura da cana-de-açúcar e do eucalipto. Segundo os movimentos, essa é a causa da crise no preço dos alimentos.

Em Porto Alegre, eles ocuparam o supermercado Nacional, do grupo Walmart. Segundo o MST, 12 pessoas foram presas após conflito com a Polícia Militar. Antes disso, cerca de 1.200 pessoas marcharam em direção ao Palácio Piratini em protesto contra "o corte aos serviços básicos do Estado (como saúde e educação)".

Segundo os manifestantes, a policia bloqueou a passagem e disparou tiros de borracha.

Também no Rio Grande do Sul, cerca de 500 agricultores ocupam duas áreas da empresa Votorantim, nas cidades de Erval do Sul e Piratini. Em Pernambuco, cerca de 700 agricultores ocuparam a subestação de distribuição da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), no município de Petrolândia, em protesto contra a transposição do rio São Francisco.

Em São Paulo, 450 trabalhadores da Via Campesina ocupavam desde terça-feira uma fazenda no município de Mirante do Paranapanema, onde está sendo construída uma usina de álcool. Na Paraíba, mais de 200 manifestantes também ocupavam desde terça-feira a propriedade Nossa Senhora de Lourdes, que produz cana.

MST invade fazendas de ex-governador da Paraíba – O Globo – O País – 14/06/2008

Sem-terra reivindicam desapropriação das terras; ato faz parte de jornada realizada em 16 estados SÃO PAULO. Quarenta famílias de sem-terra ocuparam ontem uma das fazendas do senador José Maranhão (PMDB-PB), ex-governador da Paraíba. A fazenda fica em Campo de Santana, na Paraíba. A ação faz parte da jornada do MST e da Via Campesina, que desencadeou mobilizações em 16 estados esta semana.

A reivindicação do grupo é a desapropriação de duas fazendas do ex-governador: a Volta, com 1.000 hectares, e a Carnaúba, com 800 hectares. O MST afirma que ambas são improdutivas.

De acordo com denúncia feita mês passado pela Associação Nacional de Defesa da Administração e do Erário Públicos, do Meio Ambiente, do Consumidor e do Cidadão da Paraíba (Andar) ao Ministério Público, durante o período em que foi governador (1998-2006), Maranhão teria aumentado seu patrimônio em 580%.

No Pontal do Paranapanema, 400 pessoas da Via Campesina que haviam ocupado por três dias uma fazenda próxima a Teodoro Sampaio, deixaram o local ontem. Os manifestantes, no entanto, juntaram-se em protesto na Destilaria Alcídia, do grupo Odebrecht, que acabou à tarde.

Ações da Jornada Nacional de Luta – Sítio Eletrônico da CPT – 13/06/2008

No dia 12 de junho, as ações dos camponeses na Jornada Nacional de Luta da Via Campesina continuaram nos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco e na capital federal, Brasília. A Jornada, iniciada no dia 10 de junho, já mobilizou trabalhadores em 16 estados brasileiros.

Camponeses ligados à Via Campesina e trabalhadores de bairros organizados em sindicatos e na Assembléia Popular fizeram protestos em três pontos do estado de **Goiás**. Em Uruaçu, 800 manifestantes bloquearam a BR-153, que liga Goiás a Tocantins. Em Catalão, 600 pessoas trancaram a BR-050, que liga o município a

cidade de Goiânia, e na capital do estado, 150 manifestantes fazem um protesto em frente à Companhia Energética de Goiás (CELG). Eles entregarão autodeclarações que garantem a Tarifa Social de Energia Elétrica, descontos na conta de luz para famílias de baixa-renda que consomem até 80 kwh/mês.

Em **Governador Valadares (MG)**, aproximadamente 1.500 camponeses ocuparam a ferrovia da Companhia Vale. Eles exigem que a mineradora inicie uma negociação com as 500 famílias da comunidade Pedro Corrida, que serão retiradas de suas terras para a construção da barragem de Baguari. A Vale ainda não reassentou as mil famílias da região que ainda sofrem com os prejuízos causados pela construção da barragem de Aimorés, de responsabilidade da Vale e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Cerca de 500 trabalhadores do campo fizeram um ato em frente à sede nacional da Companhia Vale, no **Rio de Janeiro**. O objetivo era denunciar os impactos sociais causados pela atuação da mineradora nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro. Os manifestantes afirmam que a empresa deve se responsabilizar pelas comunidades onde atua e que são atingidas por suas atividades, já que extrai recursos naturais pertencentes à União.

Trabalhadores rurais da Via Campesina, do Comitê em Defesa dos Pequenos Agricultores e de entidades de defesa da agricultura familiar fizeram um protesto, em frente à Ultrafértil/Fosfértil, em Araucária, região metropolitana de **Curitiba (PR)**. Eles reivindicam a reestatização da empresa privatizada há 15 anos e que atualmente pertence a transnacional Bunge. Os manifestantes também pedem o fim do controle de empresas estrangeiras sobre a produção de alimentos e fertilizantes. O controle das transnacionais na distribuição do produto leva ao aumento de preço de alimentos básicos e a atual crise alimentícia mundial.

Agricultores assentados e acampados realizaram uma marcha em direção à fazenda Tarumã, no município de **Rosário do Sul (RS)**, para denunciar as ações ilegais da transnacional Stora Enso na região. A empresa adquiriu milhares de hectares na Faixa da Fronteira, o que não é permitido pela legislação brasileira.

No **Mato Grosso**, camponeses participaram de um ato público no município de Diamantino, ponto final da marcha de 80km iniciada em Nova Marilândia, no dia 5 de junho. Eles denunciavam os impactos negativos causados na região pelo Grupo Camargo Corrêa, responsável pelas obras do Complexo Rio Madeira.

Indígenas do povo Xukuru e trabalhadores rurais da Via Campesina bloquearam a BR-232, no município de **Pesqueira (PE)**. A BR-110, que liga os municípios pernambucanos de Inajá e Ibimirim, também foi bloqueada por outros 400 manifestantes. Eles protestam contra o modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro, que querem transformar os recursos naturais do país – terras, águas, mineiras e biodiversidade – em mercadoria.

Na capital federal, **Brasília (DF)**, representantes da Via Campesina participaram de uma reunião com o chefe do gabinete pessoal do presidente da República, Gilberto Carvalho. Na ocasião, foi entregue o documento “Programas Estruturantes de Curto Prazo”, que contem propostas para que a agricultura nacional supere a crise no preço dos alimentos. Segundo Carvalho, o documento será entregue ao presidente Lula e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Agronegócio atrai R\$ 1,5 bi ao oeste da BA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo
– Dinheiro – 15/06/2008

Empresas estrangeiras já têm 20% da área plantada e disputam mercado com grandes grupos produtores nacionais - Investidores nacionais e estrangeiros já ocupam 1,7 mi de hectares com o plantio de grãos na região; outros 5 mi são disputados

Demanda mundial aquecida, disponibilidade de terra e boas condições de produção colocaram, em definitivo, o oeste baiano na mira de investidores nacionais e estrangeiros.

Na semana passada, a SLC Agrícola, uma das maiores produtoras de grãos do Brasil, fincou ainda mais os pés na região e vai plantar 75 mil hectares.

Ao mesmo tempo, circulava pela região um grupo de irlandeses em busca de bons negócios. Eles foram precedidos, dias antes, por 50 representantes de bancos estrangeiros. A presença de estrangeiros, responsáveis por 20% da área plantada na região, é constante.

A região, que há duas décadas tinha apenas 180 mil hectares de terra destinados à produção de grãos, soma agora 1,7 milhão de hectares. E deve crescer ainda mais. As previsões indicam área ainda disponível de 5 milhões de hectares para grãos.

O avanço da agricultura atrai empresas, que estão fazendo investimentos de R\$ 1,5 bilhão. Esses investimentos vão desde o processamento de matéria-prima à produção de energia proveniente de biomassa. O agronegócio dá impulso à economia e já é responsável pelo movimento de R\$ 5 bilhões por ano -o dobro de há três anos.

A região atrai, ainda, a atenção de bancos estrangeiros, que financiam os produtores dentro da porteira. Esses produtores são escolhidos pelos próprios bancos, que garantem crédito mais acessível aos agricultores de menor risco.

A produção de grãos na região exige tecnologia e capital. Grande parte do plantio é feita por meio de irrigação e a montagem de um pivô custa cerca de R\$ 400 mil. Se for preciso perfurar um poço artesiano, os investimentos podem somar outros R\$ 400 mil. É uma produção bastante concentrada.

Embora ausente da região, João Lopes Araújo, produtor de café, afirma que chuvas bem distribuídas durante o ano e áreas mecanizáveis são os pontos altos.

A recente Bahia Farm Show, realizada em Luís Eduardo Magalhães (LEM), mostrou a força do agronegócio, quando houve volume recorde de vendas de máquinas -os negócios somaram R\$ 250 milhões.

Apesar da presença de grandes grupos, o secretário de Agricultura de LEM, Eduardo Yamashita, diz que o município abriga um dos maiores assentamentos do país, parceria entre prefeitura e Incra -são 350 famílias em 12,5 mil hectares.

Diversidade - Humberto Santa Cruz, presidente da Aiba (associação de produtores), diz que uma das vantagens da região é a diversidade de culturas -café, algodão, soja, milho e frutas. A cana deve chegar em breve. "Primeiro estamos desenvolvendo as variedades adaptáveis à região; depois virão as usinas."

A diversidade atrai as indústrias. Décio Alves Barreto Jr., presidente da Icofort, que está montando uma unidade no Centro Industrial do Cerrado de LEM, diz que o potencial da região é crescente. Por isso, a empresa optou por estar mais perto dessas fontes produtoras. "Com isso, diminuimos nossos custos e ficamos mais perto dos mercados de Tocantins, Goiás e Minas", acrescenta.

Essa diversidade encantou os irlandeses. Após visitar outras regiões no país, eles optaram pelo oeste baiano. Preços elevados de terras na Europa, ausência de novas áreas para expansão do plantio e subsídios menores por lá estão trazendo os europeus para o Brasil, avalia Peter O'Neill, da Links Between Brazil & Ireland.

Apesar desses atrativos da região, Walter Horita, um dos principais produtores de algodão do país, diz que "o agricultor tem de saber produzir". Segundo ele, "não existe formato de mercado que compense a incompetência na produção".

Mas não basta ser bom só dentro da porteira porque as relações de mercado estão mudando. Um dos focos de preocupação são os fundos especulativos que fizeram com que as Bolsas deixem de ser parâmetro para vendas futuras. *O jornalista MAURO ZAFALON viajou a convite da Aiba.

Produtores querem industrialização na região – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008

Os produtores do oeste baiano julgam que a primeira fase, a de produção de grãos, está bem encaminhada na região. Agora, querem partir para a segunda: a da industrialização. "Não queremos mais mandar nossos produtos para fora", diz Humberto Santa Cruz, presidente da Aiba (associação de produtores da região).

A industrialização abre o leque de opções de venda e os produtores não ficam apenas nas mãos das tradings. "A concorrência aumenta e melhora a remuneração", diz Santa Cruz.

Para efetivar essa industrialização, foi criado o Centro Industrial do Cerrado, com 500 hectares, em Luís Eduardo Magalhães (LEM). Entre as empresas que estarão nesse centro está a pernambucana Mauricéa, que constrói um frigorífico de aves e uma indústria de ração; na industrialização de milho para consumo humano estarão a Coringa e a São Braz.

Outro grupo que passará a operar em LEM é a processadora de grãos Bioclean Energy. Sérgio Iunis, presidente da empresa, diz que há bons motivos para estar na região. Além da crescente oferta de grãos, a área está longe da Amazônia e do Pantanal, regiões que estão na mira dos europeus.

Alguns produtores farão a industrialização na propriedade. É o caso da Multigrain, associada à norte-americana CHS e à japonesa Mitsui, que faz investimentos de R\$ 700 milhões no município de São Desidério.

O grupo vai implantar uma unidade processadora de algodão, uma usina de biodiesel, outra de álcool e uma unidade de armazenagem.

A unidade de algodão está sendo construída em tempo recorde e será a maior da América Latina. Os investimentos atingem US\$ 20 milhões só em equipamentos, diz Luiz Carlos Rodrigues, da Busa, empresa responsável pela montagem.

Já a Sykué Bioenergy, com área de 11 mil hectares em São Desidério, produzirá energia de capim-elefante. Na primeira fase, a empresa utilizará 5.000 hectares. Luiz Felipe D'Ávila, sócio-diretor, diz que 90% da produção já foi adquirida pelo Grupo Pão de Açúcar.

No setor de café, a fazenda Santa Colomba implanta 6.000 hectares com irrigação. Inicialmente serão 15 pivôs, chegando a 60 no final do projeto. A região deve receber, ainda, investimentos nas áreas têxtil e de leite, vindo de grupos portugueses, holandeses e dos Estados Unidos. (MZ)

Boom concentra riqueza e leva empresários à política – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008

Investimentos contrastam com pobreza e infra-estrutura e acirram disputa por poder - Maior cidade da região, com 130 mil habitantes, Barreiras perde terreno para a vizinha LEM, onde condomínios têm campo de golfe e pista de kart

O prefeito tucano de Barreiras, Saulo Pedrosa, 67, malha três vezes por semana na hora do almoço. Se sai para a academia dez minutos após o previsto, acaba preso em um dos vários congestionamentos que entopem a cidade, de apenas 130 mil habitantes.

Normal, já que mais de 2.500 carretas pesadas, muitas com até nove eixos, atravessam o centro de Barreiras diariamente, levantando nuvens de poeira e arrebatando o pavimento. Por isso, Pedrosa se apressa.

Entre os habitantes de Barreiras, alguns querem mais é botar o prefeito para correr. "Se ele vem aqui, o povo mata ele. Saulo é muito melhor cirurgião do que prefeito", diz Helena Jaguarari, 44, que vende temperos no mercado em frente à prefeitura, do outro lado da BR-242, que corta Barreiras.

Embora possa, o baiano Saulo Pedrosa não é candidato à reeleição. Se diz decepcionado e quer voltar à medicina.

Barreiras tem uma dívida total de R\$ 80 milhões e depende quase que exclusivamente de transferências da União e do Estado. Sem sistema de georeferenciamento para acompanhar fatos geradores de impostos no agronegócio, a sonegação em Barreiras grassa no campo e na cidade: 85% dos moradores, muitos latifundiários, não pagam IPTU.

Por isso, sobra muito pouco para investimentos, como o anel rodoviário planejado há anos para desafogar a cidade.

Um dos poucos orgulhos de Pedrosa foi a construção de uma escola no bairro pobre de Santa Luzia, onde se concentra a maior parte das 7.715 famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Em Barreiras, há outras 7.011 famílias pleiteando o benefício, como a do ex-agricultor Edivaldo Oliveira, 25. Ele compra lenha a R\$ 8 por carroça cheia e vende o mesmo material "picado" a padarias por R\$ 20.

Oliveira já trabalhou no rico agronegócio local, mas deixou a atividade. Foi empurrado para fora pelas máquinas e por más condições de trabalho. "Muitas fazendas aqui só fazem a gente sofrer. Não compensa", afirma.

Com menos de 12% de sua população no campo, onde a mecanização impera, a situação de Barreiras é o contraste do que ocorre no agronegócio. "O desemprego é muito grande. A gente aqui fica só olhando, de braços cruzados, as carretas e o progresso passarem pela BR", resume, resignado, o prefeito.

Mas, há 95 km de Barreiras, há um grupo político emergente, vindo do Sul, de olho na cadeira do prefeito Pedrosa.

A estratégia do paranaense Oziel Oliveira, 43, duas vezes prefeito pelo PP da vizinha Luís Eduardo Magalhães, ou LEM, é fazer prefeita de Barreiras a sua mulher, a deputada federal Jusmari de Oliveira (PR-BA), também original do Paraná.

Em LEM, é tido como favas contadas que Oliveira fará seu sucessor o colega de atividades privadas Humberto Santa Cruz, 52, cearense educado no Rio e fazendeiro e empresário, assim como o prefeito.

O sonho do grupo político de LEM é agregar Barreiras à onda de "rápido desenvolvimento" por que passa esse pequeno município de 40 mil habitantes, onde a maioria veio de fora. A impressão é que há mais loiros e sotaque gaúcho em LEM do que morenos e baianos. "Somos de direita, mas não temos problemas com o governo Lula ou com o governo estadual do PT. Nosso projeto é claro: atrair empresas para agregar valor à produção agrícola", diz Oliveira, elencando vários investimentos em gestão.

O prefeito se orgulha de ter assumido LEM em 2001 gerando receita mensal de R\$ 450 mil e de estar entregando a cidade com giro de R\$ 5 milhões. "No período, a população cresceu cinco vezes. A receita, dez."

Mal comparando, LEM é uma espécie de Dubai tupiniquim no oeste da Bahia. Em vez do petróleo dos Emirados Árabes, o dinheiro brota do agronegócio e de seus agregados.

Mas, assim como Barreiras, LEM tem uma estrada, a BR-020, no meio do caminho - crescentes problemas sociais.

Há 30 anos, LEM não passava de um posto de gasolina, o Mimoso do Oeste. O entorno do posto cresceu e virou distrito de Barreiras, até a emancipação com o nome de LEM. O posto continua lá, no miolo da cidade, cercado de caminhões e prostitutas durante à noite.

De um lado da movimentada BR-20 em LEM, há bairros e residências mais pobres e modestas. Do outro, condomínios fechados com imóveis na casa do milhão, campo de golfe, circuito de kart e pista de pouso de terra batida nos arredores.

Nesse mesmo lado, figuram ainda um hotel novo, com elevador panorâmico, e o Avenida Lounge, o primeiro bar-restaurant da cidade a mimetizar as influências do Sul-Sudeste.

Há duas semanas, o jornal local "Classe A" resumia na capa dois destaques de LEM: a feira Bahia Farm Show e suas "novas tecnologias"; e o Jardim das Acácias, onde vive mais de um quarto da população da cidade envolta em "uma onda de assaltos e violência no bairro".

O problema seria carência de segurança, iluminação e políticas públicas. Já o concentrado agronegócio cresce sem parar.

Brasileiro liga MST a violência e coragem - O Globo – Capa – 15/06/2008

Pesquisa realizada pelo Ibope por encomenda da Vale mostra que o brasileiro tem relação ambígua com os movimentos sociais. Para 45% dos entrevistados, a palavra que melhor descreve o MST é violência; para 27%, é coragem. Nas Regiões Metropolitanas, 46% são favoráveis ao movimento, e 50%, desfavoráveis.

Páginas 14 e 15

Ibope: MST é visto como sinônimo de violência - Soraya Aggege – O Globo – O País – 15/06/2008

SÃO PAULO. A causa é nobre; os métodos, não. É o que pensa a maioria dos brasileiros sobre os movimentos sociais do campo, como o MST, segundo pesquisa feita pelo Ibope por encomenda da mineradora Vale. Para 45% dos entrevistados, a palavra que melhor descreve o MST é violência; para 27%, é coragem; e, para 24%, é a expressão “reforma agrária”. O levantamento mostra que a população está dividida em relação ao movimento: 46% se dizem favoráveis, e 50%, desfavoráveis.

Dos entrevistados, 65% dos moradores das metrópoles concordam com os objetivos do MST, mas em nuances distintas: 27% concordam com o propósito e acham que os sem-terra lutam por ele; 38% concordam com o objetivo, mas acham que o MST fugiu de sua meta inicial; e 31% discordam totalmente dos objetivos do movimento. E 60% consideram que as organizações camponesas estão se aproximando da criminalidade; também acham que elas prejudicam a economia (para 61%) e os mais pobres (para 54%).

Os entrevistados também são críticos da atitude de quem tem terras invadidas: 40% acham que o setor privado usa seus próprios meios para fazer expulsões, antes de tentar dialogar ou recorrer à Justiça. Perguntados como agiriam se estivessem no lugar dos proprietários, 27% disseram que negociariam e até cederiam parte das terras, mas 40% afirmaram que dialogariam e depois recorreriam à Justiça.

A pesquisa, que abrange todas as metrópoles e várias regiões do país, foi encomendada pela Vale, que tem sido alvo dos movimentos. Segundo o diretor de Sustentabilidade e Relações Institucionais da empresa, Walter Cover, o objetivo foi saber como os movimentos são vistos pelas comunidades com as quais a Vale se relaciona.

— A Vale tem um relacionamento estreito e positivo com as comunidades com as quais se relaciona, e esses movimentos fazem parte delas. Como pretendemos melhorar permanentemente essa relação, queríamos saber como os movimentos são vistos — disse o diretor.

A pesquisa mostra que mais de 80% dos 2.100 entrevistados no país acham que os movimentos sociais estão se espalhando.

Nas metrópoles, onde foram entrevistadas 1.204 pessoas, 69% avaliam que eles estão ganhando força. Mas 40% dos entrevistados acham que os maiores beneficiados pelos movimentos em geral são os seus próprios líderes. E mais: 69% consideram que eles são instrumentos de manipulação e geram conflitos. Apenas 26% avaliam que os movimentos organizam e conscientizam.

Para 56%, os movimentos são “plantados” de cima para baixo, por políticos, ONGs e igrejas.

Outros 37% acreditam que eles surgem naturalmente, a partir da revolta da população com a realidade nacional. A maioria, 54%, avalia que os grupos mais prejudicados pelos movimentos são os mais pobres. Só 17% dizem que são os mais ricos.

MST é conhecido por 97% dos entrevistados. Para 60% dos entrevistados, os movimentos estão adotando métodos de ação ilegais e, por isso, acabam se relacionando com o crime organizado e até com o narcotráfico. Mas 29% discordam. Em cidades como Vitória (ES), 77% acham que eles estão próximos da criminalidade; em Marabá (PA), somente 27% pensam assim.

O MST é o movimento social mais conhecido no país: tem 97% de conhecimento. Outros movimentos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os quilombolas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além da própria Via Campesina — a internacional camponesa que agrega todos esses grupos, inclusive o MST —, são pouco conhecidos, mas mais aceitos. A CPT, por exemplo, é aceita por 59% daqueles que já ouviram falar da comissão católica. Já a Via Campesina, à qual a maioria é filiada, só é conhecida por 14% dos entrevistados. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é conhecido por 31% nas regiões metropolitanas.

Um total de 88% dos moradores de metrópoles dizem não conhecer nenhum outro movimento. Os sem-teto foram os mais citados, por 4%.

A maioria dos entrevistados afirmou que sabe dos movimentos sociais pela televisão (90%), jornais (34%), rádio (24%), internet (18%) e revistas (8%). Para 45% dos moradores metropolitanos, a cobertura dos meios de comunicação é neutra, mas 35% acham que os veículos tendem a ser favoráveis aos movimentos.

Forças Armadas têm o maior grau de confiança: 68%. A pesquisa mapeou também o nível de confiança dos brasileiros em geral em instituições e grupos. As Forças Armadas saem na frente, com 68% de aprovação, seguidas pelos CONFLITO DE integrantes do MST com Tropa de Choque da PM em acampamento em Limeira (SP): para 54%, os grupos mais prejudicados pelos movimentos são os mais pobres Mário Roberto/AE/29.11.2007 meios de comunicação, com 67%.

A Igreja Católica empata com a confiança nos ambientalistas em terceiro lugar: 64%. Já os partidos políticos aparecem em último lugar do ranking de confiança, com 11%. O Congresso teve 22%, menos que o MST, que teve 31% das escolhas.

O presidente da República, sem citação do nome, aparece com 48%. A Polícia Civil, com 45%; e a Polícia Militar, com 43%. O Judiciário tem 42% da confiança e os sindicatos, 39%.

Já os criadores de gado têm 55% de confiança, e os grandes produtores de soja, 59%. As ONGs têm 54% de confiança, e as igrejas evangélicas, 52%.

A pesquisa do Ibope foi feita de 26 de abril a 6 de maio, antes, portanto, da última onda de invasões e protestos de sem-terra pelo país, na semana passada. Foram considerados os seguintes movimentos: MST, Via Campesina, Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Quilombola e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Foram ouvidas 2.100 pessoas maiores de 16 anos, em metrópoles, cidades e regiões do interior de vários estados. Foram 1.204 entrevistas em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Distrito Federal, Salvador e Fortaleza). As demais foram distribuídas entre as seguintes cidades: Vitória (ES), São Luís (MA), Imperatriz (MA), Belém (PA) e Marabá (PA).

Também foram entrevistadas pessoas no interior de Minas, no Vale do Ribeira (SP), em Cariré (CE) e em Dourados (MS).

FAVORABILIDADE

(O pesquisador lê o nome de cada movimento e pergunta se o entrevistado é "muito favorável", "favorável", "desfavorável" ou "muito desfavorável")

OS MOVIMENTOS

Ajudam ou prejudicam a economia?

61% Prejudicam

30% Ajudam

Organizam e conscientizam ou manipulam e geram conflitos?

69% Manipulam e geram conflitos

26% Organizam e conscientizam

São "naturais" ou "plantados"?

56% São plantados de cima para baixo por políticos, ONGs, igrejas etc.

37% Surgem naturalmente a partir da revolta da população

Aproximação da criminalidade

60% Estão se aproximando da criminalidade

29% Nunca vão se aproximar da criminalidade

Movimentos se defendem – O Globo – O País – 15/06/2008

SÃO PAULO. Os movimentos sociais incluídos na pesquisa do Ibope disseram considerar que os resultados atestam o apoio da sociedade aos seus objetivos. Para a direção do MST, porém, as pessoas são influenciadas pelo noticiário sobre as ações dos movimentos — que, semana passada, por exemplo, mostrou ações violentas praticadas por sem-terra contra prédios públicos e privados em todo o país.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) disse ter entendido que a pesquisa mostrou dados favoráveis à sua causa.

“Demonstrou que o movimento tem boa aceitação, principalmente entre os que nos conhecem bem, e que palavras como justiça, igualdade e coragem foram as mais usadas para nos definir”, respondeu o MAB, que também prefere culpar a mídia pela imagem que a sociedade tem do movimento.

A Comissão Pastoral da Terra destacou que, embora a pesquisa tenha sido feita por uma instituição reconhecida como o Ibope, foi encomendada pela Vale, envolvida nos conflitos.

— A sociedade não está alheia aos movimentos em seu tecido, mas tem tido a mídia como único canal de leitura dos movimentos.

A mídia tem associado as organizações camponesas à violência e ao crime — disse Dirceu Fumagalli, da coordenação da CPT.

A Sociedade Rural Brasileira apontou a mídia como causa de 40% dos entrevistados entenderem que os proprietários atingidos pelos movimentos reagem ilegalmente por seus próprios meios.

— Existe falta de informação. Não precisamos usar recursos próprios para combater invasões — disse o presidente da SRB, Cesário Ramalho da Silva, acrescentando que os movimentos perderam o foco.

O diretor de Sustentabilidade e Relações Institucionais da Vale, Walter Cover, que encomendou a pesquisa, concorda que os movimentos têm passado ao largo da briga pela reforma agrária: — Querem mudança do modelo econômico ou temas que nada têm a ver com a Vale, que vem sendo alvo das invasões.

Política dúbia de Lula prejudica, diz estudioso – O Globo – O País – 15/06/2008

SÃO PAULO. Compreendidos ou não pela sociedade, politicamente os movimentos camponeses do Brasil estão em uma “sinuca de bico”, avalia o sociólogo Ricardo Antunes, estudioso dos movimentos sociais brasileiros e docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Antunes lembra que esses movimentos eram da base social do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E que, até agora, quase no meio do segundo mandato, Lula não mexeu na estrutura fundiária do país e ainda se coloca como porta-voz do agronegócio.

— Essa situação é muito difícil para os movimentos sociais.

O governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, foi pior para eles, porque os criminalizou. Com Lula, isso não aconteceu, mas a história é ainda mais complicada — diz Antunes. Para o estudioso, a política de Lula com os movimentos é dúbia: ele tenta manter os grupos sob seu arco de influência, sem criminalizar, liberando cestas básicas, mas sem atender a suas reivindicações.

— O MST é muito estruturado, organizado, e historicamente apóia Lula. Mas Lula opta claramente pelo agronegócio e usa a política das torneiras pingando para exercer certo controle sobre o movimento. Hoje, se o MST não se mobiliza, as torneiras não pingam. É uma sinuca de bico — afirma.

Antunes analisou a pesquisa e considerou que há muitas ambigüidades sobre a imagem dos movimentos. Frisa que, como 90% dos entrevistados afirmam que se informam sobre os movimentos pela televisão e pela imprensa, trata-se de uma opinião sobre o que foi publicado.

— Geralmente, o que a mídia mostra são conflitos, ocupações.

Não mostra ações de escolarização, famílias que conquistam dignidade graças à ação dos movimentos.

Também especialista em movimentos sociais, o cientista político mexicano Adrian Gurza Lavalle, professor da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), avalia que a percepção de violência se deve muito ao que aparece na mídia.

— Apesar do protagonismo, o MST tem cisões, facções e não é único. Há outros. A causa do MST, a reforma agrária, é unanimidade mundial. Os métodos, no entanto, são polêmicos — afirma Lavalle. Ele considera que a pesquisa traz um dado importante: — O conhecimento que as pessoas demonstram ter dos movimentos sociais não é desprezível: 97% conhecem o MST no Brasil. Ora, as taxas de engajamento dos brasileiros em associações e partidos são de apenas 20%.

Organizações proliferam em Pernambuco – Leticia Lins – O Globo – O País – 15/06/2008

POMBOS, PE. Palco do surgimento das Ligas Camponesas, em 1955, Pernambuco se mantém fiel ao lema “reforma agrária na lei ou na marra”, cunhado pelo fundador e líder das ligas, o ex-deputado Francisco Julião. Os movimentos sociais ligados à luta no campo são hoje 14 em todo o estado — e o MST é apenas um deles. Mudando constantemente de nomes e líderes, espalham-se pelos estados vizinhos, desaparecem por uns tempos, reaparecem depois.

Um dos mais fortes é a antiga OLC (Organização de Libertação do Campo), que funcionou por dois anos em Pernambuco e realizou 40 ocupações, mas sumiu. Depois foi incorporada pela Fetraf (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar), hoje um dos movimentos que mais ocupam propriedades no estado. A Fetraf funciona em 22 estados.

Em Pernambuco, comanda 70 acampamentos, dos quais 26 já se tornaram assentamentos. Alguns movimentos só existem no estado, como o Mtrub (Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil).

Para o chefe da Divisão de Obtenção de Terras e de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Carlos Eduardo Costa Lopes, a efervescência e a quantidade desses movimentos constituem um retrato da questão agrária no estado, considerado pelas autoridades do Ministério do Desenvolvimento Agrário como de tensão social.

— A demanda social contribui para pressionar o governo e apressar a execução da reforma agrária. Esse é o lado positivo. O negativo é que a pulverização dificulta o planejamento. Para nós, talvez o melhor fosse um número menor de movimentos com maior representatividade — diz Lopes.

O Incra calcula que existem hoje no estado 21 mil famílias acampadas, cerca de 105 mil pessoas.

Zona da Mata teve 40 mil sítios extintos – O Globo – O País – 15/06/2008

POMBOS, PE. O trecho da Zona da Mata no Sul do estado, que concentra grande quantidade de usinas que fecharam, é considerada a área de maior tensão social em Pernambuco. A Zona da Mata é a região da agroindústria açucareira, que, se por um lado trouxe riqueza com a expansão dos plantios de cana, por outro obrigou os lavradores a viverem uma diáspora. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, 40 mil sítios desapareceram a partir dos anos 70.

— Com o desaparecimento dos sítios, os camponeses foram expulsos de suas terras. Foram eliminados 150 mil empregos no corte de cana, e os camponeses passaram a se engajar nos movimentos sociais.

Por isso, eles florescem com tanta intensidade em Pernambuco, um estado com tradição de luta no campo. O desafio é unir os movimentos — afirma Plácido Júnior, coordenador da CPT e da Via Campesina em Pernambuco.

Diária de R\$ 4 em propriedades da região A Fetape, Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco, congrega mais de 180 sindicatos e também comanda ocupações.

São 214 acampamentos, 198 já transformados em assentamentos.

— A nossa história, o volume de desemprego na Zona da Mata, a má distribuição de terras, a concentração na mão de poucos, tudo isso contribui para que os movimentos sociais atuem tanto no campo — afirma Paulo Roberto Rodrigues, diretor de Políticas Agrárias da Fetape.

Noé Bernadino Severino, de 50 anos, excortador de cana, trabalhou na enxada desde os 7. Teve seu último emprego formal em 1986. Hoje trabalha por diária de R\$ 4 em propriedades da região.

— Trabalho quase de graça.

Acho injusto, mas aceito porque preciso.

João Santos, hoje com 48 anos, trabalha na enxada desde os 8. Lembra-se bem do pai, Manoel dos Santos Silva, que cortou cana, foi cambiteiro (carregava cana no cavalo) e machadeiro (derrubava madeira para iniciar o plantio de cana) até cair na militância das Ligas Camponesas, entre as décadas de 50 e 60. Chegou a ser preso cinco vezes pela ditadura.

— Papai tinha um programa na rádio, para conscientizar os camponeses. Aos 17 anos, assumi o comando do programa — lembra João.

Ele foi eleito duas vezes para presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, a 51 quilômetros da capital. Santos ainda é diretor de finanças do sindicato.

Na década de 90 ele fez parte da diretoria da Fetape.

— Batemos um recorde nacional, fazendo 52 ocupações em um só dia. Depois, saiu da Fetape e fundou a OLC, Organização de Luta no Campo, há três anos incorporada pela Fetraf.

Deputado ruralista tenta criminalizar movimentos sociais – Sítio Eletrônico da CPT – 16/06/2008

O deputado federal Abelardo Lupion (DEM-PR), da bancada ruralista, pediu que o governo brasileiro aplique a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83) que tem o objetivo de criminalizar as manifestações de movimentos sociais. O pedido foi feito durante uma audiência pública da Comissão de Agricultura em Brasília, no dia 18 de junho. No entanto, o ministro da Justiça, Tarso Genro negou a solicitação e alegou que a lei só será aplicada se as manifestações colocarem em risco a segurança nacional. Neste caso, ela valerá também para as manifestações de grandes produtores rurais, representantes do agronegócio, em agências bancárias, por exemplo. Há três anos, Lupion já havia tentado transformar manifestações populares em crime. Ele pediu, em relatório paralelo da CPI da Terra, que as ocupações de terra por movimentos sociais fossem consideradas como crime hediondo e ato terrorista. O relatório inicial, de autoria do deputado federal João Alfredo (PSOL-CE) foi rejeitado pela CPI.

Reforma agrária e assentamentos são tema de simpósio – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2008

Os desafios e dilemas dos assentamentos, compreendendo seus atores, conflitos, territórios e as redes de cooperação formadas, compõem o tema que vai guiar a terceira edição do Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. O evento acontece entre os dias 18 e 20 de junho, na cidade de Araraquara (SP). Estarão reunidos para os debates pesquisadores, estudantes, lideranças de movimentos sociais, assentados, técnicos oficiais e gestores. O simpósio será dividido em três mesas-redondas e oito sessões de comunicação, além de contar com a apresentação e debate do filme “Migrantes”, e lançamento do livro “Reforma Agrária e Desenvolvimento – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais”, que integra a série NEAD Especial.

Realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) e pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara), o simpósio tem apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR Incra/SP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Atividades - As mesas do encontro terão os seguintes temas: O lugar dos assentamentos rurais nos espaços das agroindústrias: tensões, acomodações e conflitos; Políticas públicas em assentamentos - orientação técnica, proposta agroecológica e segurança alimentar; e Educação, gênero e as idades da vida: o futuro dos assentamentos rurais.

Após cada mesa-redonda, serão realizadas sessões de comunicação com assuntos relacionados. “Queremos um simpósio em que a comunidade científica não dialogue apenas entre si. É fundamental que esse diálogo esteja voltado também para os movimentos sociais e para os gestores”, destaca Vera Botta, coordenadora do evento.

Também faz parte da programação a exibição do filme Migrantes, que tem direção de Beto Novaes, Francisco Alves e Cleisson Vidal. O documentário, que tem apoio do NEAD/MDA, aborda a problemática relação entre produtividade, excesso de trabalho e saúde dos trabalhadores que sobrevivem do corte de cana. Em seguida, será realizado um debate com a presença do diretor Francisco Alves, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Publicação relembra segunda edição do simpósio - A publicação “Reforma Agrária e Desenvolvimento – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais”, reúne textos resultantes das reflexões levantadas no 2º Simpósio. O mote dessa edição, realizada em 2006, foi “Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais”. Segundo Vera Botta, o livro passou por um processo de construção detalhado, no qual uma comissão analisou quais contribuições eram mais interessantes. “Tentamos montar o retrato mais fiel possível das diferentes abordagens e alternativas que surgiram no simpósio, pautas que continuam neste terceiro Simpósio”, esclarece.

Entre os tópicos abordados na publicação, que integra a Série NEAD Especial, estão artigos como “Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: velhas e novas questões”; “Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais”; “Mediadores e representação nos assentamentos rurais: o difícil diálogo” e “Políticas públicas em assentamentos rurais: imobilismos e avanços”. Entre os autores estão pesquisadores como Bernardo Mançano, Elisa Guaraná, Vera Botta, Sérgio Sauer, dentre outros.

O objetivo é divulgar a temática e fomentar o debate sobre reforma agrária no meio acadêmico e entre movimentos sociais, gestores e especialistas. A publicação é o segundo lançamento resultante da série de Simpósios. A primeira, co-editada pelo Uniara e pelo Incra, foi lançada em 2005 na Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com o tema Assentamentos Rurais: impasses e dilemas – Balanço de 20 anos.

Programação

18 de junho:

18h – Abertura

18h30 - Mesa Redonda I: O lugar dos assentamentos rurais no espaço das agroindústrias - tensões, acomodações e conflitos

22h - Coquetel

19 de junho:

08h30 - Mesa Redonda II: Políticas Públicas em Assentamentos - orientação técnica, proposta agroecológica e segurança alimentar

14h - Sessões de Comunicação

Sessão 1 – Trabalho, Autoconsumo e Geração de Renda nos Assentamentos

Sessão 2 – Políticas Públicas para Assentamentos Rurais: avaliação e perspectivas

Sessão 3 – Desenvolvimento Territorial: redes de cooperação e conflitos nos assentamentos

19h30 - Filme-Debate

20 de junho:

08h30 - Mesa Redonda III: Educação Gênero e as Idades da Vida: o futuro dos assentamentos rurais

14h - Sessões de Comunicação

Sessão 4 – Gestão Ambiental e Práticas Alternativas nos Assentamentos Rurais

Sessão 5 – Gênero e Gerações nos Assentamentos Rurais

Sessão 6 – Educação e Cultura em Assentamentos Rurais: relatos de experiências

18h30 - Sessão de Encerramento

19h - Atividade Cultural

Serviço:

III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais

Data: De 18 a 20 de junho de 2008.

Local: Uniara. Rua Carlos Gomes, n.º 1338, Centro. Araraquara, São Paulo.

Horário: Dia 18, de 18h às 22h. Dias 19 e 20, de 8h30 às 20h.

Para saber mais sobre o III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais entre em contato pelo e-mail nupedor@uniara.com.br ou acesse a página do evento:

www.uniara.com.br/nupedor.

Ação do MP gaúcho contra MST repete discurso anti-comunista pré-1964 -
Marco Aurélio Weissheimer – Agência Carta Maior – 17/06/2008

Dois promotores do MP-RS acusam MST de "práticas criminosas" e de "ameaçar a segurança nacional", citando um "notável trabalho de inteligência". Baseado em matérias da imprensa e em relatos do serviço secreto da PM gaúcha, o trabalho fala, em tom de denúncia, da presença de livros de Florestan Fernandes e Paulo Freire, entre outros autores, nos acampamentos do MST e acusa "fraseologia agressiva inspirada no bloco soviético".

PORTO ALEGRE - A inicial da ação civil pública apresentada pelos promotores Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, pedindo a desocupação de dois acampamentos do MST, próximos à fazenda Coqueiros (região norte do Estado), parece uma peça saída dos tempos da ditadura, reproduzindo a paranóia delirante anti-comunista dos anos 50 e 60 que alimentou e deu sustentação ao golpe militar no Brasil. A Vara Cível de Carazinho deferiu a liminar requerida pelo MP. Na avaliação dos promotores, os acampamentos Jandir e Serraria são “verdadeiras bases operacionais destinadas à prática de crimes e ilícitos civis causadores de enormes prejuízos não apenas aos proprietários da Fazenda Coqueiros, mas a toda sociedade”. Essa terminologia resume uma lógica de argumentação que muitos julgavam estar extinta no Brasil.

Na primeira página da inicial da ação, os promotores comunicam que seu trabalho é resultado de uma decisão do Conselho Superior do Ministério Público do RS para investigar as ações do MST que “há muito tempo preocupam e chamam a atenção da sociedade gaúcha”. O documento anuncia que os promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto realizaram um “notável trabalho de inteligência” sobre o tema. Uma nota de rodapé define o trabalho de “inteligência” realizado nos seguintes termos:

O art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.883/99, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a ABIN, definiu a inteligência como sendo “a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”.

O relatório que segue faz jus a esse conceito, apresentando o MST como uma ameaça à sociedade e à própria segurança nacional. O resultado do trabalho de inteligência inspirado nos métodos da ABIN é composto, na sua maioria, por inúmeras matérias de jornais, relatórios do serviço secreto da Brigada Militar e materiais, incluindo livros e cartilhas, apreendidas em acampamentos do MST. Textos de autores como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Chico Mendes, José Martí e Che Guevara são apresentados como exemplos da “estratégia confrontacional” adotada pelo MST. Na mesma categoria, são incluídas expressões como “construção de uma nova sociedade”, “poder popular” e “sufocando com força nossos opressores”. Também é “denunciada” a presença de um livro do pedagogo soviético Anton Makarenko no material encontrado nos acampamentos.

As subversivas Ligas Camponesas e o “movimento político-militar de 1964” - Na introdução da ação, os promotores fazem um “breve histórico do MST e dos movimentos sociais”. Esse histórico se refere à organização do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) no Rio Grande do Sul, nos anos 1960, e à “atmosfera de crescente radicalização ideológica”. As Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Pernambuco, são acusadas de “sublevar o campo e incentivar a violência contra os proprietários de terra, criando um clima de guerra civil”. Essa “agressividade”, na avaliação dos promotores, contribuiu para o “movimento político-militar de 1964”. O “movimento político-militar de 1964” a que os promotores se referem é o golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, suprimiu as liberdades no país e deu início à ditadura militar.

Logo em seguida, a ação apresenta uma caracterização do MST, toda ela baseada na visão de uma única pessoa, o sociólogo Zander Navarro. O trabalho de inteligência dos promotores também se baseia, em várias passagens, em uma “revista de circulação nacional” (*Veja*) e em matéria críticas ao MST publicadas em jornais como *Folha de São Paulo*, *Zero Hora* e *Estado de São Paulo*, entre outros. Após apresentar um “mapa” dos movimentos sociais no campo brasileiro, os promotores questionam, em tom de denúncia, as fontes de financiamento público desses movimentos. Eles revelam que “o Ministério Público encaminhou um questionamento ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acerca da existência ou não de alguma fonte de financiamento ou ajuda, direta ou indireta, aos participantes do MST acampados no Rio Grande do Sul”.

Os promotores citam ainda o relatório da CPMI da Terra, realizada no Congresso Nacional, sustentando que há malversação de verbas públicas, “pelo repasse de dinheiro público efetuado diretamente pelo Incra, na forma de distribuição de lonas, cestas básicas e outros auxílios”. Além disso, citam a “doação de recursos por entidades estrangeiras, notadamente organizações não-governamentais ligadas a instituições religiosas, como a organização Caritas, mantida pela Igreja Católica”. E identificam, em tom crítico, a rede de apoio internacional ao MST que mostraria ao público estrangeiro “uma visão do Brasil frontalmente crítica à atuação do Poder Público e inteiramente de acordo com os objetivos estratégicos do MST”. Citando o jornal *Zero Hora*, os promotores apontam que a Escola Florestan Fernandes (do MST) foi construída “com vendas do livro Terra, com texto do escritor português José Saramago, fotografias de Sebastião Salgado e um disco de Chico Buarque, além de contribuições do exterior”.

Mídia, PM 2 e Denis Rosenfield: as fontes da argumentação dos promotores - Ao falar sobre a estratégia do MST, os promotores valem-se de relatórios do serviço secreto da Brigada Militar (a PM2). O relatório do coronel Waldir João Reis Cerutti, de 2 de junho de 2006, afirma que os acampamentos do movimento são mantidos com verbas públicas do governo federal, recursos de fontes internacionais e até das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). O coronel Cerutti não apresenta qualquer comprovação da existência do “dinheiro das FARC” e segue falando da suposta influência da guerrilha colombiana sobre os sem-terra. Segundo ele, o MST estaria planejando instalar um “território liberado” dentro do Estado: “Análises de nosso sistema de inteligência permitem supor que o MST esteja em plena fase executiva de um arrojado plano estratégico, formulado a partir de

tal “convênio”, que inclui o domínio de um território em que o governo manda nada ou quase nada e o MST e Via Campesina, tudo ou quase tudo”.

Em seguida é apresentado um novo relatório do Estado Maior da Brigada Militar sobre as ações do MST no Estado. Esse documento pretende analisar a “doutrina e o pensamento” do MST, identificando, entre outras coisas, as leituras feitas pelos sem-terra. Identifica um “panteão” de ícones inspiradores do movimento, “a maior parte ligada a movimentos revolucionários ou de contestação aberta à ordem vigente” (onde Florestan Fernandes e Paulo Freire estão incluídos, entre outros). E fala de “uma fraseologia agressiva, abertamente inspirada nos slogans dos países do antigo bloco soviético (“pátria livre, operária, camponesa”)”. A partir dessas informações, os promotores passam a discorrer sobre o caráter “leninista” do MST, invocando como base argumentativa o livro “A democracia ameaçada – o MST, o teológico-político e a liberdade”, de Denis Rosenfield, que “denuncia” que o objetivo do movimento é o socialismo.

Para os promotores, “já existem regiões do Brasil dominadas por grupos rebeldes” (p. 117 da ação). A prova? “A imprensa recentemente noticiou...” (uma referência as ações da Liga dos Camponeses Pobres, no norte do Brasil). Em razão da “gravidade do quadro em exame”, concluem os promotores, “impõe-se uma drástica mudança na forma de trato das questões relativas ao MST e movimentos afins”. A conclusão faz jus às fontes utilizadas no “notável trabalho de inteligência”: “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não constitui um movimento social, mas, isso sim, um movimento político”. O MST, prosseguem os promotores, “são uma organização revolucionária, que faz da prática criminosa um meio para desestabilizar a ordem vigente e revogar o regime democrático adotado pela Constituição Federal”. Em nenhum momento da ação, o “notável trabalho de inteligência” dos promotores trata de problemas sociais no campo gaúcho.

MST denuncia "volta da ditadura" no Rio Grande do Sul - Marco Aurélio Weissheimer – Agência Carta Maior – 18/06/2008

Coordenação do movimento diz que há um nefasto projeto em curso no RS, envolvendo a proteção dos interesses de empresas estrangeiras, que são também grandes financiadores da campanha de Yeda Crusius, a supressão de direitos civis e a repressão policial. Movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição pretendem levar 5 mil pessoas para a frente do Palácio Piratini nesta quinta-feira.

PORTO ALEGRE - A coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Rio Grande do Sul divulgou nota oficial desta quarta-feira denunciando as recentes ações da Brigada Militar e os argumentos utilizados pelo Ministério Público gaúcho para a execução do despejo de dois acampamentos no interior do Estado. Segundo a nota, “os métodos e argumentos do Ministério Público e da Brigada Militar ressuscitam a ditadura militar no RS”. “Há um nefasto projeto político em curso no Rio Grande do Sul, envolvendo a proteção dos interesses de empresas estrangeiras, que são também grandes financiadoras de

campanha, a supressão de direitos civis e a repressão policial”, denuncia o MST. A íntegra da nota:

"No dia de ontem (17/06), centenas de famílias de trabalhadores sem-terra foram despejadas de dois acampamentos pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul no município de Coqueiros do Sul. As duas áreas pertencem a pequenos proprietários e estavam cedidas para a instalação das famílias. Os barracos e plantações foram destruídos, além das criações de animais, que foram espalhados, para que as famílias não pudessem levá-los. Cumprindo ordens do Poder Judiciário, as famílias foram jogadas à beira da estrada em Sarandi no final da tarde. É preciso lembrar que este acampamento à beira da estrada para onde foram levadas, é o mesmo local de onde foram despejadas há um ano. Até quando estes trabalhadores vão permanecer lá? Quanto tempo levará até o próximo despejo?

O despejo de ontem não se trata apenas de mais um ato de violência e intransigência da Governadora Yeda Crusius e da Brigada Militar. Há um nefasto projeto político em curso no Rio Grande do Sul, envolvendo a proteção dos interesses de empresas estrangeiras, que são também grandes financiadoras de campanha, a supressão de direitos civis e a repressão policial. A ação faz parte de uma estratégia elaborada pelo Ministério Público Estadual para impedir que qualquer movimento social possa se organizar ou manifestar-se. Juntos, o Ministério Público Estadual e a Brigada Militar ressuscitam os métodos e práticas da ditadura militar, ameaçando qualquer direito de reunião, de organização ou de manifestação.

Na ação civil que determinou o despejo ontem, os promotores deixam claro sua inspiração pelo golpe militar de 1964, ao lembrarem que o golpe que restringiu as liberdades civis no Brasil, “ pacificou o campo”. O despejo de uma área cedida, a ameaça de multa a seus proprietários se voltarem a apoiar o MST e as promessas de que novos despejos ocorrerão nos acampamentos em São Gabriel (num pré-assentamento), em Nova Santa Rita e em Pedro Osório (ambos em áreas de assentamentos) são decisões autoritárias que ameaçam não apenas o Movimento Sem Terra, mas estabelecem uma política de repressão para todo e qualquer movimento social.

Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais são perseguidos e criminalizados, não se vê nada para recuperar os R\$ 44 milhões roubados dos cofres públicos para o financiamento eleitoral no esquema do DETRAN. Da mesma forma, quando grandes empresas estrangeiras criam empresas-laranja e adquirem terras ilegalmente no Rio Grande do Sul, que somente agora foram indeferidas pelo executivo, não se vê nenhuma ação do Ministério Público, judiciário ou do executivo estadual.

No ano passado, após a Marcha à Fazenda Guerra, o Ministério Público propôs um termo de ajuste onde o Poder executivo federal assumia o compromisso em assentar mil famílias até o mês de abril deste ano. Nos causa estranheza que não haja mais cobranças do Ministério Público para o cumprimento do acordo, que este mesmo poder propôs. E ainda, que agora decreta o despejo das famílias, que poderiam estar assentadas e produzindo alimentos, caso o mesmo acordo tivesse sido respeitado. Há interesses que ainda se encontram ocultos nas ações desta semana e

nas medidas que o MPE anuncia. O certo é que a volta dos regimes autoritários e repressivos, a serviço de interesses obscuros, ameaça a todo o povo gaúcho".

Deputados criticam Brigada Militar e MP estadual - Na Assembléia Legislativa, o líder da bancada do PT, Raul Pont, condenou a operação da Brigada Militar em dois acampamentos do MST e expressou preocupação com as sucessivas investidas da BM e do Ministério Público Estadual contra os movimentos sociais. "Este procedimento objetiva criminalizar os movimentos sociais", denunciou.

Pont também chamou a atenção para a manchete do jornal *Zero Hora* nesta quarta-feira, "MST sofre contra-ataque ao amanhecer". "Qual foi o ataque? Qual foi a invasão feita ontem?" – questionou. A Brigada, acrescentou o deputado, não combate a violência nas cidades e tampouco faz policiamento preventivo, mas com a maior facilidade reúne 500 policiais para um contra-ataque a um ataque que não aconteceu num acampamento majoritariamente composto por crianças e mulheres. "Essa é a atual política do Estado", resumiu Pont.

Na mesma linha, o deputado Dionilso Marcon disse que o governo do Estado e o Ministério Público têm raiva de pobre. "Vou pedir à Comissão de Direitos Humanos do Senado para interferir junto ao MP a fim de que este órgão deixe de perseguir os pobres", anunciou o deputado que criticou ainda o MP por ter pouca disposição para apurar denúncias de corrupção no Detran e em outros órgãos públicos.

Protestos e greve contra governo Yeda - Policiais civis, servidores do Instituto Geral de Perícias (IGP) e da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) realizaram, nesta quarta-feira, um protesto contra a corrupção no governo Yeda e em defesa de direitos das categorias. A manifestação ocorreu em frente ao Palácio Piratini. Os policiais lavaram as calçadas do palácio para denunciar a corrupção no Estado. Os agentes da segurança pública reivindicam concurso público, reajuste salarial, contra o corte de 50% das horas-extras e pelo fim do constrangimento às regras diferenciadas de aposentadoria.

Nesta quinta-feira, será realizado um novo ato contra o governo tucano. A mobilização convocada por movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos inicia às 11 horas, em frente ao Palácio Piratini. Os organizadores esperam reunir cerca de 5 mil pessoas na Praça da Matriz.

O Sindiágua está mobilizando os funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) para uma paralisação de 24 horas, também nesta quinta-feira, pelo fim da corrupção, contra as péssimas condições de trabalho na empresa e para denunciar o desmonte da companhia patrocinado pelo governo Yeda Crusius.

O perfil dos movimentos sociais - Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/06/2008

Pesquisa feita pelo Ibope mostrou que há uma clara divisão entre as pessoas entrevistadas a respeito dos movimentos sociais que atuam no campo - 50% manifestaram-se contrárias à atuação dessas entidades e 42% declararam-se favoráveis. As entrevistas foram realizadas entre 26 de abril e 6 de maio, antes da última onda de invasões promovida pelo MST e pela Via Campesina em todo o País.

O levantamento foi realizado em cidades de pequeno, médio e grande portes em todas as regiões do País, sob encomenda da Vale, empresa cujas instalações e ferrovias se converteram nos últimos anos em alvo preferencial de protestos violentos, como atos de sabotagem, ocupações e depredações. O diretor de Relações Institucionais da Vale, Walter Cover, informa que a pesquisa ajudará a empresa a definir seu relacionamento com as comunidades onde atua e esclarece que a reforma agrária não passa de pretexto para protestos políticos. 'Os movimentos querem a mudança do modelo econômico ou fazem reivindicações que nada têm a ver com a Vale', diz ele.

O levantamento constata que entidades como as Comissões Pastorais da Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento Quilombola e a Via Campesina são muito pouco conhecidas pelos brasileiros. A exceção é o MST. A pesquisa mostrou que 97% da população sabe de sua existência, acompanhando sua atuação pela televisão (90%), jornais (34%), rádio (24%), internet (18%) e revistas (8%), e que 65% dos moradores das grandes cidades concordam com seus objetivos. No entanto, 38% acham que a entidade teria abandonado suas metas iniciais e 45% relacionam sua forma de atuação à violência e a métodos ilegais. Em outras palavras, embora a causa do MST seja considerada 'nobre', as formas de protesto adotadas pela entidade são duramente criticadas.

A pesquisa do Ibope também revelou que 60% dos entrevistados consideram que as chamadas 'organizações camponesas' estão se aproximando da criminalidade e até do narcotráfico; que 61% entendem que os movimentos sociais criam dificuldades para o desenvolvimento econômico; e que 54% afirmam que elas prejudicam os segmentos mais desfavorecidos da sociedade. Somente 17% dizem que são os setores sociais mais ricos os prejudicados por essas entidades. Indagados como agiriam se estivessem no lugar dos proprietários de terras invadidas, 27% afirmaram que negociariam e até cederiam parte delas, mas 29% disseram que ingressariam com ações de reintegração de posse e 40% alegaram que tentariam o diálogo e depois recorreriam à Justiça.

Segundo o Ibope, 69% dos entrevistados acham que os movimentos sociais vêm ganhando força, mas que se constituem em simples instrumento de manipulação política; 56% dos entrevistados entendem que esses movimentos são 'plantados de cima para baixo' por agremiações partidárias, igrejas e organizações não-governamentais (ONGs); e 40% afirmam que os maiores beneficiados pelos movimentos são seus próprios líderes. Só 37% dos entrevistados disseram que os movimentos sociais surgem da 'revolta da população'.

A pesquisa mapeou ainda o nível de confiança da população em instituições governamentais e em grupos sociais. Entre as primeiras, as corporações militares receberam a melhor avaliação (68%) dos entrevistados, seguidas pelos meios de comunicações (67%) e pela Igreja Católica, que empatou no terceiro lugar com os ambientalistas (64%). Depois vêm o presidente da República (48%), a Polícia Civil (45%), a Polícia Militar (43%), o Judiciário (42%) e os sindicatos (39%). O Legislativo (22%) e os partidos políticos (22%) ficaram nos últimos lugares do ranking. Entre os grupos sociais, destacaram-se os produtores de soja (59%) e os criadores de gado (55%), seguidos pelas ONGs (54%).

A reação dos movimentos sociais à pesquisa do Ibope foi ambígua - alguns disseram que os números são favoráveis às suas causas e outros acusaram a imprensa de tratá-los de modo enviesado. Na realidade, o estudo da Vale deixou claro que a sociedade rejeita os métodos usados por esses movimentos ditos sociais.

CNBB quer 'exportar' movimento dos sem-terra para a África - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008

Grupo de representantes da Conferência Episcopal Africana chega em julho para conhecer funcionamento da CPT

A Conferência Episcopal da África do Sul enviará ao Brasil, no mês que vem, um grupo de representantes para conhecer a estrutura e o funcionamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e também para manter contatos com o Movimento dos Sem-Terra (MST). De acordo com explicações do padre Nelito Dornelas, assessor da CNBB para o setor de Superação da Miséria e da Fome e um dos encarregados de organizar a visita, os africanos vêm aprender com os brasileiros.

“Querem implantar lá a metodologia desenvolvida pela CPT”, disse o padre. “Também estão interessados em ter missionários brasileiros que ajudem os trabalhadores rurais a organizarem seus movimentos, como foi feito no Brasil. Como se sabe, o MST é filho da CPT.”

De acordo com o padre, desde o fim do apartheid, o regime racista sul-africano, há 14 anos, a Conferência Episcopal tenta estimular a redistribuição de terras. Os bispos chegaram até a doar as terras da Igreja aos sem-terra. “Até agora, porém, não viram resultados: a reforma agrária, como plataforma política, continua restrita a pequenos grupos, enquanto a terra continua concentrada nas mãos de poucos proprietários”, disse o assessor da CNBB.

Durante o apartheid, os brancos controlavam 87% das terras cultiváveis no país. Estima-se que ainda controlem pelo menos 80% - o que faz da reforma agrária uma das hipotecas mais pesadas do antigo regime.

Diante desse quadro, os bispos sul-africanos estudam a possibilidade de levar para o país a experiência da CPT, que foi criada há 33 anos por setores progressistas

da CNBB, ligados à Teologia da Libertação, e hoje está presente em quase todo o território nacional, com 130 equipes de base. No fim dos anos 70, a CPT ajudou a criar o MST, organização que até hoje conta com o apoio de setores do clero e do episcopado.

“Se não fosse a CPT, a reforma agrária não teria sido colocada na pauta política do País com a força que se viu nas últimas décadas”, ressaltou o padre Nelito. “A direção da luta está nas mãos dos trabalhadores, mas a CPT continua apoiando e promovendo a bandeira da reforma.”

Na sexta-feira, em Brasília, o secretário-geral da CNBB, d. Dimas Lara Barbosa, reuniu-se com um grupo de bispos, padres e leigos ligados à CPT e à área social da Igreja para discutir a visita. “Ficou acertado que eles vão conhecer os trabalhos de base da Igreja e também os assentamentos e acampamentos do MST”, contou um dos participantes da reunião, o secretário da coordenação nacional da CPT, Antonio Canuto.

EQUIVALENTE - Por fora da área oficial da Igreja, o MST já tenta manter contatos com os sul-africanos, especialmente com seu equivalente no país, o Movimento dos Camponeses Sem-Terra, criado em 2002. Os contatos são feitos por meio da Via Campesina, organização internacional que tenta estimular ações pela reforma agrária e contra o agronegócio em várias partes do mundo.

A Via Campesina critica o modelo de reforma agrária adotado na África do Sul em 1994, com o apoio do Banco Mundial. Em vez de distribuir terras, como no Brasil, ele estimula programas de compra e venda entre trabalhadores mais pobres.

A comitiva que virá ao Brasil em julho deve ser coordenada por um bispo e terá a presença de especialistas leigos da área social.

Ativistas ocupam sede do Incra no Recife - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008

Cerca de 100 agricultores ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam na tarde de ontem a sede da superintendência do Incra no Recife. Segundo o integrante da direção estadual e líder da ação, Alexandre Damásio, a invasão é por tempo indeterminado e hoje eles devem trancar o prédio, impedindo a entrada de funcionários. Para isso, é esperado reforço de mais agricultores.

Os sem-terra mantiveram os portões do Incra fechados das 13h30 às 15h30, período em que não permitiram a entrada e saída de servidores. Depois, o portão foi liberado, condição imposta pela superintendência para o diálogo. Até o início da noite ninguém da diretoria havia aparecido para conversar com os manifestantes, que espalharam cana pela sede.

O MST quer o desmembramento de 18 dos 45 engenhos da antiga Usina Catende, localizada no município de Catende (PE), e a imediata liberação de crédito de fomento para a área.

A usina Catende teve falência decretada em 1995 e sua administração foi assumida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), em conjunto com sindicatos de agricultores da região. Na área de 26 mil hectares foi implantado o Projeto Harmonia, que funciona em cooperativa, baseado na produção de cana, piscicultura e pecuária. São 3,5 mil assentados no campo e 400 ex-operários da usina.

O MST condena o modelo adotado pela Fetape. “Defendemos a agricultura familiar e não a monocultura da cana”, frisou Damásio, ao informar que 1,6 mil trabalhadores do MST estão ligados aos 18 engenhos.

Para o diretor de política agrária da Fetape, Paulo Roberto Rodrigues dos Santos, o MST não representa 1% do projeto, que é coletivo. Segundo ele, o movimento arregimenta trabalhadores de outros acampamentos e assentamentos para comprar essa briga. “O MST não tem proposta produtiva e, numa área sem conflitos administrada por trabalhadores, quer introduzir o conflito de forma artificial”, afirmou Bruno Ribeiro, advogado da cooperativa.

Ribeiro admitiu que a cooperativa enfrenta dificuldades, mas observou que, na última safra de cana, Catende bateu recorde, produzindo 1 milhão de sacos de açúcar e faturando R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 29 milhões para os assentados.

O presidente da Fetape, Aristides Santos, afirmou que, desde a falência, as terras da Catende foram desapropriadas. Ele assegura que a experiência dos trabalhadores é positiva e tem o apoio de outros movimentos sociais. “O MST tem procurado atrapalhar o processo em curso e, se tivesse 1,6 mil trabalhadores na área da Catende, como afirma, pela tática que costuma usar, já teria inviabilizado o projeto.”

Damásio admite que é uma disputa de trabalhador (MST) contra trabalhador (Fetape), mas atribui a responsabilidade ao Incra. “Ao Incra cabe a tarefa de fazer a reforma agrária.”

Marcada audiência no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 17/06/2008

Um ano depois de encaminhado à Assembléia Legislativa de São Paulo, o projeto do governador José Serra (PSDB) de regularizar as fazendas com mais de 500 hectares no Pontal do Paranapanema, oeste do Estado, será finalmente objeto de audiência pública. A região responde por mais de 60% das invasões e conflitos fundiários do Estado.

Se aprovada, a medida abrirá caminho para a regularização de 275 mil hectares de terras que, hoje, estão em litígio. A audiência, marcada para quinta-feira, às 14 horas, será uma tentativa do governo de buscar consenso para um projeto tido como altamente polêmico.

Os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Sem-Terra (MST), estão contra a idéia, por entender que a lei regularizaria áreas supostamente griladas e que deveriam ser destinadas à reforma agrária. Os ruralistas, por sua vez, querem pagar um valor menor do que a contraprestação de 15% a 25% - em terra ou em dinheiro - exigida para confirmar a propriedade das glebas.

Até ontem, o Movimento dos Sem-Terra (MST) não tinha sido convidado para o debate, embora o convite já tivesse chegado à União Democrática Ruralista (UDR). A dirigente estadual do MST, Soraia Soriano, disse que o movimento espera ser convidado para decidir se comparece à audiência. O líder dos sem-terra no Pontal, José Rainha Júnior, não pretende comparecer. “O projeto é absurdo, só beneficia o fazendeiro”, disse ele, avisando que a regularização proposta vai intensificar os conflitos na região.

Além do secretário estadual da Justiça e Defesa da Cidadania, Luiz Antônio Marrey, estarão no encontro o diretor do Instituto de Terra do Estado de São Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, e representantes de movimentos e associações. Para o deputado Mauro Bragatto (PSDB), o projeto é produto de inúmeros debates realizados em Presidente Prudente. “O que demonstra sua importância é a cobrança dos diversos setores da sociedade acerca desses conflitos”, disse ele. Se a proposta passar, os fazendeiros poderão regularizar parte das áreas que detêm e o governo do Estado arrecadará recursos para instalar assentamentos.

Pelo projeto, fazendas acima de 500 hectares até 1.000 destinarão 15% da área para o Estado. De 1.000 ha até 2.000, repassarão 20%. E acima de 2.000 hectares, 25%. O ocupante pode desmembrar a área ou oferecer outra na mesma região. Se o fazendeiro não quiser ceder parcela da terra, poderá pagar pelo preço a ela equivalente. O dinheiro será utilizado para políticas de assentamento na região.

Stora-Enso quer reverter decisão - Sandra Hahn – Estado de São Paulo – Nacional
– 17/06/2008

A companhia sueco-finlandesa Stora Enso apresentará hoje recurso administrativo no qual pede reconsideração da decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) que indeferiu pedidos de registro de duas propriedades localizadas na faixa de fronteira em municípios gaúchos. A procuradoria do Incra considerou irregulares os procedimentos, pois não houve autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional, um dos requisitos para a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros da fronteira. No caso do Rio Grande do Sul, as terras pretendidas pela Stora Enso estão próximas às fronteiras da Argentina e Uruguai.

Além do recurso administrativo, a Stora Enso também pretende ingressar com ação judicial para tentar reverter a decisão do Incra. A procuradoria do Incra determinou ainda que o órgão envie os processos à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para investigar a situação dos cartórios que registraram a aquisição de terras. Conforme orientação da procuradoria, o Incra também vai encaminhar os processos ao Ministério Público Federal e ajuizar ação para anular os registros imobiliários de compra das propriedades.

O departamento jurídico da Stora Enso considera que a competência para deferir ou indeferir os pedidos cabe ao Conselho de Defesa Nacional e o parecer do Incra que acompanha os processos “não tem poder decisório”. A empresa também argumenta que o Judiciário já se manifestou sobre a questão na comarca de Cacequi (RS), entendendo ser legal o registro de terras em nome da Azenglever, empresa constituída por executivos brasileiros da Stora Enso.

Quando começou a atuar no País, a Stora Enso constituiu uma subsidiária, a Derflin Agropecuária, que adquiria as terras, mas tinha dificuldades para registrá-las nos cartórios. A multinacional abriu então uma empresa transitória, a Azenglever Agropecuária, em nome de executivos brasileiros, definindo posteriormente sua incorporação pela Derflin. A decisão, explica a Stora Enso, “foi informada às autoridades competentes”, incluindo a procuradoria do Incra. A empresa argumenta que os procedimentos são regulares e estão baseados no entendimento de seu departamento jurídico e em pareceres externos. A Stora Enso já adquiriu 46 mil hectares em oito municípios gaúchos.

O capitalismo e o MST – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 17/06/2008

O MST, sob diferentes denominações, dedicou uma série de ações à destruição e a invasões de propriedades e de empresas do agronegócio. Das ações anteriores, essas se destacam não apenas por sua abrangência nacional — o que já ocorria —, mas por se concentrar em um leque de empresas e setores do agronegócio e mesmo fora dele, como se o seu alvo fosse propriamente — e explicitamente — a sociedade capitalista e o estado de direito.

Um conceito particularmente apropriado para explicar as transformações do campo brasileiro é o de “destruição criadora”, elaborado por Joseph Schumpeter em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. O conceito de “destruição criadora” permite pensar os processos de destruição do capitalismo, próprios de seu movimento, que são criadores de novas etapas, que o colocam num patamar mais avançado. Por exemplo, a indústria de máquinas de escrever foi totalmente destruída, com falências de empresas, lojas, acarretando consigo o desemprego correspondente.

Ora, essa destruição, ocorrida num setor da economia, foi devido a novas invenções, particularmente o computador e todo o mundo eletrônico, mediante novas empresas, mais renda e mais emprego, mudando a própria face do capitalismo contemporâneo.

O resultado, do ponto de vista social, é o desemprego nos setores destruídos e outras formas de emprego e renda nos setores criados.

Se, no entanto, fizermos como os marxistas, que recortam apenas uma fase desse processo, por exemplo, o período inicial de desemprego e falências, com imagens televisivas e reportagens jornalísticas, ficaremos apenas com uma face estanque do processo, como se estivéssemos diante de uma crise iminente do sistema, que daria lugar a uma sociedade socialista.

Poder-se-ia aplicar o conceito de destruição criadora ao desenvolvimento da economia de mercado no campo brasileiro. Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não capitalistas, como a do “latifúndio improdutivo”, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos.

Há, aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que tornaram possível que o Brasil se fizesse um grande exportador de commodities e player internacional. Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio.

Não percebe — ou não quer aceitar — que foi o próprio capitalismo que eliminou o “latifúndio improdutivo”.

Conseqüentemente, o seu objeto de luta se torna o “capitalismo” e o “agronegócio”.

Boa parte dos conflitos fundiários que o Brasil vive atualmente é decorrente do governo anterior, pelo desconhecimento que tinha da verdadeira natureza — digamos leninista, revolucionária — do MST. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em seu livro “A Arte da Política”, escreve: “Nem sequer o MST se afirma abertamente socialista, e muito menos comunista.” A simples leitura dos documentos do MST e de seus textos didáticos sinaliza claramente essa orientação socialista e/ou comunista como se queira chamá-la. Um setor tucano foi capturado pelo discurso da “justiça social”, da “reforma agrária”, como se esse fosse puro e evangélico, não encobrindo todo um projeto autoritário, se não totalitário.

Livre em seus movimentos sob o governo Lula, o MST deu pleno curso a suas ações, voltando-se mais diretamente contra as empresas capitalistas, de preferência as mais modernas, abandonando progressivamente a bandeira do “latifúndio improdutivo”. Essa organização política passou a assumir cada vez mais claramente, publicamente, e não apenas intramuros, para os seus militantes, o seu caráter visceralmente anticapitalista e pró-socialista/autoritário. Suas bandeiras são, agora, as lutas contra o lucro, o agronegócio, as exportações, o modelo econômico, o “neoliberalismo”. O seu instrumento ideológico de ação é a relativização da propriedade privada, produzindo a insegurança jurídica e violando sistematicamente o estado de direito.

DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pesquisa sobre movimentos chega a resultados contraditórios – **Sítio Eletrônico do MST – 17/06/2008**

O jornal *O Globo* divulgou reportagem de Soraya Aggege, no domingo (15/06), com o resultado de pesquisa de opinião sobre os movimentos sociais do campo - MST, Via Campesina, MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), movimentos de quilombolas e CPT (Comissão Pastoral da Terra).

A pesquisa realizada pelo Ibope foi encomendada pela empresa mineradora Vale, que é alvo de protestos dos movimentos sociais, em função dos impactos sociais negativos causados por sua atuação nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro.

A pesquisa aponta que 46% são favoráveis ao MST, enquanto 50% são desfavoráveis. Entre as palavras que descrevem o MST, 27% é “coragem”, 24%, Reforma Agrária; 21%, organização da sociedade; e 21%, justiça e 21%, igualdade social. 65% dos entrevistados manifestaram afinidade com o MST, embora 31% tenham declarado não concordar com o Movimento. Ao mesmo tempo, 45% dos pesquisados associam MST à violência, 61% a prejuízos à economia e 28% não concordam com seus objetivos.

Mas além disso, a pesquisa mostra que 40% acreditam que os fazendeiros não aceitam negociação com os Sem Terra e reagem às ocupações utilizando métodos próprios (com a ação de jagunços, pistoleiros e outros), sem amparo judicial.

Dos entrevistados pela pesquisa, 90% afirmam receber informações sobre os movimentos sociais por meio da televisão, outros 34% pelos jornais; 24% por rádio; 18% pela internet; 8% por revista.

"A pesquisa demonstra apoio da sociedade e do povo brasileiro ao MST, com 46% de aprovação à nossa luta. No entanto, a pesquisa apresenta resultados contraditórios, que atestam o bombardeio de notícias e caracterizações distorcidas dos movimentos sociais pela mídia. Logo, a pesquisa serve muito mais para condenar a mídia pela cobertura limitada e parcial do que a atuação dos movimentos sociais do nosso país", afirma nota do MST.

As entrevistas com 2.100 pessoas maiores de 16 anos, em metrópoles, cidades e regiões do interior de vários estados, foram feitas entre 26 de abril e 6 de maio deste ano.

"A pesquisa acaba por revelar um nível elevado de afinidade e favorabilidade da população para com os movimentos sociais ainda mais relevantes quando se consideram as circunstâncias desfavoráveis que têm para se fazerem conhecidos", analisa o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, doutor em geografia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) é professor da pós-graduação da UFF (Universidade Federal Fluminense).

A seguir, leia na íntegra a análise do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre a pesquisa:

"A pesquisa Ibope para a empresa Vale do Rio Doce deve ser entendida no contexto político em que foi feita. A própria pesquisa faz parte das lutas sociais em que está inserida e tem o objetivo de fornecer informações para que o setor empresarial, no caso representado pela Vale, estabeleça estratégias políticas em face do crescimento dos movimentos sociais no país.

Nesse sentido, a pesquisa parece se justificar posto que "81% dos entrevistados acham que os movimentos sociais estão se espalhando no país" e "69% acham que estão ganhando força" (Pesquisa Ibope/Vale). Por se tratar de uma pesquisa não sobre os movimentos sociais, mas sim sobre o conhecimento que a

população tem sobre os movimentos sociais, a análise dos seus resultados carece de uma investigação mais criteriosa sobre qual a fonte de informação que os entrevistados têm sobre os movimentos sociais.

À exceção do MST, que "22% da população conhece bem e 75% conhece pouco", a opinião sobre os demais movimentos sociais pesquisados diz que "79% nunca ouviram falar da Via Campesina" e "83% nunca ouviram falar da CPT - Comissão Pastoral da Terra".

Tudo indica que a fonte de informação dos entrevistados não são os próprios movimentos sociais, mas sim os grandes meios de comunicação. Esses meios aparecem com grande destaque entre as instituições de maior confiança entre os entrevistados: nas metrópoles, é a 2ª instituição de maior confiança (67%), perdendo para as Forças Armadas (68%) e, no interior, só é a 1ª no interior de Minas Gerais (82%); em Imperatriz (MA) os meios de comunicação perdem para a Igreja Católica (80%), para as Forças Armadas (78%) e para as Igrejas Evangélicas (77%) e, em Cricaré (CE) perde para a Igreja Católica (84%).

Sendo os meios de comunicação a maior fonte de informação dos entrevistados sobre os movimentos sociais, é interessante saber que 65% dos entrevistados tenham manifestado Afinidade com o MST e 53% com os Quilombolas, ainda que 31% tenham declarado não concordar com o MST e 34% com os Quilombolas.

Dentre os entrevistados 46% se declararam favoráveis ao MST e 60% ao Movimento de Atingidos por Barragens - MAB. Esses dados são interessantes na medida em que o conhecimento que os entrevistados têm sobre os movimentos não tem como fonte os próprios movimentos sociais.

Aliás, a pesquisa acaba por revelar dados preocupantes sobre a cobertura de nossa imprensa com relação aos movimentos sociais, haja vista que mesmo sobre o MST, de longe o movimento mais conhecido, 75% dos entrevistados declararam "conhecer pouco". Considerando-se que os movimentos sociais cumprem um papel importante de canalização de demandas sociais não institucionalizadas, esses dados nos dizem muito do caráter extremamente oficial da cobertura da imprensa onde, quase sempre, os movimentos sociais ou são olvidados ou são apresentados de modo desqualificado e como ameaça à ordem social, muitas vezes desrespeitando a boa norma jornalística de ouvir o outro lado.

O MST tem sido o mais visado e a pesquisa capta esse imaginário quando os entrevistados associam esse movimento à palavra Violência, a mais destacada com 45%, à palavra Manipulação, com 24%, a Radicalismo com 20% e com Ilegalidade, também com 19%. Todavia, registre-se que os entrevistados associam o MST a palavras positivas como: Coragem 27%; Reforma Agrária 24%; Organização 21%; Justiça 21%; Igualdade Social 21% e Liderança com 21%. Sendo assim, a pesquisa acaba por revelar um nível elevado de afinidade e favorabilidade da população para com os movimentos sociais ainda mais relevantes quando se consideram as circunstâncias desfavoráveis que têm para se fazerem conhecidos".

O Globo legitima violência contra trabalhadores rurais – **Sítio Eletrônico do MST – 17/06/2008**

Em relação à cobertura da imprensa corporativa, a jornada de lutas dos movimentos sociais teve bastante destaque nos jornais impressos, segundo avaliação do jornalista Bráulio Ribeiro, do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. "As críticas à monocultura do eucalipto, transposição do rio São Francisco, Vale do Rio Doce e grandes empresas apareceram nos principais jornais do país, que destacaram também o caráter nacional das ações", diz.

No entanto, afirma o jornalista, a violência da Brigada Militar Gaúcha nas manifestações no RS - e o apoio da governadora à ação da polícia - "foi legitimada pelo jornal carioca O Globo". Já nos paulistas Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, a cobertura foi mais positiva ao relacionar os atos no Rio Grande do Sul com as denúncias de corrupção contra o governo de Yeda Crusius, acredita o representante do Intervozes.

Ribeiro aponta que na cobertura desta quinta-feira (12) as ações passaram a ser criminalizadas nos editoriais dos jornais Estadão e Folha. "Ambos sustentam a tese de que o MST e a Via Campesina são contra o desenvolvimento nacional, defendem o atraso e utilizam métodos violentos". O jornal O Globo chegou a comparar o MST à Klu Klux Klan, ao afirmar que "em vez de racismo, prega o ódio de classe".

Segundo Ribeiro, a cobertura do periódico carioca vem defendendo que as ações dos movimentos camponeses "são contra o desenvolvimento" desde março, quando mulheres da Via Campesina realizaram ações em todo o país, no dia internacional da mulher.

"Na cobertura dessa jornada de lutas, tanto nas matérias como nos espaços de opinião o jornal tem sido truculento, chamando os manifestantes de vândalos e criminosos", comenta. "Explicitamente, cobram a repressão violenta daqueles que lutam por seus direitos, mas não denunciam os absurdos cometidos pelas transnacionais, que abusam de seu poder econômico e têm sistematicamente desrespeitado decisões judiciais", completa.

Porteiro e enfermeiro 'fiscalizam' R\$ 382 mi - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008

Coube a um porteiro e um auxiliar de enfermagem a incumbência de fiscalizar a aplicação de R\$ 382 milhões liberados nos últimos anos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Marabá, no sul do Pará. A verba é para atender 76,5 mil famílias de trabalhadores rurais de 473 assentamentos em uma área total de 4,4 milhões de hectares. Ciro Antônio Melo, o porteiro, e Osvaldo da Silva Nunes, o auxiliar de enfermagem, não possuem aptidão técnica para fazer esse tipo de trabalho, mesmo assim foram designados pela direção do Incra local.

Para apurar essa e outras irregularidades, a Procuradoria da República em Marabá entrou com ação civil pública na Justiça Federal pedindo a suspensão do repasse de recursos federais. O procurador Marco Mazzoni, autor da ação, teme que o

dinheiro seja desviado para o financiamento de campanhas de candidatos a prefeito e vereador na região.

Os R\$ 382 milhões, repassados nos últimos dez anos, eram destinados à compra de insumos agrícolas, sementes, matrizes animais e à construção de moradias. A partir de levantamento em 99 investigações e processos que citam o Incra e tramitaram nos últimos três meses pela Procuradoria da República em Marabá, ficou constatado que 72% se referiam a má aplicação de recursos para assentamentos.

“Desvios, superfaturamento, descontrole na aplicação, ausência de acompanhamento e corrupção são evidências constantes”, acusa Mazzoni.

Entre as irregularidades, o Ministério Público registra que a fiscalização de uso dos recursos é feita apenas na sede do Incra, mediante contagem de recibos e notas fiscais, sem visita aos assentamentos. O Incra tampouco cobra dos assentados a devolução dos recursos emprestados, aponta a investigação. O Incra de Marabá não quis se manifestar sobre a ação, alegando que ainda não foi notificado pela Justiça Federal. O Pará é campeão nacional de conflitos e mortes no campo há mais de 30 anos.

Brigada Militar remove sem-terra de área próxima a fazenda invadida 9 vezes - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008

A Brigada Militar retirou ontem cerca de 400 sem-terra de dois acampamentos montados em áreas contíguas à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (RS). A operação, feita por 500 soldados, cumpriu determinação da Justiça de Carazinho, que concedeu antecipação de tutela autorizando a retirada, em ação movida pelo Ministério Público gaúcho.

Os dois grupos de sem-terra estavam em terrenos cedidos por simpatizantes e mesmo assim foram desalojados porque a Justiça entendeu que eles usavam os acampamentos para incursões contra a fazenda, área de 7 mil hectares invadida 9 vezes desde 2004. Levantamento do Ministério Público indica que nos últimos quatro anos foram registradas 135 ocorrências, de incêndios a roubos, atribuídos aos acampados.

Na ação, os promotores Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Júnior consideram que houve “utilização perniciososa e anti-social dos acampamentos Jandir e Serraria, verdadeiras bases operacionais destinadas à prática de crimes e ilícitos civis”. Também apontam que as chácaras “não estavam sendo utilizadas para qualquer produção agropecuária digna de nota”.

“Creio que isso não tem precedentes no Brasil e cria uma jurisprudência para evitar situações semelhantes”, comentou Félix Guerra, um dos donos da fazenda. Apesar disso, sua preocupação não acabou. Os sem-terra foram montar seu novo acampamento à margem da BR-386, em Sarandi, a 20 quilômetros da fazenda.

A decisão revoltou os sem-terra. Eles lembraram que estavam em duas chácaras cedidas por simpatizantes, e não invadidos, e que não há provas de que tenham cometido os crimes. “Estão culpando o movimento sem comprovar nada”, comentou o coordenador estadual do movimento, João Amaral. Ele cobrou do governo federal o assentamento de mil famílias no Estado. “Se isso tivesse acontecido, esses acampados nem estariam mais aqui hoje.”

O Ministério Público também anunciou que está movendo outras três ações civis públicas pedindo à Justiça que mande o MST se abster de se aproximar até uma distância inferior a 2 quilômetros da Granja Nenê, em Nova Santa Rita, da Fazenda Palma, em Pedro Osório, e das Estâncias Southall, em São Gabriel.

Oficiais retiram 363 sem-terra de invasão no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul retirou ontem 363 agricultores sem-terra de dois acampamentos na cidade de Coqueiros do Sul (314 km de Porto Alegre). A operação de despejo envolveu cerca de 600 policiais e dois helicópteros. Não houve confronto durante a ação.

O grupo, ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), estava acampado nas proximidades da fazenda Coqueiro. A área já havia sido invadida em 2007.

Em Pernambuco, o MST desocupou ontem a superintendência do Incra em Recife, invadida anteontem por aproximadamente 120 lavradores. Os sem-terra aceitaram se reunir hoje para discutir reivindicações. O movimento quer a posse de uma usina do interior do Estado que faliu.

América Latina bipolar: os movimentos se movem - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 20/06/2008

Está em curso na América Latina uma contra-ofensiva articulada pelos Estados Unidos, misturando estratégias da Aliança para o Progresso com uma política de criminalização dos movimentos sociais. Esse processo de criminalização é ainda mais forte contra as comunidades indígenas, como vemos no Peru, no Chile e na Bolívia. A análise é do sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

A América Latina é peça-chave nas estratégias das empresas transnacionais e dos governos do Norte global. A expansão do mercado transformou a água, os serviços de saúde e a educação em mercadoria. A mercantilização dos recursos naturais é fundamental para a acumulação de capital a médio prazo, colocando a biodiversidade enorme da América Latina no centro dos interesses.

O processo de “refocalizar” a América Latina acelerou-se devido ao fracasso da guerra do Iraque. Os Estados Unidos perceberam que, durante sua relativa ausência, gestaram-se mudanças e os processos sociais avançaram fora de seu controle, resultando em governos progressistas e movimentos sociais fortes que chegaram ao poder através da democracia, sendo que os Estados Unidos usam o discurso da democracia para justificar suas intervenções.

Neste cenário, está se desenvolvendo uma nova contra-insurgência, mistura das estratégias da Aliança para o Progresso e uma política de divisão dos movimentos, especificamente o indígena. O protesto é criminalizado de maneira brutal e a militarização torna-se mais profunda. Incapaz de conquistar apoio popular, o neoliberalismo tenta substituir “desenvolvimento” e “democracia” por “controle” e “segurança”. Isto é consequência do aprofundamento da exclusão social, da miséria e da desigualdade, o que implica na emergência de um fenômeno de fascismo social. Não um regime político, mas uma forma de sociabilidade onde alguns têm capacidade de veto sobre a vida de outros. Corremos o risco de viver em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas.

O melhor exemplo desta lógica é o doloroso aumento da fome no mundo, que mostra a contradição entre a vida e a ânsia de lucro. A emergência do fascismo social mostra que a modernidade, como projeto, está quebrada, porque não cumpriu suas promessas de liberdade, igualdade e solidariedade, e não irá cumpri-las.

Surge, então, a contradição entre o paradigma da segurança e da luta contra o terrorismo e os Estados que reivindicam sua soberania, os movimentos sociais e, especificamente, as lutas dos povos indígenas. Nos territórios indígenas está 80% da biodiversidade latino-americana. Organizações como a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, a Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração do Peru e a Coordenadora Nacional de Ayllus e Marqas, são um perigo para o status quo.

A criminalização da dissidência na América Latina é ainda mais forte contra os indígenas, como vemos no Peru e no Chile. Existe a intenção de transformar os indígenas nos terroristas do século XXI, como mostram os documentos da CIA. O uso das leis antiterroristas contra os dirigentes indígenas está baseado em uma descaracterização total do conceito de terrorismo, uma vez que isto significa atacar e causar danos a civis inocentes. No caso das lutas indígenas, são ataques contra a propriedade privada para defender outra propriedade, a comunitária e ancestral. Isto não cabe em nenhum conceito de terrorismo. A regionalização subnacional tem sido promovida pelo Banco Mundial em forma de descentralização, que apontou a desmembrar o Estado central através da transferência de responsabilidades para os níveis locais. Na Bolívia, existia uma descentralização dirigida pelas autonomias indígenas, a partir de uma visão política e cultural sólida, que permitiu que os indígenas ganhassem alguma coisa com as políticas de descentralização do BM.

Mas a bandeira da descentralização foi assumida agora pelas oligarquias, em resposta à perda de controle do Estado central que elas sofreram. Eles sempre foram centralistas, mas agora levantam a bandeira da autonomia para defender seus privilégios econômicos. Isto gerou um problema político para o movimento indígena na Bolívia, que tem promovido a autonomia dos oprimidos, não dos opressores. A

“autonomia” de Santa Cruz é ilegal sob a velha Constituição; uma nova está para ser aprovada. A decisão das autonomias caberia ao Congresso.

Tenho defendido, na Bolívia, a diferenciação entre autonomias ancestrais e as da descentralização. Proponho entender as autonomias indígenas como extraterritoriais em relação às autonomias departamentais. Deveriam estar baseadas no controle total do seu território, fora da governabilidade descentralizada, uma vez que são anteriores ao processo de descentralização. Mas seria necessário fortalecer a institucionalidade indígena, que ainda é frágil, diante do poder das oligarquias bolivianas.

O debate atual é perigoso, porque existem desejos recíprocos de enfrentamento armado. As oligarquias não querem deixar seus privilégios e os indígenas não vão deixar pacificamente que o país seja dividido. Seriam eles que defenderiam o país.

A Colômbia e o Peru representam o status quo neoliberal e os Estados Unidos na região. São complementares. A Colômbia representa a lógica militar que busca conflitos e tensões, os quais criam condições para a militarização e a intervenção. No Peru, é promovida uma lógica similar, com forte criminalização das organizações sociais, um primeiro passo que prepara a militarização posterior. Existem indícios de que a base de Manta, no Equador, vai se mudar para a Amazônia peruana.

Estamos entrando em uma fase histórica de polarização. De um lado, as políticas de mercantilização buscarão livre acesso aos recursos naturais e a continuidade dos privilégios das elites. Do outro, existe um imaginário radicalizado nas forças progressistas do continente, que desenvolveram concepções diferentes de democracia, desenvolvimento, direitos e sustentabilidade, compartilhadas por cada vez mais pessoas e organizações. As forças dominantes não podem mais cooptar este imaginário radical com suas propostas de proteção social. Por isso a repressão.

O horizonte continua sendo a democracia e o socialismo, mas um socialismo novo; seu novo nome é democracia sem fim. A democracia radical é uma alternativa para duas idéias fundamentais. Não acredito que seja possível mudar o mundo sem tomar o poder, mas também não podemos mudar algo com o poder que existe hoje. Então, devemos mudar as lógicas do poder e, para isso, as lutas democráticas são cruciais e são radicais, por estarem fora das lógicas tradicionais da democracia. Devemos aprofundar a democracia em todas as dimensões da vida. Da cama até o Estado, como dizem as feministas. Mas também com as gerações futuras e com a natureza, o que é urgente para deter a destruição do planeta.

Nosso objetivo é sair de uma democracia tutelada, restrita, de baixa intensidade, para chegar a uma democracia de alta intensidade, que torne o mundo cada vez menos confortável para o neoliberalismo. Mas a realidade não muda espontaneamente. Em política, para fazer algo é preciso ter razão a tempo, no momento oportuno; e ter força para impor essa razão.

** De uma entrevista realizada por Raphael Hoetmer em Lima, Peru, durante a Cúpula dos Povos, em maio.*

Um breve comentário do sobre a pesquisa encomendada pela Vale do Rio Doce para auferir a visão da população brasileira sobre os Movimentos Sociais.

Há erros primários nos quesitos da pesquisa, demonstrando que os próprios pesquisadores desconhecem o que pesquisam. Por exemplo, a Pastoral da Terra nunca foi movimento social. É apenas uma pastoral que presta serviços ao povo do campo. A pastoral não tem base popular própria. Portanto, não faz nenhum sentido estatístico colocá-la ao lado dos reais movimentos.

Mas a pesquisa é muito interessante. Regra geral a população concorda com a causa dos movimentos do campo, particularmente a reforma agrária. Discordam do método. Daí duas conclusões simples: apesar da mídia bater todos os dias que a causa é anacrônica, não conseguiu modificar a opinião pública. Portanto, a causa dos movimentos, aos olhos do povo brasileiro, é justa e atual.

Segundo, a pesquisa mostra que a grande mídia conseguiu transferir a imagem de violentos exatamente para aqueles que são as vítimas da violência. A Pastoral da Terra, em seu Caderno de Conflitos, já registrou o assassinato de mais de 1500 lideranças rurais por conflitos de terra desde 1985. Que alguém aponte alguma lista de fazendeiros mortos. Portanto, se a grande mídia quiser ir às raízes da violência no campo, ela sabe muito bem onde elas estão.

Seria interessantíssima uma pesquisa sobre o agronegócio. O que será que pensa o povo brasileiro a respeito da concentração da terra, do trabalho escravo, do trabalho degradante nos canaviais, do desmatamento da Amazônia, da violência sobre as comunidades tradicionais, sobre os indígenas, dos assassinatos dos trabalhadores rurais?

Para nós que defendemos a causa dos movimentos, não deixa de ser uma ótima notícia. Vamos continuar as lutas por nossas justas causas. Duvido que outros métodos sejam aceitos. Na verdade, quando a grande mídia ataca o método, na verdade está atacando a causa. Qualquer método será válido, desde que não interfira realmente na iníqua estrutura agrária brasileira.

Conclusão, os movimentos, agora respaldados por pesquisas encomendadas por seus adversários, têm até a obrigação de continuar com sua luta justa e apoiada pelo povo brasileiro. Talvez seja hora de serem mais inteligentes nas manifestações, não perante a mídia, mas perante o povo que os apóia.

Por fim, não há o que temer da grande mídia. Essa pesquisa é a prova dos nove que, falem o que quiserem, o que é justo tem sua força própria.

ONG critica trabalho escravo no Brasil – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2008

A Organização Mundial contra a Tortura avalia que o Brasil tem cerca de 8 mil casos de trabalho escravo no campo. Ao divulgar relatório anual, em Genebra, com apoio do presidente de Timor Leste, José Ramos Horta, e do arcebispo sul-africano Desmond Tutu, a entidade admitiu que o governo tem tomado medidas importantes, mas considerou que a situação ainda é grave. “O Brasil continua fortemente marcado por violência, corrupção e impunidade”, alerta no texto. A ONG destaca também casos de violência de policiais e as mortes de 76 líderes indígenas.

Juiz proíbe repasses do Incra em Marabá – Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2008

O juiz federal de Marabá (PA), Carlos Henrique Haddad, ordenou a suspensão de novos repasses para assentamentos da reforma agrária no município, atendendo a pedido de liminar em ação do Ministério Público Federal. Segundo a ação, a superintendência do Incra designou um porteiro e um auxiliar de enfermagem para fiscalizar a aplicação de R\$ 382 milhões liberados nos últimos dez anos para 473 assentamentos. O juiz avisou que multará o órgão se houver mais repasses. A direção do Incra em Marabá não quis se manifestar.

Campos: MST usa botijões de gás em ato – Aloysia Balbi – O Globo – O País – 20/06/2008

CAMPOS. Integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) usaram até botijões de gás, ontem, para tentar resistir à ordem judicial de reintegração de posse da Fazenda São Cristóvão, em São Francisco do Itabapoana, no Norte Fluminense, invadida por cem famílias no início deste ano.

Foram chamados homens da Polícia Federal, da tropa de choque da PM e do Corpo de Bombeiros.

Apesar do clima tenso, a fazenda foi desocupada no fim da manhã de ontem.

A liminar de desocupação foi dada pelo juiz da 1ª Vara Federal de Campos, Fabrício Soares. A desocupação foi tensa e os bombeiros foram chamados quando os sem-terra exibiram os botijões de gás.

O Incra pôs à disposição uma área para os sem-terra no município de Quissamã, mas as famílias preferiram ficar às margens da BR-101, perto da localidade de Travessão, em Campos. Eles queriam mais tempo para sair da fazenda, alegando que iriam começar a colher produtos plantados por eles. O Grupo Othon, proprietário da fazenda e de duas usinas de açúcar e álcool em Campos, comprometeu-se a doar cestas básicas para os sem-terra. Para a coordenação do MST, a Fazenda São Cristóvão é improdutiva, e por isso foi ocupada.

Os proprietários dizem que o imóvel produz cana-deaçúcar e sua ocupação estava prejudicando o início da safra deste ano.

Movimentos sociais condenam juros altos e especulação – **Sítio Eletrônico do MST**
– 20/06/2008

Cerca de dois mil manifestantes deram brilho ao ato "Menos juros, mais desenvolvimento", realizado na manhã desta quinta-feira, em frente ao Banco Central, em Brasília, tomado por forte esquema de segurança.

O ato convocado pela Central Única dos Trabalhadores e pela Coordenação dos Movimentos Sociais reuniu delegações de 17 Estados, além do Distrito Federal, e foi aberto por um representante do Sindicato dos Servidores Públicos do DF, integrante da Delegacia Sindical no BC.

Faixas, balões e cartazes da CUT, da CMS e das entidades populares coloriram a Esplanada, com os estudantes cobrindo as proximidades e a parte detrás do BC com grafites "Fora Meirelles" e exigindo mais recursos para o desenvolvimento nacional.

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, afirmou durante o ato que a elevação da taxa básica de juros é um erro e atenta contra as possibilidades de crescimento econômico sustentado e contra a ampliação de direitos dos trabalhadores. Lembrando também que no momento em que a manifestação acontecia, o presidente Lula e seus ministros estavam reunidos para discutir medidas contra a inflação, Artur defendeu a diminuição das taxas básicas de juros e do superávit primário, ao contrário do que afirmam setores do governo e da imprensa. "Os gastos públicos com saúde, educação e segurança precisam aumentar, e não diminuir", disse.

O presidente da CUT também insistiu que parcela significativa das pressões inflacionárias se devem à especulação praticada pelo empresariado. "Contando com perspectiva de inflação futura, empresários aproveitam para aumentar preços ao consumidor e, assim, ameaçam mesmo a estabilidade econômica, pensando apenas nos seus próprios umbigos e nos lucros. Enquanto isso, ficam de maneira hipócrita e dissimulada defendendo corte nos investimentos públicos", atacou Artur.

Membro da executiva nacional da CUT e da CMS, Antonio Carlos Spis fez uma relação entre a perniciosa política de juros altos e elevado superávit primário, adotada pelo BC, e a de leilões de petróleo, implementada pela ANP, que busca entregar o valioso e estratégico ouro negro para as transnacionais. Spis também condenou o monopólio da mídia, que tenta criminalizar os movimentos sociais enquanto trabalha dia e noite pela desinformação e pela desintegração política, econômica, ideológica, social e cultural do país.

O secretário de Políticas Sociais da CUT nacional, Expedito Solaney, avalia que a repulsa demonstrada pelos manifestantes demonstra que "cada vez mais o nome de Henrique Meirelles expressa uma identidade com os banqueiros e a Bolsa de Valores, especificando para quem ele trabalha". "Por isso este senhor pressiona tanto pelo atraso na pauta. Nós lutamos pelo desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda e defendemos sua saída imediata", defendeu Solaney.

O diretor da CUT-DF, Ismael César, agradeceu o envolvimento e a integração dos movimentos sindical, social e estudantil do Distrito Federal, que garantiram uma expressiva representação da capital e do entorno.

Entre outras lideranças usaram da palavra a presidenta da UNE, Lúcia Stumpf; a presidenta da Conam, Bartíria Lima da Costa; o presidente da UBES, Thiago Mayworm e o vice-presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira).

Líderes no desmatamento ainda não seguem o exemplo – Betina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 20/06/2008

O georrefereciamento realizado no município de Lucas do Rio Verde é o nome chique para uma norma antiga: o levantamento topográfico, a medição de um terreno. Só muda a tecnologia.

Ele voltou à tona nas discussões ambientais com o decreto presidencial de dezembro, nº 6.321, que determinou que todos os 36 municípios que mais desmataram a floresta amazônica façam o seu recadastramento no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sob pena da exclusão dos financiamentos em bancos públicos.

Lucas não está na "lista negra" dos maiores desmatadores, mas por uma pressão de mercado decidiu encarar seus problemas ambientais e fazer compensações. Já a grande maioria dos municípios listados não seguiu o exemplo. De acordo com o Incra, apenas 20% das 15.400 propriedades rurais desses municípios cumpriram com o obrigação.

A senadora Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, acredita que isso se deve em parte à falta de titularidade da terra (incluindo grandes produtores de grãos) e à aposta de que contestações no Congresso pudessem anular o efeito do decreto.

"As pessoas apostaram na revogação do decreto e na desobediência civil", disse Marina, em entrevista ontem ao Valor.

Desde 2002, o Incra determina a medição de todas as propriedades rurais do país acima de mil hectares no momento de sua comercialização. Como a finalidade neste caso é meramente fundiária - acabar com disputas de limites de imóveis -, o órgão exige que o mapeamento seja feito por GPS, que tem margem de erro de apenas 50 centímetros.

No decreto 6.321, o único objetivo é estancar o desmatamento galopante da Amazônia. Por isso, o Incra abriu uma concessão: os proprietários podem realizar o mapeamento por satélite, com uma margem de erro maior. No caso de Lucas, o satélite Spot 5 representa uma margem de erro de cinco metros para cada lado. Dependendo do satélite contratado, maior a definição. Quanto mais definição, mais cara é a imagem. E quem paga é o produtor.

Pelo período de pouco mais de um mês, vencido em abril, os produtores da "lista negra" deveriam ter comparecido ao Incra para recadastrar suas terras. Segundo o órgão, uma força-tarefa foi montada para agilizar o processo. Cerca de 40 novos postos foram criados para este período e 200 funcionários deslocados.

Recentemente, a senadora Kátia Abreu (DEM/TO) apresentou um projeto de decreto legislativo nº 13/2008 que susta cinco artigos do decreto do presidente Lula, entre eles a obrigatoriedade do georreferenciamento. Segundo ela, embora seja uma ferramenta de política pública útil, o tempo dado aos produtores não foi suficiente. "Mesmo que tivéssemos empresas suficientes para fazer o georreferenciamento, o próprio Incra está com pilhas e pilhas para efetivar", disse ela em entrevista à rádio CBN. Em outras palavras: o governo não pode impor aos produtores aquilo que sua própria administração não tem eficiência para cumprir.

Na opinião de ambientalistas, o que poderia ser um nó técnico é apenas uma questão de vontade política. "O georreferenciamento é realizado em um mês, na média", diz o especialista Giovanni Mallmann, da TCN, gerente do projeto em Lucas do Rio Verde.

A iniciativa do município mato-grossense é a prova de que querendo, dá pra fazer. **(BB)**

Ministro do Meio Ambiente quer mudanças na reforma agrária da região, onde assentado é isento de sanções contra desmate - Minc diz que discute planos com o Desenvolvimento Agrário e defende transição com terras, máquinas e crédito, para gerar renda

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que assentados da reforma agrária fornecem madeira a madeireiros ilegais na Amazônia e defendeu mudança "no modelo de assentamentos" na região da floresta. Na gestão da ex-ministra Marina Silva, os assentados vinham sendo poupados de ações contra o desmatamento.

Minc disse ainda que o fundo de preservação da Amazônia, proposto por ele, ganhou o "título duvidoso de fundo Viagra" porque objetiva "manter a floresta em pé". Segundo o ministro, o fundo receberá doações de US\$ 900 milhões neste ano. Antes, a meta era US\$ 1 bilhão.

As declarações de Minc ocorreram durante reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas. No encontro, a comissão anunciou que o Brasil tem 210,7 milhões de hectares de florestas públicas, dos quais 25,3 milhões estão sem destinação, ou seja, não está definido se serão unidades de conservação, terras indígenas ou assentamentos. No cargo há menos de um mês, Minc aproveitou para criticar o modelo de reforma agrária na Amazônia.

No início do ano, o governo Lula isentou os assentados de sanções contra o desmatamento. Entre as penalidades está a restrição ao crédito.

Dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) apontam que os assentamentos da reforma agrária responderam por 7,1% do desmatamento de uma área de 3.849 km², de agosto de 2007 a abril de 2008. Ficaram atrás unidades de conservação (com 6,6% de participação) e terras indígenas (5,1%). As áreas privadas ou "em diversos estágios de posse" respondem por 81,1% do desmate. "O modelo de colonização e reforma agrária na Amazônia está superado. As pessoas estão com pouca renda, saneamento e escola. As pessoas na pobreza acabam fornecendo madeira para madeireiros ilegais", disse. "A alternativa é fazer um modelo de transição, onde haja áreas contíguas de produção, com máquinas e crédito, para as pessoas não ficarem na mão do madeireiro ilegal."

Afirmou que discute mudanças com o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Procurado, Cassel disse, em nota, que o modelo de assentamento na região vem sendo alterado desde 2003. "Desde então, o governo (...) realiza a construção de uma nova política fundiária para a Amazônia Legal. Há um novo enfoque na destinação das terras públicas, baseado no manejo sustentável, preservação e respeito ao meio ambiente e às populações tradicionais", disse.

Minc disse que na próxima semana vai mostrar "os filmes, fotos e ordens judiciais" da apreensão dos primeiros 3.000 "bois piratas", no Pará, como revelou a **Folha** nesta semana.

MST invade dois engenhos de PE e queima carros – Folha de São Paulo – Brasil – 21/06/2008

Lavradores ligados ao MST e à CPT invadiram ontem dois engenhos em Aliança (a 75 km de Recife) e incendiaram cinco veículos das empresas, segundo a polícia. Na ação, os sem-terra teriam agredido um técnico agrícola e roubado um ônibus, dois rádios, 50 enxadas e dois pulverizadores. O veículo teria sido abandonado depois. A Polícia Civil abriu inquérito sobre o caso. Ninguém foi preso.

A ação dos sem-terra aconteceu de manhã, em engenhos pertencentes às usinas Olho D'água e Cruangi. Cerca de 80 lavradores, alguns deles encapuzados e liderados por uma mulher, participaram do ato, segundo a polícia.

O grupo invadiu primeiro a área utilizada pela usina Olho D'água. No local, interceptaram uma camionete e incendiaram o veículo, após retirar os rádios de comunicação e agredir um passageiro.

Na propriedade, queimaram um trator. Depois, fugiram com o ônibus da empresa e o motorista do veículo. Em seguida, foram à usina Cruangi.

No local, incendiaram mais duas máquinas para carregar cana-de-açúcar e uma motocicleta. Após a ação, os sem-terra fugiram para local ignorado.

"Foi um ato de vandalismo, uma falta de respeito total ao patrimônio alheio", disse à **Folha** o advogado da usina Cruangi Alceu Pinto de Souza.

Em nota, O MST informou que agiu em protesto contra a "violência dos seguranças e capangas" das empresas. (**FÁBIO GUIBU**)

MST ataca agronegócio e deixa reforma – O Globo – Capa – 22/06/2008

O Movimento dos Sem Terra vem reduzindo o número de acampamentos e de ocupações, passando a se concentrar em ações contra o agronegócio. Página 15

MST troca a reforma agrária pelo agronegócio – Soraya Aggege – O Globo – O País – 22/06/2008

SÃO PAULO. Os movimentos dos sem-terra estão esvaziando os acampamentos e as ocupações pela reforma agrária no país, enquanto engrossam os protestos contra o agronegócio e as multinacionais. Levantamentos feitos pelo GLOBO mostram que, nos últimos quatro anos, os sem-terra — a maioria do MST — reduziram em 90% seus acampamentos em estradas, considerados estratégicos no movimento por reforma agrária, enquanto que, no mesmo período, o governo só cumpriu em 30% sua promessa de assentar 550 mil famílias — nos últimos cinco anos foram assentadas 150 mil novas famílias.

— Os acampados abandonaram a estrada porque se convenceram da dura realidade: Lula não vai fazer reforma agrária.

Sabendo disso, o MST decidiu engrossar a demanda, e fala agora em combater o agronegócio — diz o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Plínio de Arruda Sampaio, que apóia o MST.

Desde 2003, após a posse de Lula, quando os sem-terra fizeram várias invasões de terras no país, os movimentos têm reduzido gradativamente suas mobilizações pela reforma agrária, ao mesmo tempo que o governo amplia programas como o Bolsa Família e demonstra sua opção pelo agronegócio e as corporações do campo.

Em 2003, 59.082 famílias acamparam nas estradas pela reforma agrária. Nos últimos cinco anos, a quantidade caiu para 10%: até dezembro de 2007, apenas 6.299 famílias se mobilizaram nos acampamentos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A quantidade de famílias em ocupações também diminuiu: o pico histórico foi em 2004, com 79.591 famílias. No fim de 2007, a quantidade caiu para 49.158, segundo a CPT. Ao mesmo tempo, a quantidade de assentamentos novos do governo também foi reduzida. Nos oito anos do governo Fernando Henrique, foram assentadas 400 mil famílias. Lula assentou 150 mil em cinco anos, segundo checagens de pesquisadores sobre os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outro dado que pode explicar a desmobilização é a média de espera nos acampamentos: quatro anos no governo Lula, dois no governo FH, segundo estudos do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp.

Maioria das terras é controlada pelo agronegócio – O Globo – O País – 22/06/2008

SÃO PAULO. Do total de 420 milhões de hectares de terras agricultáveis do Brasil, o agronegócio já controla 300 milhões de hectares, boa parte por grandes corporações agropecuárias, na avaliação do geógrafo Bernardo Mançano.

Cerca de 60 milhões de hectares foram destinados à reforma agrária no país, desde o governo Getúlio Vargas. O restante está distribuído na produção familiar.

— Há então uma espécie de reserva de território do agronegócio.

O problema é essa “reserva” de terras que, na verdade, são devolutas — disse o pesquisador da Unesp.

Segundo Mançano, o agronegócio hoje é controlado pelas grandes corporações, envolvidas no que ele chama de “conjunto de sistemas”: — Elas têm de dois a seis sistemas, com atuação tanto em agricultura como no sistema financeiro.

Elas adotam um modelo que gera poucos empregos, provoca migrações, acaba com a diversidade e devasta regiões inteiras. Os movimentos hoje lutam contra esse modelo das grandes corporações, nacionais ou transacionais.

Para especialista, governo Lula optou por agronegócio O geógrafo Ariovaldo Umbelino, que coordena várias pesquisas na Universidade de São Paulo (USP) sobre a reforma agrária, avalia que os movimentos de massas vivem um momento de refluxo. Na teoria política, significa um ciclo dentro de um contexto histórico maior.

— As lutas de massas vivem um refluxo. Isso, no entanto, não quer dizer que no futuro a pressão não voltará a crescer. O país tem uma demanda reprimida de cinco milhões de famílias.

Para o geógrafo, os movimentos de sem-terra se subdividem hoje em dois grupos: os ligados à Via Campesina, como o MST, que querem uma mudança profunda no modelo econômico, e o “bloco sindical”, que reúne os sindicatos e federações de sem-terra, atualmente mais ligados ao governo — inclusive com cargos públicos.

— Em geral a reforma agrária não aparece mais em primeiro lugar nas reivindicações. Pelos nossos estudos, essa mudança se deve a uma combinação de fatores. O governo Lula fez uma opção preferencial pelo agronegócio — disse Umbelino.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário contesta os especialistas.

Os dados são de que nos últimos cinco anos foram assentadas 448.954 famílias. Para este ano, estão previstos R\$ 4,3 bilhões no orçamento do Incra — aumento de 7,47% em relação ao ano anterior. O ministério nega que a concentração de terras esteja aumentando.

Os dados preliminares do censo agropecuário 2007 revelam que o número de propriedades rurais cresceu de 4,8 milhões para 5,2 milhões, ao mesmo tempo em que o tamanho médio delas diminuiu, segundo o ministério.

Estrangeiro investe mais em terras – O Globo – Capa – 22/06/2008

Nos últimos 7 anos, o investimento estrangeiro no agronegócio cresceu acima da média. O setor primário, que inclui mineração e petróleo, recebeu US\$ 13,1 bi.

Página 36

O apetite dos estrangeiros por terra e petróleo – Patrícia Duarte – O Globo – Capa – 22/06/2008

BRASÍLIA. O processo de internacionalização da economia brasileira entrou numa nova era neste início de século XXI. Estudo inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, pela primeira vez, o investimento estrangeiro direto (IED) nas atividades agrícola, de mineração e de petróleo — o setor primário — cresce a um ritmo superior ao dos ramos industrial e de serviços. Até 2000, o setor primário participava com apenas 2,3% do total desses recursos.

Em 2007, encostou em 14%. A arrancada coincide com o momento em que o país planeja se tornar o maior player agrícola do mundo, em meio às intensas discussões sobre produção de alimentos, biocombustíveis e mineração.

Apesar de a participação do setor primário ainda ser pequena em relação à das demais atividades, houve salto de exatos 500% em sete anos, de 2,3% para 13,8% do total dos investimentos.

Em números, o estoque permaneceu em US\$ 2,4 bilhões até 2000 e pulou para US\$ 13,1 bilhões de 2001 a 2007, com alta de 445%. A indústria recebeu US\$ 79,7 bilhões entre 2001 e 2007, mas a expansão foi de 33,4%.

Biocombustíveis vão ganhar força, diz Sobeet A atração que a agricultura e o extrativismo mineral brasileiros exercem nos investidores é explicada pelo verdadeiro boom, nos últimos meses, nos preços internacionais das principais commodities, encontradas de maneira abundante no Brasil.

Não por menos, o grande avanço do IED dentro do setor primário foi para o segmento de mineração, que respondeu por 71% do total recebido no ano passado. Em 2000, absorvia apenas 41,5%. E o ritmo deve se manter acelerado.

— O Brasil ainda tem um rastreamento geológico insuficiente, e nós sabemos que há muita riqueza mineral para ser descoberta — disse o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Penna.

O interesse é tanto que, somente no último ano, a entidade refez por três vezes suas projeções de investimentos na área para os próximos cinco anos, que passaram de US\$ 25 bilhões para US\$ 47 bilhões. Pelo menos um quarto desse volume virá de fora, de multinacionais que vão aterrissar aqui ou já estão atuando no Brasil.

O interesse dos investidores internacionais no setor primário brasileiro acompanha uma tendência mundial, afirma o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luis Afonso Lima.

Para ele, mineração e petróleo são os grandes destaques hoje no recebimento de recursos externos, mas o ramo agrícola, com foco na produção de biocombustíveis, também vai ganhar corpo.

Muitas empresas, e até fundos de investimentos, já estão trazendo recursos para o país com essa finalidade. O grupo britânico Clean Energy Brazil, por exemplo, já desembolsou US\$ 214 milhões no setor sucroalcooleiro do Brasil em cerca de um ano, com a aquisição de participações acionárias ou o controle total de três usinas de etanol, açúcar e energia. O presidente da empresa, Marcelo Junqueira, explica que também são feitos investimentos nas plantações de cana-de-açúcar das fazendas arrendadas pelas usinas, ajudando na transferência ou no fortalecimento das tecnologias de produção.

— As commodities estão com os preços subindo muito rapidamente no mundo todo.

Estamos aproveitando esse momento — resume Junqueira, que comanda uma empresa criada no fim de 2006 na Bolsa de Londres com o objetivo exclusivo de atuar nesse ramo brasileiro.

Presidente do Ipea alerta para desnacionalização Mas a entrada maciça de recursos internacionais pode ter seu lado negativo. Para o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, o novo cenário requer cuidados, por causa da desnacionalização que pode ser gerada. Ele defende mais políticas de fortalecimento das empresas brasileiras.

Além disso, Pochmann teme pelos empregos, argumentando que, apesar dos recursos de fora que entram no setor primário brasileiro, o nível de ocupação não segue o mesmo ritmo.

— Se continuar nesse ritmo de investimentos de fora, o Brasil ficará sem grandes empresas para competir mundialmente.

Nossa tecnologia pode ficar em segundo plano — afirma Pochmann.

Neste século, por exemplo, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor cresceu apenas 15,94%, enquanto na atividade de serviços o avanço foi de 45,56%.

Se forem considerados todos os trabalhadores, com ou sem carteira de trabalho, a situação fica mais sensível: no setor primário, o número de vagas recuou

8,08% no período. O presidente do Ipea reconhece, no entanto, que a entrada de recursos ajuda a aumentar a produção local.

Lima, da Sobeet, discorda da preocupação e diz que esses recursos são sempre bem-vindos por diversas razões: ajudam a equilibrar o balanço de pagamentos do país; aumentam a oferta de produtos e, portanto, ajudam no combate à inflação; e, principalmente, alimentam a transferência de tecnologia.

Para onde foi o capital

ESTOQUE DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NOS SÉCULOS XX E XXI, POR SETORES

DEFINIÇÕES: Setor primário: Atividades agrícolas e relacionadas ao extrativismo mineral Setor secundário: Indústria da transformação, outras atividades industriais e indústria da construção Setor terciário: Comércio, serviços, alimentação, transporte, educação, saúde, entre outros.

O agronegócio golpista da Argentina - Altamiro Borges – Agência Carta Maior – 23/06/2008

Com o seu locaute prolongado e radicalizado, os barões do agronegócio revelam que não têm qualquer compromisso com a nação ou com o seu povo. A exemplo dos ruralistas brasileiros, os argentinos visam apenas seus altos lucros.

Após 101 dias de locaute golpista, os barões do agronegócio da Argentina decidiram suspender, neste final de semana, o bloqueio às estradas e outras formas violentas de protesto que causaram grave desabastecimento no país e objetivaram desestabilizar o governo democraticamente eleito de Cristina Kirchner. Segundo Alfredo Angeli, o capo da Federação Agrária Argentina, as velhas oligarquias latifundiárias, hoje travestidas de agrobusiness, deverão agora concentrar as energias na pressão aos parlamentares, que iniciam nesta semana a votação do projeto de lei dos impostos sobre exportação de grãos – as chamadas retenções. “Vamos acampar no Congresso”, esbraveja.

O conflito agrário na nação vizinha, rico em lições para os brasileiros, reflete a radicalização da luta de classes na América Latina. De um lado, as quatro entidades ruralistas, com seus interesses distintos, que não aceitam pagar mais impostos, apesar da fortuna acumulada com a valorização do preço das commodities agrícolas e o acelerado crescimento da economia – média anual de 8% nos últimos anos. O agronegócio tem força numa economia assentada no campo. A Argentina é o terceiro maior produtor mundial de soja – quase toda transgênica –, o que rendeu no ano passado US\$ 13 milhões no mercado externo. Também é grande exportador de trigo e carne.

Mídia, generais, bispos e classe média - Os ruralistas contam com o apoio escancarado da mídia hegemônica, com destaque para o abjeto jornal *Clarín*; de velhos generais golpistas, que não escondem sua face horrenda nos protestos da oposição; da hierarquia carcomida da Igreja Católica, saudosa da tortura na ditadura militar, e da chamada classe mérdia, com seus painelaços em bairros ricos de Buenos Aires, como Recoleta e Belgrano. Desde a eclosão do conflito, em 11 de março, estes

setores golpistas não escondem seu desejo de derrubar a presidente Cristina Kirchner. Os mais excitados chegam a pregar a volta da sanguinária ditadura militar, que seqüestrou e matou mais de 30 mil argentinos entre 1976/83.

Para viabilizar este projeto, os barões do agronegócio apostaram suas fichas no caos econômico. O criminoso bloqueio das estradas resultou no desabastecimento de alimentos e combustíveis em várias cidades, inclusive na capital. Indústrias aventaram a demissão de 50 mil trabalhadores em decorrência da falta de matérias-primas e energia. A União Industrial Argentina, maior entidade empresarial do país, alegou que o movimento estaria “forçando” as dispensas. Já a Associação de Supermercados publicou nota afirmando que “os bloqueios de estradas afetaram o transporte de mercadorias em geral, não só de grãos para a exportação”. Com o cruel locaute, que praticamente interrompeu a venda de grãos ao exterior, o governo perdeu US\$ 1 bilhão de impostos ao mês.

O locaute dos “generais da multimídia”- Do outro lado, encontra-se o governo de Cristina Kirchner, com todas as suas ambigüidades. Ela e seu marido, Néstor, foram eleitos com o apoio de setores ruralistas e aplicaram uma política de estímulo ao agronegócio – inclusive liberando totalmente os transgênicos. Como observa Miguel Croceri, professor da Universidade La Plata, os ruralistas sempre foram beneficiados pelo atual governo, “obtendo níveis recordes de lucro e rendas fabulosas com a exportação”. Com a volta da inflação dos alimentos, Cristina decidiu baixar decreto elevando o valor das retenções. Daí a dura reação do latifúndio. Até agora, apesar das vacilações, ela se mostra firme no seu propósito.

Num gesto corajoso, Cristina também procurou mobilizar e politizar a sociedade, participando de protestos públicos. Num deles, em abril último, ela advertiu para o risco de retrocesso político no país. Lembrou que o golpe militar de 24 de março de 1976 também foi precedido do locaute de latifundiários e nomeou lideranças golpistas daquele período que voltaram à ativa. “O passado quer voltar, mas não vai conseguir”, afirmou. Conforme ressaltou, o golpismo atual teria apenas uma marca distintiva. “Desta vez, eles não vieram com os tanques, mas sim acompanhados por generais da multimídia que fizeram o locaute à informação, torcendo e tergiversando”.

Intelectuais, artistas e movimentos sociais - Em apoio à decisão de elevar as retenções, mesmo que com críticas às ambigüidades do governo, estão várias centrais sindicais, a heróica Associação das Madres da Praça de Maio, a maior parte do movimento dos piqueteiros (desempregados) e alguns partidos de esquerda. Na manifestação de quarta-feira passada, que tomou a Praça de Maio com mais de 100 mil pessoas, os bancários paralisaram as agências de Buenos Aires e vários vôos foram atrasados ou cancelados. Conforme descreve a reportagem do jornal *Brasil de Fato*, “a manifestação foi marcada pela pluralidade; artistas e intelectuais estiveram presentes ao lado de integrantes dos movimentos sociais”.

Noutra edição, o jornal entrevista o dirigente da Federação de Terras e Vivendas, o ex-deputado Luis D’Elia, que acusa a mídia de “querer desestabilizar a democracia e gerar condições para a destituição de Cristina”. Hebe Bonafini, líder das Madres da Praça de Maio, conclama o povo a reforçar a luta “em defesa da democracia e da liberdade. Nenhum passo atrás”. Um manifesto assinado por quase

900 intelectuais também critica o golpismo ruralista. E o filósofo Rubén Dri alerta que “o golpe já está em curso. Frases de que ‘estamos em guerra’ e ‘isto é uma revolução’ alimentam a direita que sabe o que quer e a esquerda estúpida”. A seção na Liga Internacional de Trabalhadores (LIT), matriz do PSTU brasileiro, deu apoio aberto ao bloqueio das estradas.

A verdadeira “praga da agricultura”- A suspensão temporária dos bloqueios não encerra os violentos conflitos de classes na Argentina. As retenções, que foram criadas em 1967, suspensas nos anos 90 pelo neoliberal Carlos Menem e retomadas em 2002, têm três objetivos básicos: redistribuir a “renda extraordinária” do setor gerada pelo boom das commodities rurais; garantir subsídios a insumos e combustíveis, que têm seus preços controlados pelo governo; e manter os preços dos grãos e seus derivados no mercado interno. Na violenta recessão do início deste século, este imposto foi um dos principais pilares da recuperação econômica do país, fazendo o caixa necessário para a moratória da dívida externa e para o fim da paridade dólar-peso. Atualmente, representa 13% da arrecadação fiscal da União.

Até economistas cúmplices do neoliberalismo reconhecem que esse imposto é indispensável ao país. Para Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro de FHC, as retenções estão “absolutamente corretas” e são responsáveis pelo “notável crescimento recente da Argentina”. Evitam que o país vire uma grande fazenda, permitindo a sua industrialização e uma melhor distribuição de renda. O economista brasileiro lembra que o Brasil também teve suas retenções, chamadas de “confisco cambial”, entre 1930/80, o que garantiu a industrialização nacional. “O Brasil poderia crescer o dobro se aplicasse essa política, mas aqui ninguém tem coragem de mexer com o setor agrícola”.

Com o seu locaute prolongado e radicalizado, os barões do agronegócio revelam que não têm qualquer compromisso com a nação ou com o seu povo. A exemplo dos ruralistas brasileiros, os argentinos visam apenas seus altos lucros. O discurso nacionalista, carregado de slogans sobre o progresso econômico, serve apenas de fachada para sua ambição capitalista. A postura golpista e preconceituosa também é a mesma. Nas eleições presidenciais brasileiras de 2006, muitos barões do agronegócio colaram em seus carrões adesivos com os dizeres: “Lula, a praga da agricultura”. Não dá para ter ilusões com a nata deste setor, que nunca abandonou o seu passado escravista.

**Altamiro Borges é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, editor da revista Debate Sindical e organizador do livro “Para entender e combater a Alca” (Editora Anita Garibaldi, 2002).*

O capitalismo e o MST - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo –Espaço Aberto – 23/06/2008

O MST, sob diferentes denominações, dedicou uma série de ações à destruição e a invasões de propriedades e de empresas do agronegócio. Das ações anteriores, estas se destacam não apenas por sua abrangência nacional - o que já ocorria -, mas por se concentrarem num leque de empresas e setores do agronegócio e mesmo fora dele, como se o seu alvo fosse propriamente - e explicitamente - a sociedade capitalista e o Estado de Direito.

Um conceito particularmente apropriado para explicar as transformações do campo brasileiro é o de “destruição criadora”, elaborado por Joseph Schumpeter em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. O conceito de “destruição criadora” permite pensar os processos de destruição do capitalismo, próprios de seu movimento, que são criadores de novas etapas, que o colocam num patamar mais avançado. Por exemplo, a indústria de máquinas de escrever foi totalmente destruída, com falência de empresas, lojas, acarretando consigo o desemprego correspondente. Ora, essa destruição, num setor da economia, foi devida a novas invenções, particularmente o computador e todo o mundo eletrônico, mediante novas empresas, mais renda e mais emprego, mudando a própria face do capitalismo contemporâneo. Invenções tecnológicas são destruidoras e criadoras ao mesmo tempo, permitindo uma completa remodelação das relações socioeconômicas. O resultado, do ponto de vista social, é o desemprego nos setores destruídos e outras formas de emprego e renda nos setores criados.

Se, no entanto, fizermos como os marxistas, que recortam apenas uma fase deste processo - por exemplo, o período inicial de desemprego e falências, com imagens televisivas e reportagens jornalísticas -, ficaremos apenas com uma face estanque do processo, como se estivéssemos diante de uma crise iminente do sistema, que daria lugar a uma sociedade socialista.

Poder-se-ia aplicar o conceito de “destruição criadora” ao desenvolvimento da economia de mercado no campo brasileiro, em especial ao agronegócio. Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não-capitalistas, como a do “latifúndio improdutivo”, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos. Há aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que possibilitaram ao Brasil se tornar um grande exportador de commodities e player internacional. Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio. Não percebe - ou não quer aceitar - que foi o próprio capitalismo que eliminou o “latifúndio improdutivo”. Conseqüentemente, o seu objeto de luta se torna o “capitalismo” e o “agronegócio”.

Boa parte dos conflitos fundiários que o Brasil vive atualmente é decorrente do governo anterior, pelo desconhecimento que tinha da verdadeira natureza - digamos, leninista, revolucionária - do MST e de seus apoios partidários. O ex-

presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em seu livro *A Arte da Política*, escreve: “Nem sequer o MST se afirma abertamente socialista, e muito menos comunista.” A simples leitura dos documentos do MST e de seus textos didáticos sinaliza claramente essa orientação socialista e/ou comunista, como se queira chamá-la. O que acontece é que esse setor tucano tinha uma espécie de “óculos” que lhe permitiam ver algumas coisas, e não outras. Foram capturados pelo discurso da “justiça social”, da “reforma agrária”, como se esse fosse puro e evangélico, não encobrendo todo um projeto revolucionário de poder, perseguindo um projeto autoritário, se não totalitário, de tipo socialista e/ou comunista.

Completamente livre em seus movimentos sob o governo Lula, o MST deu pleno curso a suas ações, voltando-se mais diretamente contra as empresas capitalistas, de preferência as mais modernas, abandonando progressivamente a bandeira do “latifúndio improdutivo”. Essa organização política passou a assumir cada vez mais clara e publicamente, e não apenas intramuros, para seus militantes, o seu caráter visceralmente anticapitalista e pró-socialista/autoritário. Suas bandeiras são, agora, as lutas contra o lucro, o agronegócio, as exportações, o modelo econômico, o “neoliberalismo”. Tudo o que cheira a modernidade e inovação é liminarmente recusado. O seu instrumento ideológico de ação é a relativização da propriedade privada, produzindo a insegurança jurídica e violando sistematicamente o Estado de Direito.

A sua finalidade consiste em abarcar todo esse setor da economia brasileira, procurando mesmo, no futuro, talvez imediato, expandi-lo para as zonas urbanas. Signo disso é a aliança entre o MST e uma nova Assembléia Popular, na verdade, o mesmo MST aliado a si mesmo por intermédio da Igreja Católica, que com suas pastorais organiza e apóia essas iniciativas. A Teologia da Libertação e todo um setor esquerdista da Igreja Católica continuam muito atuantes. Com o intuito de aparentar uma diversidade de iniciativas, como se não fosse o próprio MST o organizador dessas invasões, ele se apresenta sob distintas máscaras. Ora aparece o seu braço internacional, a Via Campesina, como se fosse uma iniciativa mundial dos que lutam contra o aumento do preço dos alimentos no mundo; ora o seu braço voltado contra as usinas hidrelétricas, que é quando comparece o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB); ora o seu braço da agricultura familiar, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O objetivo reside em mostrar à opinião pública que vários setores da sociedade se estão voltando contra o agronegócio e a moderna empresa brasileira.

***Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS.
E-mail: denisrosenfield@terra.com.br**

O MST, sob diferentes denominações, dedicou uma série de ações à destruição e a invasões de propriedades e de empresas do agronegócio. Das ações anteriores, essas se destacam não apenas por sua abrangência nacional — o que já ocorria —, mas por se concentrar em um leque de empresas e setores do agronegócio e mesmo fora dele, como se o seu alvo fosse propriamente — e explicitamente — a sociedade capitalista e o estado de direito.

Um conceito particularmente apropriado para explicar as transformações do campo brasileiro é o de “destruição criadora”, elaborado por Joseph Schumpeter em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. O conceito de “destruição criadora” permite pensar os processos de destruição do capitalismo, próprios de seu movimento, que são criadores de novas etapas, que o colocam num patamar mais avançado. Por exemplo, a indústria de máquinas de escrever foi totalmente destruída, com falências de empresas, lojas, acarretando consigo o desemprego correspondente.

Ora, essa destruição, ocorrida num setor da economia, foi devido a novas invenções, particularmente o computador e todo o mundo eletrônico, mediante novas empresas, mais renda e mais emprego, mudando a própria face do capitalismo contemporâneo.

O resultado, do ponto de vista social, é o desemprego nos setores destruídos e outras formas de emprego e renda nos setores criados.

Se, no entanto, fizermos como os marxistas, que recortam apenas uma fase desse processo, por exemplo, o período inicial de desemprego e falências, com imagens televisivas e reportagens jornalísticas, ficaremos apenas com uma face estanque do processo, como se estivéssemos diante de uma crise iminente do sistema, que daria lugar a uma sociedade socialista.

Poder-se-ia aplicar o conceito de destruição criadora ao desenvolvimento da economia de mercado no campo brasileiro. Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não capitalistas, como a do “latifúndio improdutivo”, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos.

Há, aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que tornaram possível que o Brasil se fizesse um grande exportador de commodities e player internacional. Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio.

Não percebe — ou não quer aceitar — que foi o próprio capitalismo que eliminou o “latifúndio improdutivo”.

Conseqüentemente, o seu objeto de luta se torna o “capitalismo” e o “agronegócio”.

Boa parte dos conflitos fundiários que o Brasil vive atualmente é decorrente do governo anterior, pelo desconhecimento que tinha da verdadeira natureza — digamos leninista, revolucionária — do MST. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em seu livro “A Arte da Política”, escreve: “Nem sequer o MST se afirma abertamente socialista, e muito menos comunista.” A simples leitura dos documentos do MST e de seus textos didáticos sinaliza claramente essa

orientação socialista e/ou comunista como se queira chamá-la. Um setor tucano foi capturado pelo discurso da “justiça social”, da “reforma agrária”, como se esse fosse puro e evangélico, não encobrendo todo um projeto autoritário, se não totalitário.

Livre em seus movimentos sob o governo Lula, o MST deu pleno curso a suas ações, voltando-se mais diretamente contra as empresas capitalistas, de preferência as mais modernas, abandonando progressivamente a bandeira do “latifúndio improdutivo”. Essa organização política passou a assumir cada vez mais claramente, publicamente, e não apenas intramuros, para os seus militantes, o seu caráter visceralmente anticapitalista e pró-socialista/autoritário. Suas bandeiras são, agora, as lutas contra o lucro, o agronegócio, as exportações, o modelo econômico, o “neoliberalismo”. O seu instrumento ideológico de ação é a relativização da propriedade privada, produzindo a insegurança jurídica e violando sistematicamente o estado de direito.

***DENIS LERRER ROSENFELD** é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Setor agrícola demitiu 700 mil pessoas em 30 anos em SP – **Sítio Eletrônico do MST – 23/06/2008**

O setor agrícola brasileiro demitiu mais de 700 mil pessoas nos últimos 30 anos no estado de São Paulo. A informação pertence a um estudo realizado pelo campus de Marília da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A pesquisa mostra que a mecanização das lavouras, o crescimento de alguns cultivos e a concentração de terras são os principais fatores do problema. Nos anos 90, a cana, por exemplo, representava 33% das culturas mais plantadas em São Paulo. Já em 2006, ela representava 56%.

O professor docente e autor do estudo, José Marangoni, afirma que no caso do algodão, as inovações tecnológicas e a concentração fundiária ocorridas nesse período diminuíram o número de empregados por hectare em mais de 80%. No caso do trigo o número é de 70%.

“Grande parte desse êxodo foi resultado das modificações que ocorreram no campo. Tivemos um processo de modernização conservador, um processo de concentração ainda maior da terra. E as políticas que foram implantadas favoreceram esse modelo, mesmo porque, temos também perda de participação dos proprietários agrícolas de São Paulo. Houve uma redução bastante acentuada do número de proprietários.”

Se o número de trabalhadores diminuiu mais de 60% entre 1971 e 2004, o de máquinas agrícolas triplicou entre 1970 e 2000.

Marangoni defende que é preciso uma mudança de modelo para o desenvolvimento sustentável do campo que reverta esse processo de êxodo. Ele lista algumas alternativas.

“Associação de produtores, produção de mercadorias de maior valor agregado que tenham preocupação em abastecer mercados locais e regionais e a própria redistribuição da terra.”

Documentos revelam: MP gaúcho pretende "dissolver" o MST – Sítio Eletrônico do MST – 24/06/2008

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentou, na segunda-feira, 23 de junho, documentos que comprovam uma estratégia do Ministério Público Estadual para "dissolver" o MST. Uma ata do Conselho Superior do Ministério Público, em reunião em 3 de dezembro do ano passado, comprova as denúncias.

Na reunião, o MPE decide proibir qualquer deslocamento de trabalhadores Sem Terras, incluindo marchas e caminhadas, intervir em escolas de assentamento, criminalizar lideranças e integrantes e "desativar" todos os acampamentos do Rio Grande do Sul.

As decisões do MPE já estão sendo postas em prática desde o ano passado. Mais recentemente, dois acampamentos, em áreas cedidas, foram despejados e o acampamento de Nova Santa Rita, em uma área de assentamento, foi congelado, com as famílias impedidas de entrarem ou saírem do acampamento judicialmente. A posição do Ministério Público coincide com a acentuação do uso de violência pela Brigada Militar em mobilizações de qualquer movimento social, como no dia 11 de junho, quando dezenas de pessoas foram feridas por balas de borracha e cassetetes. Um agricultor teve hemorragia interna em consequência das agressões e permaneceu uma semana hospitalizado.

Segundo o advogado Leandro Scalabrin, autor da denúncia, a decisão do Ministério Público ofende o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, especialmente o artigo 22, nº 1. Este pacto foi reconhecido pelo Governo brasileiro através do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Ofende também a Constituição Federal. O artigo 5º, inciso XVII, diz que "é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar."

Documentos do próprio relatório contradizem a apuração dos Promotores: um inquérito da Polícia Federal, realizado entre janeiro e agosto do ano passado, verificou que não há "qualquer ligação com a FARC ou até mesmo estrangeiro no local" e conclui que "inexiste crime contra segurança do Estado".

Com a revelação do documento, comprova-se que o Rio Grande do Sul é hoje cenário de uma estratégia dos Poderes executivos e judiciários que ameaça às liberdades conquistadas com o fim da ditadura militar. O teor dos documentos e a própria prática destas instituições representam uma volta ao autoritarismo, ao desrespeito à Sociedade Civil e a incapacidade em respeitar a pluralidade política e social.

Agrava-se esta situação que estes poderes são financiados pelas verdadeiras ameaças à Segurança Nacional: empresas como a sueco-finlandesa Stora Enso, doadora da campanha eleitoral da Governadora, que adquire ilegalmente terras na faixa de fronteira, desprezando a legislação brasileira com o aval dos Poderes executivo e judiciário. **Coordenação Estadual MST - RS*

Texto que pede "dissolução" do movimento serve de base para 8 ações contra sem-terra - "Não há como dissolver o que não existe do ponto de vista legal", diz advogado do movimento sobre o fato de o MST não ter um CNPJ

O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul aprovou relatório que pede a "dissolução" do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e já serviu de base para oito ações judiciais contra sem-terra, que incluem proibição de marchas e autorização de despejos e deslocamento de acampamentos.

"Voto no sentido de designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade", afirma o promotor Gilberto Thums, em relatório obtido pela **Folha** e aprovado por unanimidade pelo conselho no final de 2007.

Os promotores, além de mirar na intervenção de escolas ligadas ao movimento, buscam agora um mecanismo jurídico para apresentar à Justiça o pedido de dissolução do MST. As ações atuais têm o apoio também do governo gaúcho, segundo os sem-terra. "Nós conseguimos, com a ajuda da Polícia Militar, identificar todos [os militantes do MST]", disse o promotor Thums, que completou: "Quem invadir, quem depredar, quem praticar atos de vandalismo e de sabotagem vai ser preso, pois já estará identificado como integrante desse movimento. Vamos mover processo criminal contra eles". Para o MST, trata-se da ofensiva jurídica mais dura de sua história. Como contra-ataque, o movimento promete denunciar a ação dos promotores em organismos internacionais, como ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos).

Criado em 1984, o MST não existe juridicamente, portanto não é simples a tarefa de extingui-lo. Numa estratégia de blindagem, justamente contra ações como a do Ministério Público, não há um CNPJ para ser anulado nem presidente para ser preso ou processado.

Para o MST, em termos de "repressão" à sua atuação, a iniciativa dos promotores só fica atrás do massacre de Eldorado do Carajás, quando, em abril de 1996, 19 sem-terra morreram em ação de desobstrução de rodovia pela PM paraense. "Não há como dissolver o que não existe do ponto de vista legal. Numa hipótese doida, o que eles [promotores] poderiam fazer é [pedir à Justiça] a decisão de proibir todos de se reunirem como MST. A única possibilidade seria essa", disse Juvelino Stronzake, advogado do movimento. "Se retiramos o massacre de Eldorado do Carajás, esse é o fato mais marcante da história do movimento. É significativo por ser instância do Estado tentando limitar a organização popular. Só tivemos situações como essa, de proibir marchas, na ditadura", completou.

A idéia do Ministério Público do Rio Grande do Sul é chegar ao ponto de proibir qualquer órgão do Estado de negociar contratos e convênios, com o movimento. "Cabe ao Ministério Público agir agora. Quebra a espinha dorsal do MST", diz um dos trechos do relatório.

Documentos revelam: MP gaúcho pretende “dissolver” o MST – **Sítio Eletrônico do MST – 24/06/2008**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentou hoje (23/06) documentos que comprovam uma estratégia do Ministério Público Estadual para “dissolver” o MST. Uma ata do Conselho Superior do Ministério Público, em reunião em 3 de dezembro do ano passado, comprova as denúncias.

Na reunião, o MPE decide proibir qualquer deslocamento de trabalhadores Sem Terras, incluindo marchas e caminhadas, intervir em escolas de assentamento, criminalizar lideranças e integrantes e “desativar” todos os acampamentos do Rio Grande do Sul.

As decisões do MPE já estão sendo postas em prática desde o ano passado. Mais recentemente, dois acampamentos, em áreas cedidas, foram despejados e o acampamento de Nova Santa Rita, em uma área de assentamento, foi congelado, com as famílias impedidas de entrarem ou saírem do acampamento judicialmente.

A posição do Ministério Público coincide com a acentuação do uso de violência pela Brigada Militar em mobilizações de qualquer movimento social, como no dia 11 de junho, quando dezenas de pessoas foram feridas por balas de borracha e cassetetes. Um agricultor teve hemorragia interna em consequência das agressões e permaneceu uma semana hospitalizado.

Segundo o advogado Leandro Scalabrin, autor da denúncia, a decisão do Ministério Público ofende o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, especialmente o artigo 22, nº 1. Este pacto foi reconhecido pelo Governo brasileiro através do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Ofende também a Constituição Federal. O artigo 5º, inciso XVII, diz que “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.”

Documentos do próprio relatório contradizem a apuração dos Promotores: um inquérito da Polícia Federal, realizado entre janeiro e agosto do ano passado, verificou que não há “qualquer ligação com a FARC ou até mesmo estrangeiro no local” e conclui que “inexiste crime contra segurança do Estado”.

Com a revelação do documento, comprova-se que o Rio Grande do Sul é hoje cenário de uma estratégia dos Poderes executivos e judiciários que ameaça às liberdades conquistadas com o fim da ditadura militar. O teor dos documentos e a própria prática destas instituições representam uma volta ao autoritarismo, ao desrespeito à Sociedade Civil e a incapacidade em respeitar a pluralidade política e social.

Agrava-se esta situação que estes poderes são financiados pelas verdadeiras ameaças à Segurança Nacional: empresas como a sueco-finlandesa Stora Enso, doadora da campanha eleitoral da Governadora, que adquire ilegalmente terras na faixa de fronteira, desprezando a legislação brasileira com o aval dos Poderes executivo e judiciário. ***Coordenação Estadual MST - RS**

Ministério Público flagra servidão por dívida em usinas – Sítio Eletrônico do MST
– 25/06/2008

Equipes do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego flagraram 118 trabalhadores em condições degradantes em usinas de cana-de-açúcar do interior de São Paulo e Minas Gerais. A ação foi realizada entre os dias 3 e 14 de junho. Os fiscais também constataram a ocorrência de esquemas ilegais de aliciamento e a servidão por dívida dos trabalhadores, que vinham de regiões pobres como o Vale do Jequitinhonha (MG) e de outros estados como Bahia, Maranhão e Ceará. O Ministério Público do Trabalho encontrou mais de 80 documentos pessoais dos trabalhadores, como RG, CPF e títulos de eleitor, retidos em uma mercearia do município de Fronteira (MG). Eles seriam utilizados como garantia do pagamento da dívida. Dos 118 trabalhadores libertados, 55 eram da Usina Agrisul, em Icém (SP).

fonte: [Repórter Brasil](#)

MST vê ação para tentar dissolvê-lo – Estado de São Paulo – Nacional –
25/06/2008

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos do Senado em Porto Alegre, movimentos ligados à Via Campesina acusaram o Ministério Público gaúcho de tentar dissolver o MST. Eles mostraram ata de reunião, de 3 de dezembro, em que o Conselho Superior vota a abertura de ação “com vistas à dissolução do MST e à declaração de sua ilegalidade”. O Ministério Público diz ter cancelado a ação em abril.

União vai recadastrar terras de estrangeiro - Vera Rosa – Estado de São Paulo –
Nacional – 25/06/2008

O governo vai promover o recadastramento, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dos imóveis rurais de estrangeiros e de entidades sem fins lucrativos financiadas por recursos internacionais na Amazônia Legal. Além disso, o ingresso em território indígena e em áreas de proteção ambiental, naquela região, ficará condicionado, até o fim deste ano, à apresentação de visto temporário ou registro de permanência por parte de visitantes do exterior.

O pacote de medidas consta de relatório preparado pela Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Defesa para controlar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia e impedir a biopirataria e a venda de terras na floresta. A PF já está investigando operações realizadas ali pelo empresário sueco Johan Eliasch - que comprou 160 mil hectares na Amazônia - e fechará o cerco às ONGs. A entrada em reservas indígenas e áreas estratégicas passará pelo crivo dos ministérios da Justiça e da Defesa assim que

for editado decreto presidencial sobre o assunto, previsto para setembro. A multa para quem descumprir a ordem vai variar de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil.

“Não é nosso objetivo criminalizar as ONGs, mas precisamos separar o joio do trigo”, afirmou o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. Embora o principal alvo do governo seja limitar a invasão estrangeira, o secretário nega que as medidas tenham esse intuito. “Isso seria discriminatório”, alegou. “O que nós queremos é controlar a entrada de entidades de fachada para comércio ilegal de terras, exploração de índios e biopirataria.”

O relatório, obtido pelo Estado, sugere que a União condicione a compra de imóvel rural situado na Amazônia - tanto por parte de estrangeiros como de brasileiros - à aprovação do Conselho de Defesa Nacional. Mais: quer que a aquisição da propriedade seja vinculada a “finalidades sociais”, como projetos agropecuários.

“É imprescindível e legítimo regular e impor restrições a entidades que recebam recursos públicos, executem funções ou políticas públicas ou, ainda, que exerçam atividades em locais sensíveis à soberania e aos interesses nacionais (como é o caso da Amazônia Legal)”, destaca o documento.

A força-tarefa promovida pelo governo constatou que a União não tem controle sobre a entrada de ONGs na região e muito menos sabe o seu número. O relatório diz, por exemplo, que o cadastro do Ministério da Justiça abriga apenas 27 entidades autorizadas a funcionar nos Estados da Amazônia Legal e 163 em todo o País. Pelos cálculos dos militares, porém, há 100 mil ONGs que atuam somente na Amazônia.

A lista dos problemas encontrados pela equipe - chamados no relatório de “condutas desviantes” - é imensa. Vai de desvio de recursos repassados às ONGs até autorizações dadas pela Funai para que estrangeiros entrem em reservas indígenas sem visto, passando por entidades de fachada, ligações nebulosas com políticos, espionagem, superfaturamento e campanhas de internacionalização da Amazônia. O governo também descobriu uma triangulação para que as terras, registradas por empresas brasileiras, permaneçam sob controle de estrangeiros.

Hora do MST - O Globo – Opinião – 25/06/2008

Uma das inúmeras virtudes da democracia é permitir a observação de como os diversos agentes políticos se movimentam na sociedade.

Não há projeto de poder dissimulado, plano oculto, que resista à exposição existente nas livres disputas democráticas. Mais cedo ou mais tarde cai a máscara da organização política que pretenda enganar a opinião pública.

Um caso exemplar é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido no Sul do país de uma aliança entre a Teologia da Libertação, fração da Igreja, e segmentos da esquerda radical. Um produto, enfim, dos laboratórios de ideologias das décadas de 60 e 70, quando se tentou misturar Marx e Cristo.

O MST alçou a antiga bandeira da reforma agrária, simpática a boa parte da população, até ficar evidente que o verdadeiro projeto do movimento é antidemocrático, autoritário.

Só pela força o projeto de país dos sem-terra seria executado.

O próprio avanço da agricultura moderna, no qual “latifúndio improdutivo” é termo que caiu em desuso, ajudou a desmontar o ardil dessa organização política, que se apresentava como defensora de agricultores oprimidos pelo “grande capital”. O vandalismo, tendo como alvo grandes e modernas empresas, o recrutamento de lumpens, na ausência dos “agricultores oprimidos” — já absorvidos pela grande empresa agrícola ou levados pelas migrações a médias e grandes cidades —, para operações de cunho terrorista, revelaram por inteiro o que são o MST e satélites (Movimento dos Atingidos por Barragens e Via Campesina, esta uma organização multinacional).

Pesquisa realizada pelo Ibope nas regiões metropolitanas, sob encomenda da Vale — uma das vítimas da organização —, demonstra a perda de sustentação política do MST na população urbana: 45% associam a sigla à violência; 60% acham que o movimento e aliados se aproximam da criminalidade, e 69% consideram que esses grupos mais manipulam e geram conflitos do que organizam e conscientizam.

A prova da mudança de rumo do MST está na redução no número de ocupações e acampamentos, substituídos cada vez mais por ataques ao agronegócio (destruição de laboratórios agrícolas) e empresas internacionalizadas (obstrução de ferrovias da Vale).

Já passou da hora de o poder público defender o estado de direito democrático do avanço do MST.

Nesse sentido, merece apoio a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de promover uma ação pública contra o movimento. Não era sem tempo.

Acusação do MP é uma farsa, afirma dirigente do movimento – **Sítio Eletrônico do MST – 25/06/2008**

O integrante da direção nacional do MST, Cedenir de Oliveira, radicado no Rio Grande do Sul, denuncia articulação entre o Ministério Público estadual, a Brigada Militar e o poder econômico para reprimir as organizações contrárias o uso da terra à serviço dos interesses do capital internacional.

"O processo do Ministério Público em pedir a dissolução do MST revela um posicionamento ideológico. Essa acusação de violência é uma farsa".

Também ouça no UOL News entrevista de Cedenir e de Jacques Távora sobre a criminalização do MST no RS, no seguinte endereço: noticias.uol.com.br/ultnot/2008/06/25/ult23u2495.jhtm

Abaixo, confira a íntegra da entrevista com Cedenir de Oliveira, publicada no Terra Magazine:

O promotor do Ministério Público Gaúcho Gilberto Thums qualificou o MST como "organização criminosa" e "braço de guerrilha". Qual a sua opinião sobre as essas declarações? Cedenir de Oliveira - O que se apresenta aqui no Rio Grande do Sul é uma das maiores articulações políticas, jurídicas, econômicas e militares após a ditadura militar. Essa indignação é por temos feito mobilizações que

questionam a forma como esse modelo econômico está sendo implementado na nossa sociedade, e sobretudo na agricultura, que entrega aos interesses do capital internacional a nossa terra e a nossa riqueza. E quem pensa diferente está sendo tratado como criminoso, como bandido. O processo do Ministério Público em pedir a dissolução do MST revela um posicionamento ideológico. Quem fala isso é porque não conhece nossos assentamentos, nossas escolas e nosso processo de mobilização que viemos construindo no Rio Grande do Sul durante os últimos 25 anos.

Por outro lado, o promotor acusa o movimento de ter métodos truculentos e violentos durante as mobilizações. Isso é verdade? Diria o poeta que você chama de violentas as águas do rio que tudo arrasa, mas não chama de violentas as margens que o oprimem. Ontem pela manhã, nós do conjunto dos movimentos sociais fizemos uma denúncia juntamente com a denúncia do Ministério Público quanto à forma com que a Brigada Militar vem tratando os movimentos sociais aqui no Rio Grande do Sul. Essa acusação de violência é uma farsa. Se pegarmos as imagens de nossas mobilizações, elas revelam de quem é a truculência. Ele (o promotor Gilberto Thums) acusou na entrevista que nós teríamos saqueado um mercado. Isso não é verdade, é uma mentira desse procurador. Nós estávamos fazendo uma mobilização em frente ao mercado nacional e fomos reprimidos. Num segundo momento, nós estávamos parados num parque aonde a polícia avançou e bateu, agrediu, prendeu, os nossos manifestantes. Então, isso revela que há uma articulação entre o Ministério Público estadual, a Brigada Militar, o poder econômico do estado para reprimir as organizações que pensam diferente.

Há alguns meses, foram divulgadas imagens da empresa multinacional Monsanto, instalada no Rio Grande do Sul, que foi totalmente depredada, ação supostamente feita por integrantes do MST. Aquele episódio não demonstra um procedimento truculento dos manifestantes? Olha, me parece que precisaríamos de mais tempo para discutir o caráter das mobilizações, o que significa ações simbólicas que demarcam um posicionamento a essa atrocidade que está sendo feita aqui. O Ministério Público deveria investigar os crimes que as empresas de celulose estão cometendo aqui no Rio Grande do Sul. Tanto é que uma empresa multinacional já comprou terras próximo à fronteira, o que é ilegal, e isso não está sendo visto.

Mas o senhor não nega que houve aquele episódio. Não. Existe algumas mobilizações como foi o caso das companheiras (da Via Campesina) que foram até o viveiro da Aracruz onde fizeram uma manifestação e destruíram as mudas que estariam sido plantadas em terras onde estaria sendo feita a reforma agrária. Ele (Gilberto Thums) fala de que não existe terra para a reforma agrária, mas o que estamos vendo é uma entrega total; foi anunciado que mais de 1 milhão de hectares de terras serão destinados à produção de eucalipto. O que estamos vendo aqui é essa articulação que reprime aqueles que denunciam esse tipo de ações que estão ocorrendo no estado. E a repressão não se restringe ao MST, está recai também sobre as demais organizações populares do estado.

Quais são os procedimentos de uma operação do MST, a partir do momento em que um território é destinado pela União ou pelo governo estadual a um assentamento do movimento? O que é feito na terra? Ela torna-se produtiva logo em seguida? Temos no Rio Grande do Sul mais de 300 assentamentos e mais de 13 mil famílias que se encontram assentadas. Há todo um processo juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que a partir da posse da terra existe vários deveres com quem os assentado que permanece na terra deve cumprir: viver da propriedade, usá-la de forma sustentável. Existem estudos do Incra que indicam que os assentamentos, do ponto de vista

econômico e social, estão numa qualidade de vida muito maior e melhor do que os pequenos agricultores em torno dos assentamentos. Nós não temos nenhuma dúvida sobre isso. Quem fala que os assentamentos não dão certo é porque não conhecem os assentamentos. Nós temos experiências importantíssimas do ponto de vista não só econômico mas também ambiental. Somos os maiores produtores de arroz orgânico do Rio Grande do Sul, a maior experiência da produção de sementes orgânicas de hortaliças estão nas áreas dos assentamentos; nós temos mais de 2 milhões de litros de leite produzidos na metade sul do Rio Grande, o que representa 20% da produção da metade sul do Rio Grande, sem falar do ponto de vista da educação, da saúde e das pessoas que a partir de agora deixaram de passar fome e estão novamente inseridas na sociedade. Muitas vezes este aspecto não é levado em conta, somente quantas sacas por hectare de soja são produzidas, sem levar em consideração quantas famílias estão estudando, estão comendo, dormindo e convivendo novamente na sociedade.

Isso tudo é distribuído pelo mercado gaúcho? Sim, no mercado gaúcho.

Quantos são os integrantes do MST no Rio Grande do Sul? Temos em torno de 13 mil famílias assentadas e 2.500 famílias acampadas no Rio Grande do Sul.

Como o MST vê a questão da propriedade da terra? A terra não deve pertencer a uma pessoa e sim a todos? Isso é verdadeiro. Partimos do princípio de que a terra é um bem natural, que não deve servir aos interesses de uma proprietária ou uma empresa. Para isso ela tem que estar a serviço do desenvolvimento da sociedade. Por isso entendemos que é incompatível um proprietário deter 100 mil ou 1 milhão de hectares de terra enquanto, em contrapartida, hoje no Brasil há mais de 5 milhões de pessoas que não têm acesso à terra. Entendemos que a terra não deve ser da propriedade privada, mas deve servir aos interesses da sociedade. Ela deveria produzir alimentos, e não produzir matérias-primas para os interesses do capital internacional.

Então, esse é o argumento utilizado quando da ocupação de propriedades particulares? É. A própria Constituição nos diz que além da produtividade ela deve cumprir sua função social. Não é somente estar produzindo mercadorias, ela deve ajudar no processo de desenvolvimento regional, com respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas. São requisitos que a Constituição nos garante.

Mas as ocupações não transgridem a Constituição? Não. A Constituição garante que o direito à vida está acima do direito à propriedade privada. O direito à vida, à biodiversidade, a que essas famílias possam viver dignamente, a propriedade privada é fator secundário desse processo.

É verdade que alguns integrantes do MST vendem as terras repassadas pela União e se beneficiam dessa iniciativa? A terra não é de propriedade individual, ela permanece como propriedade do Incra. O Incra dá uma concessão do uso à pessoa, que não é proprietária da terra. O órgão regulador que vê se essa pessoa que está no assentamento está utilizando a terra para o devido fim é o próprio Incra. É verdade que em alguns casos as pessoas que chegam nos assentamentos depois não permanecem; no Rio Grande do Sul, cerca de 5%. Eles ou não se adaptam, ou preferem voltar às regiões de origem.

A reforma agrária avançou nos anos de governo Lula? Não existe um programa de reforma agrária em nosso País, e nunca existiu. O que existe são políticas de assentamentos, que tiveram maior ritmo em alguns momentos. Nesses anos do governo Lula nós aqui do Rio Grande do Sul assentamos apenas 850 famílias, o que está aquém das necessidades e das demandas dos movimentos sociais.

A defesa do MST alega que sua dissolução é impossível, pois o movimento não possui personalidade jurídica. Por que o MST não possui um CNPJ? Porque é um movimento social, dentro do qual as famílias se organizam num processo de luta para a conquista dos seus direitos. Não há a necessidade para que se haja a entidade jurídica. Nosso movimento é de pressão social, não há a necessidade de nenhuma entidade jurídica. Nosso movimento tem a legitimidade pela moral, pela forma, por como assentamos as famílias. Não precisa de presidente, não precisa de CNPJ.

"Ameaça ao MST é golpe na democracia", afirma deputado – **Sítio Eletrônico do MST – 25/06/2008**

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) fez um depoimento na Câmara dos Deputados em defesa do MST e contra a criminalização dos movimentos sociais e o relatório do Conselho Superior do MP do Rio Grande do Sul, nesta quarta-feira.

"O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua belíssima história de batalha pela garantia do direito à terra foram e seguem sendo fundamentais para a horizonte da reforma agrária, ainda não realizada, no Brasil. A mera intenção de dissolver o movimento é um golpe duro em nossa democracia", afirma Valente.

Leia abaixo a versão integral do pronunciamento do deputado, no plenário da Câmara dos Deputados.

Sr.Presidente, sras e srs deputados,

Nossa democracia, mais uma vez, está ameaçada. E, desta vez, a ameaça vem justamente daqueles que têm como dever constitucional garanti-la: o Ministério Público. O relatório produzido pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto, do MP do Rio Grande do Sul, acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e que foi divulgado esta semana pela imprensa, envergonha nosso país e a memória de todos os que tombaram lutando por liberdade no Brasil. É uma peça típica dos períodos mais sombrios da nossa história e assim precisa ser encarada: como uma ameaça à nossa democracia.

Tal relatório foi solicitado e aprovado por unanimidade pelo Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul no final de 2007, que pretendia investigar as ações do MST. Desde então, vem servindo de base para ações judiciais contra os sem-terra. Uma delas enquadrou oito trabalhadores rurais na lei de segurança nacional. Outra autorizou, na semana passada, o despejo de 400 sem-terra de duas propriedades do movimento – uma comprada e outra arrendada, em Coqueiros do Sul, no Norte do estado. Há ações que, pasmem, proíbem a realização de marchas pelos militantes do movimento.

O relatório do Conselho Superior do MP do Rio Grande do Sul tem um objetivo claro e explícito: pedir a “dissolução” do MST. Para isso, utiliza-se de uma lógica de argumentação que já julgávamos extinta em nosso país. O documento afirma, por exemplo, que o movimento possui “uma visão do Brasil frontalmente crítica à atuação do Poder Público”.

Acusa as Ligas Camponesas, organizadas em Pernambuco e consideradas originárias dos movimentos sociais rurais, de “sublevar o campo e incentivar a violência contra os proprietários de terra, criando um clima de guerra civil”. Afirma, sem qualquer prova, que os acampamentos do MST, considerados “verdadeiras bases operacionais destinadas à prática de crimes e ilícitos civis”, são mantidos com

recursos internacionais até das FARC, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Chega ao absurdo de dizer que o MST estaria planejando instalar um “território liberado” dentro do Rio Grande do Sul e que “já existem regiões do Brasil dominadas por grupos rebeldes”.

As barbaridades não param, Sr. Presidente. Baseado em matérias da revista Veja e do Jornal Zero Hora – ambos conhecido por atacarem duramente em suas coberturas o MST –, e em relatórios do serviço secreto da Brigada Militar, o documento também analisa a “doutrina e o pensamento” do MST, identificando as leituras feitas pelos sem-terra.

Acusa autores como Florestan Fernandes e Paulo Freire, lidos pelos sem-terra, de serem ligados a movimentos revolucionários. Das cartilhas dos sem-terra, tiram expressões como “construção de uma nova sociedade” e “poder popular”, como se fossem criminosas. Também criminalizam, na sua avaliação, o caráter leninista do MST, tendo como base, ora vejam, um livro de Denis Rosenfield.

Em síntese, o Ministério Público do Rio Grande do Sul alega que os sem-terra pretendem revogar o regime democrático e se coloca a tarefa de, nessas palavras, declarar sua ilegalidade e quebrar sua espinha dorsal. Trata-se de uma repressão à atuação dos sem-terra que, na avaliação do próprio movimento, representa a ofensiva jurídica mais dura de sua história, ficando atrás apenas do massacre de Eldorado dos Carajás, doze anos atrás, quando 19 trabalhadores foram barbaramente assassinados.

Neste momento, Sr. Presidente, sras e srs deputados, é preciso afirmar que a liberdade de reunião e a liberdade de manifestação e de expressão são direitos constitucionais, garantidos por anos de luta em nosso país. Essa atitude do Ministério Público do Rio Grande do Sul, apoiada inclusive pelo governo estadual, cria e alimenta um estado de tensão que, décadas atrás, deu sustentação ao golpe militar no Brasil. Portanto, é urgente reagir a este relatório e às ações que dele decorreram.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua belíssima história de batalha pela garantia do direito à terra foram e seguem sendo fundamentais para a horizonte da reforma agrária, ainda não realizada, no Brasil. A mera intenção de dissolver o movimento é um golpe duro em nossa democracia. Sua existência e seu fortalecimento, isso sim, é que impulsionarão a construção de uma sociedade democrática, socialista, em que a terra seja um direito de todos e a luta por ela, um dever de cada brasileiro.

Muito obrigado.

Deputado Ivan Valente - PSOL/SP

Somos todos diabos sem-terra - Marcelo Salles – Agência Carta Maior – 26/06/2008

Os militantes sem-terra são demonizados não porque supostamente violentos, baderneiros e corruptos, como afirma a mídia hegemônica. Os militantes sem-terra são enquadrados dentro do arquétipo da maldade porque ousam dizer “não”.

A decisão do Conselho de Promotores do Rio Grande do Sul de pedir a extinção do MST só encontra paralelo nas ditaduras mais sombrias. Seu entulho autoritário já serviu de base para oito ações contra os sem-terra, entre elas despejos

violentos e proibição de manifestações pacíficas. Nesta terça-feira (24/6), a sede nacional do movimento, em São Paulo, foi invadida e vasculhada. São fatos inconcebíveis num Estado Democrático de Direito

A recente ofensiva contra o MST teve início em 4 de março, quando 900 camponesas ocuparam uma fazenda ilegal da empresa Stora Enso, no Rio Grande do Sul. As trabalhadoras protestavam contra o monocultivo de eucalipto praticado nas instalações da transnacional, da mesma forma que haviam feito na Aracruz Celulose dois anos antes. A ação fez parte da Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra. Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, 60 camponesas tiveram seus corpos marcados por ferimentos causados pelas tropas da Brigada Militar e duas foram presas.

Em abril, a juíza Patrícia Rodriguez Whately, a pedido da Vale do Rio Doce, arbitrou multa de R\$ 5 mil contra João Pedro Stédile a cada vez que ele se manifeste em público ou que o MST promova ocupações para denunciar a violenta exploração capitalista que coloca o Brasil entre os países mais injustos do mundo. Segundo Stédile, que não se calou, os 10% mais ricos recebem 23,5 vezes mais que os 10% mais pobres. E de tudo que é produzido, 60,9% fica com os donos do capital e 39,1% com os trabalhadores – proporção que já foi de 50% a 50% na década de 1960.

É a partir daí que devemos compreender as agressões jurídicas contra o MST. Além de alfabetizar e organizar os trabalhadores pobres, reforçando sua auto-estima e mostrando que eles são sujeitos de sua própria história – o que por si só já representa grande ameaça aos donos do poder – o Movimento dos Sem-Terra está na linha de frente da resistência contra a exploração capitalista. Foi o MST quem deu visibilidade à campanha pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce, que pertencia ao povo brasileiro e foi entregue à iniciativa privada por um preço aviltante. É o MST quem chega e afirma que o agronegócio é inimigo da humanidade; que o latifúndio é inimigo do trabalhador; e que as corporações de mídia são sócias da violência.

Por tudo isso o MST vem sendo demonizado. Como no mito do Paraíso Perdido, de John Milton, os militantes sem-terra são identificados como Lúcifer, o anjo rebelde. No mito, Lúcifer não se torna o inimigo número 1 do poder central porque é cruel, mesmo porque em nome de Deus se fizeram as Cruzadas, cujos métodos de conquista são conhecidos pela violência desmedida; Lúcifer não é expulso do Céu em razão de ser um sádico torturador, até porque muitos juízes não se preocupam em punir torturadores, sobretudo nesse pedaço de terra chamado Brasil; por fim, o diabo não se torna inimigo por ser corrupto, essa virtude tão cara ao sistema capitalista. Lúcifer se torna o símbolo da maldade quando se recusa a obedecer a uma norma, quando desafia o poder hegemônico; diz não àquele que tudo vê, tudo sabe, tudo pode.

O mito de John Milton serve como analogia perfeita. Os militantes sem-terra são demonizados não porque supostamente violentos, baderneiros e corruptos, como afirma a mídia hegemônica. Os militantes sem-terra são enquadrados dentro do arquétipo da maldade porque ousam dizer “não”. O MST diz não à privatização da Vale do Rio Doce; diz não ao monopólio do eucalipto, diz não às sementes transgênicas, diz não ao latifúndio, diz não ao agronegócio, diz não à violência

policial contra negros e jovens. Ou seja, recusa-se a aceitar o conjunto de normas que fundamenta o projeto capitalista para o Brasil.

Eis o grande crime do MST: dizer não ao sistema que tudo vê, tudo sabe, tudo pode. Pela rebeldia, enfrentará a fúria dos setores que lutam pela manutenção da exploração do povo brasileiro. Pela justiça de sua causa, receberá o apoio de milhões de brasileiros que ainda não perderam a capacidade de se indignar frente às injustiças. Seremos todos diabos sem-terra. Juntos, vamos lutar e vencer. Como disse outro diabo, o Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas: a raiva e a coragem. A raiva do estado de coisas e a coragem para mudá-lo”.

Stédile nega ter atuado em invasão da Aracruz – Estado de São Paulo – Nacional – 27/06/2008

O líder nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stédile negou ter participado da organização da invasão e depredação do viveiro de mudas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. A declaração foi dada em depoimento ontem à Justiça. A investida da Via Campesina ocorreu no dia 8 de março de 2006. Cerca de 1.500 mulheres entraram na área de expedição e num laboratório da empresa e destruíram 3 milhões de mudas de eucaliptos e equipamentos de pesquisa, um prejuízo calculado em US\$ 700 mil. Foram denunciadas 37 pessoas, entre elas Stédile, como líderes ou organizadores da depredação.

Avança a criminalização dos Movimentos Sociais e de suas lideranças – **Sítio Eletrônico do MST** – 27/06/2008

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público para manifestar sua preocupação diante das tentativas de criminalização dos movimentos sociais, sobretudo do campo, e de suas lideranças. Tudo o que cheire a oposição ao progresso e desenvolvimento que as atividades ligadas ao agronegócio e à mineração dizem trazer, tem que ser rechaçado com veemência, pois a economia é mais valorizada do que os direitos humanos e a defesa do meio ambiente. Os meios de comunicação e o judiciário prestam este serviço ao poder econômico.

É neste contexto que entendemos a condenação de José Batista Gonçalves Afonso, advogado da CPT e nosso companheiro na Coordenação Nacional da CPT e que tem destacada atuação na defesa dos direitos humanos na região de Marabá, PA, e de Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetragri, condenados a dois anos e cinco meses de prisão pelo juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad. A sentença ainda lhes nega o direito a pena alternativa, prevista no Código Penal para penas até quatro anos. O processo se refere à ocupação da Superintendência do Incra em Marabá, em abril de 1999, por mais de 10 mil

trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri e do MST. Quando, 20 dias depois de iniciado o acampamento, o governo decidiu negociar com os trabalhadores, estes, cansados de esperar por alguma resposta, à noite, entraram nas dependências do Incra, impedindo a saída da equipe oficial de negociação do prédio durante o resto da noite e início da manhã do dia seguinte. Os condenados foram responsabilizados por este ato, sabendo-se que o advogado José Batista cumpria apenas o papel de assessor do MST e da Fetagri nas negociações.

A sentença contém contradições visíveis. Afirma com relação a José Batista que...é possível que não tenha incitado a invasão da sede do Incra pelos trabalhadores rurais e parece crível que não teria condições de controlar a multidão exaltada, mas mesmo assim agravou a pena em mais três meses sob a alegação de que os acusados teriam instigado ou determinado a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade.

Neste contexto da criminalização dos movimentos sociais vemos estarecidos que o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, aprovou relatório que propõe: designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade (...) e ainda... intervenção nas escolas do MST. O movimento que o próprio Ibope, em recente pesquisa sobre os movimentos sociais encomendada pela Vale, considera como uma das instituições nacionais é tratado como uma organização criminosa, com ligações com as FARC e grupos terroristas. Ainda mais preocupante é ver que o Conselho se baseou num relatório de procuradores que apresenta textos de Florestan Fernandes, Paulo Freire e Chico Mendes como exemplos da estratégia confrontacional do movimento. Não se via nada semelhante desde os tempos da ditadura!

Com base em relatórios como este, o poder Executivo do estado do Rio Grande do Sul decidiu colocar a Brigada Militar para promover violentíssima repressão contra as agricultoras que protestavam em março em defesa do meio-ambiente, em Rosário do Sul, RS; contra os acampados em área de terra já desapropriada pelo Incra, no município de São Gabriel, RS, no início de maio; e para despejar centenas de famílias acampadas em áreas cedidas por pequenos proprietários, no município de Coqueiros do Sul, no dia 17/06. São ações muito bem orquestradas entre Ministério Público, Judiciário e Executivo. No caso de Coqueiros do Sul a petição datada em 16 de junho recebeu no mesmo dia despacho favorável de mais de 20 laudas do juiz de Carazinho e já na madrugada seguinte mais de 500 homens da Brigada Militar entravam nos acampamentos, de surpresa, antes da chegada do oficial de justiça. Um dos promotores fez questão de deixar explícitos os objetivos desta ação: não se trata de remover acampamentos, e sim de desmontar bases que o MST usa.

Ao mesmo tempo em que os movimentos são atacados e depreciados e que mais de 30 lideranças dos movimentos sociais são investigadas pela Polícia Federal ou tem processos, só na Justiça Federal de Marabá os crimes contra os trabalhadores rurais e seus aliados continuam impunes. O único mandante preso no Pará, Vitalmiro Bastos de Moura, Bida, condenado pelo assassinato de Irmã Dorothy foi libertado por decisão de novo julgamento no tribunal do júri. E as suadas conquistas dos povos tradicionais enfrentam barreiras cada vez maiores como é o caso da suspensão pelo STF da retirada dos arroseiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os constantes ataques de graduados militares do Exército Brasileiro contra a demarcação em área contínua desta área, sob o argumento de defesa da soberania nacional. O mesmo se pode falar dos ataques que acabaram praticamente paralisando as ações de reconhecimento de áreas quilombolas.

A Coordenação Nacional da CPT sente que infelizmente a elite econômica, o agronegócio e a mineração conseguem ditar as ações do Executivo e do Judiciário e em alguns casos do próprio Ministério Público. Repudia veementemente todos os ataques que pretendem deturpar a imagem dos movimentos sociais e manifesta sua solidariedade incondicional de modo especial ao companheiro José Batista, irmão de fé e de luta, ao MST e aos indígenas da Raposa Serra do Sol. Goiânia, 26 de junho de 2008. ***A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra**

MP gaúcho declara MST ilegal em texto sigiloso - Soraya Aggege – O Globo – O País – 28/06/2008

SÃO PAULO. O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul decidiu mudar um documento sigiloso em que anunciava medidas para declarar a ilegalidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de intervir nas escolas do movimento e até cancelar alistamentos eleitorais. Segundo o subprocurador-geral para Assuntos Institucionais, Eduardo de Lima Veiga, o documento, que vazou pela internet, foi mal redigido e será retificado segunda-feira.

— O conselho sequer tem poder para determinar tais acusações, que nem são consensuais. Serão mantidas no documento apenas as medidas protetivas para evitar que o Rio Grande do Sul protagonize um novo Eldorado do Carajás — disse Veiga.

O relator do documento, procurador Gilberto Thums, afirma que houve exagero na redação do texto, porque sua própria opinião foi mais enfatizada que a dos demais conselheiros.

Mas reafirmou que, pessoalmente, considera o MST “um movimento armado de guerrilha”, que tem armas e ajuda internacional, representando risco para a segurança nacional. Thums disse que alguns promotores, que concordam com sua avaliação, estão tomando medidas no sentido de criminalizar o movimento: — Há quatro tipos de pessoas nesses acampamentos: os desvalidos, os vagabundos, os exploradores e os aproveitadores políticos. Eles têm armas, treinam guerrilha e são mais de um milhão no país. Nossa tolerância chegou ao limite.

Ele disse que espera inspirar MPs de outros estados para que o MST seja criminalizado. — Estamos gestando mais três ações importantes: de onde vêm as verbas do MST; o conteúdo pedagógico das escolas deles, que reproduzem textos de Karl Marx e Che Guevara; e uma terceira que corre em sigilo — disse.

Conferência pede transformação da estrutura agrária - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 30/06/2008

Documento final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em Olinda (PE), pede a adoção de um modelo que garanta a soberania alimentar, seja ambientalmente sustentável e produza inclusão social e melhor distribuição de renda no campo.

OLINDA – Os quase dois mil delegados de todo o país que se reuniram durante quatro dias em Olinda (PE) para discutir novas políticas públicas para o Brasil rural aprovaram na noite de sábado (28) o documento final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS). O texto traz

uma série de propostas que apontam para a transformação da estrutura agrária brasileira e para a adoção de um modelo que, além de garantir a soberania alimentar da população, seja ambientalmente sustentável e produza inclusão social e melhor distribuição de renda no campo.

A expectativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é de que as propostas aprovadas na 1ª CNDRSS possam servir de base para a construção de políticas públicas que englobem outros setores do governo. A criação dos programas Territórios da Cidadania (lançado em fevereiro) e Mais Alimentos (que será lançado no dia 3 de julho) fez com que a conferência acontecesse num clima de confiança em relação às políticas desenvolvidas pelo governo federal para promover a variação da produção e uma maior geração de renda para a agricultura familiar. O ministro Guilherme Cassel avaliou positivamente o encontro: “A 1ª CNDRSS foi uma conferência madura. Ela foi capaz de fazer um balanço crítico, de abrir caminhos, de trazer propostas. Ela se posicionou de forma muito clara a favor da reforma agrária e por uma outra estrutura fundiária. Ela se posicionou de forma muito clara contra a monocultura e contra os organismos geneticamente modificados. Ela se colocou de forma muito objetiva por um outro padrão de desenvolvimento, onde a agricultura familiar e sustentável e a reforma agrária têm papel fundamental, pois são capazes de produzir alimentos de qualidade para toda a sociedade brasileira”, disse.

A 1ª CNDRSS teve alguns temas que causaram polêmica e dividiram as opiniões dos trabalhadores rurais, como a produção de alimentos transgênicos, a proibição do desmatamento no Cerrado e a entrada de proprietários estrangeiros em áreas de reserva ambiental brasileiras. No entanto, a busca pelo consenso deu a tônica dos debates travados em Olinda: “A conferência foi afirmativa e construiu unidade política e programática para continuarmos avançando na luta por um país com reforma agrária e com uma agricultura familiar forte. A gente deixou pra trás muita picuinha, muita divergência pequena que nos separava. Hoje, todos os movimentos sociais estão aqui. Eles estão junto com o governo, a gente conversa de igual para igual e constrói políticas públicas junto”, disse Cassel.

Inclusão - A aliança com os agricultores familiares pode se fortalecer ainda mais se o governo acertar a mão em programas como o Territórios da Cidadania. Lançado em fevereiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esse programa começa a manejar no segundo semestre investimentos que chegam a R\$ 12,9 bilhões. Os recursos serão repartidos em 170 ações afirmativas que beneficiarão, segundo os dados divulgados pelo MDA, dois milhões de famílias nos 60 territórios espalhados pelo Brasil. A fase de elaboração do Territórios da Cidadania contou com cerca de 200 eventos em todo o país, reunindo mais de 14 mil pessoas, entre representantes dos movimentos sociais, do empresariado e do poder público. Outro trunfo do governo para promover o avanço da agricultura familiar brasileira é o programa Mais Alimentos, que será lançado oficialmente por Lula na próxima quinta-feira (3) em Brasília. O presidente aposta nesse programa como uma arma eficaz para combater o aumento do preço dos alimentos e ampliar a oferta em todo o país por meio do aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. Segundo o MDA, o programa Mais Alimentos pretende beneficiar um milhão de produtores rurais até 2010 e, para tanto, disponibilizará uma linha de crédito de até R\$ 100 mil por produtor.

MST anuncia ofensiva para cobrar assentamentos no Pontal - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 30/06/2008

Movimento pressionará secretário Xico Graziano durante visita que fará hoje à região; líder José Rainha prepara marcha contra agronegócio

O Movimento dos Sem-Terra (MST) encontrou na demora do licenciamento ambiental para novos assentamentos mais um motivo para confrontar o governo estadual em ano de eleições municipais. No Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, áreas foram desapropriadas há até quatro anos, mas o assentamento das famílias não foi autorizado por falta de aprovação pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, segundo o MST. De acordo com o coordenador regional Valmir Rodrigues Chaves, o secretário Xico Graziano deverá ser cobrado durante a visita que fará hoje à região. “Faremos com que ele saiba que há um grande descontentamento com essa situação.”

Graziano inaugura um portal no Parque Estadual do Morro do Diabo e lança projeto ecológico num assentamento em Teodoro Sampaio - cidade que é a principal base do MST no Pontal. Chaves disse que o governo estadual “tem feito de tudo” para dificultar o assentamento de famílias que permanecem acampadas na região. “Muitas estão debaixo da lona preta faz seis anos ou mais.”

Ele citou como exemplo o projeto de lei do governador José Serra (PSDB) que propõe a regularização das áreas com mais de 500 hectares, objeto de disputa entre os fazendeiros, que se consideram proprietários legítimos, e o Estado, que diz serem terras devolutas. A pendência envolve 275 mil hectares - mais que suficientes para assentar todos os sem-terra da região, segundo o MST. O projeto está na Assembléia e deve ser votado neste ano, mas sua aprovação, segundo Chaves, inviabiliza a reforma agrária. Ele disse que as terras já estão sendo arrendadas para usinas de cana.

Integrantes do movimento ligados ao líder José Rainha Júnior preparam uma grande marcha para protestar contra o que consideram uma “política do Estado a favor do agronegócio” na região. A manifestação ocorrerá entre os dias 23 e 25 de julho e terá três frentes, partindo respectivamente de Tarabai, Rancharia e Santo Anastácio. Na chegada, no dia 25, Dia do Agricultor, em Presidente Prudente, os manifestantes esperam ser recebidos por integrantes do Ministério Público Estadual e da Igreja Católica.

José Rainha, que está afastado dos postos de coordenação do MST, mas lidera um grande número de acampamentos na região, disse que o governo estadual foi rápido para licenciar uma usina de açúcar e álcool do grupo Odebrecht em Mirante do Paranapanema. “A licença saiu em menos de dois anos, enquanto para os assentamentos a demora já tem quatro anos e ainda não saiu.”

É o caso, segundo ele, da Fazenda Porto Maria, em Rosana, desapropriada no início de 2004. Já a fazenda Santo Expedito, em Teodoro Sampaio, aguarda a licença ambiental há três anos. Outros dois projetos de assentamento, nas Fazendas São Camilo, em Presidente Venceslau, e Asa Branca, em Mirante do Paranapanema, estão na fila de licenciamento. “Os trabalhadores estavam dentro das áreas. O governo pediu para que saíssem, mas não deu a licença ambiental.”

A Secretaria do Meio Ambiente informou que a licença prévia para o assentamento de Porto Maria já foi concedida, mas a de instalação, fase final do processo, só ocorreu no dia 12 de junho. De acordo com a secretaria, normalmente a demora entre o pedido e a expedição da licença se deve a documentação incompleta.

VILÕES - Rainha disse que a marcha pretende mostrar “quem são os vilões” do meio ambiente na região. “O grande impacto ambiental no Pontal foi criado pelas hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema, agravado pelo desmatamento promovido pela pecuária extensiva”, acusou. O líder sem-terra disse que não é contra a produção de açúcar e álcool, desde que o trabalhador seja respeitado. “O que não pode é virar tudo canavial, tirando o espaço da agricultura familiar, que produz empregos e alimentos.”

A marcha terá a participação de sindicatos rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de integrantes de outros movimentos de sem-terra, como Trabalhadores Unidos pela Terra (Uniterra), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e Movimento Terra Brasil.

Justiça Federal condena advogado da CPT – **Sítio Eletrônico do MST – 30/06/2008**

No último dia 12 de junho, o juiz da Justiça Federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad, condenou José Batista Gonçalves Afonso a uma pena de dois anos e cinco meses de prisão. José Batista é advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Marabá, membro da coordenação nacional da entidade e tem ampla atuação na defesa dos direitos humanos no Pará. Na mesma sentença, o juiz condenou também à mesma pena Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetagri.

O fato que originou o processo aconteceu em 04 de abril de 1999. Inconformados com a lentidão do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no assentamento de milhares de famílias sem terra acampadas e com a precariedade dos Assentamentos existentes, mais de 10 mil trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), do MST do sul e sudeste do Estado montaram acampamento em frente ao Incra de Marabá. Somente após 20 dias acampados é que o governo decidiu se reunir com os trabalhadores e negociar a pauta de reivindicação. A reunião acontecia no auditório do Incra com 120 lideranças de associações, sindicatos e representantes da Fetagri, da Contag (Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura), do MST e da CPT. Por parte do poder público compunham a mesa de negociação representantes do Incra nacional, Iterpa (Instituto de Terras do Pará) e Banco da Amazônia.

A multidão de trabalhadores ficou do lado de fora da sede do Instituto aguardando o resultado das negociações. Por volta das 22 h, sem resposta, o povo já cansado e com fome, perdeu a paciência e entrou no prédio, ficando em volta do auditório e impedindo a saída da equipe de negociação durante o resto da noite e início da manhã do dia seguinte. O advogado José Batista, que fazia apenas seu papel

de assessor do MST e da Fatagri nas negociações, retirou-se do prédio logo após a ocupação em companhia de Manoel de Serra, presidente da Contag, e Isidoro Revers, coordenador nacional da CPT à época, para tentar mediar o conflito. Mesmo assim foi processado junto com várias outras lideranças, acusado de ter impedido a equipe do Incra de sair do prédio.

Em abril de 2002, o Ministério Público propôs suspensão do processo, mediante pagamento de seis cestas básicas por cada um dos acusados e comparecimento mensal à Justiça Federal, o que foi aceito por José Batista e demais acusados. Ainda durante o cumprimento das condições, a polícia federal indiciou novamente José Batista, e teve início outro processo, pelo crime de esbulho, em razão de um segundo acampamento dos mesmos movimentos em frente ao Incra. Novamente foi proposto a ele o pagamento de cestas básicas para a suspensão do segundo processo, tendo sido aceita a proposta. Cumpridas as condições impostas no primeiro processo e, no momento do MPF requerer a extinção do mesmo, outro juiz (Francisco Garcês Júnior) assumiu a vara federal de Marabá e, sem nenhum fato novo, sem ouvir o MPF, anulou todas as decisões do seu antecessor e determinou o seguimento dos dois processos contra Batista e Nonato. O segundo processo prescreveu no ano passado e o primeiro resultou na atual condenação.

Em nota, a CPT, outras entidades e organizações apontam que “a decisão do Juiz Federal de Marabá é política e demonstra claramente o processo de criminalização imposto pela Polícia Federal e a Justiça Federal de Marabá contra as lideranças dos movimentos sociais da região, que há décadas vêm enfrentado a violência de latifundiários e madeireiros locais bem como a perseguição da companhia Vale”.

A CPT ainda observa que a parcialidade do juiz é evidente não só no fato da condenação, mas também na definição da pena. O crime de cárcere privado, imputado ao advogado, prevê pena mínima de um ano e máxima de três. Ele foi condenado à pena de dois anos e cinco meses de reclusão, agindo o juiz em contra-senso de entendimento por ele próprio expressado na sentença ao afirmar que: “É possível que não tenha incitado a invasão da sede do INCRA pelos trabalhadores rurais e parece crível que não teria condições de controlar a multidão exaltada”. A fundamentação da sentença de condenação se baseou para agravar a pena, na alegação de os acusados teriam instigado ou determinado a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, mas como, se o próprio juiz reconheceu não terem os réus condições de controlar a multidão? Diz também a sentença que houve emprego de grave ameaça contra a pessoa, mesmo não havendo nenhuma prova de tal fato no processo. Alegando isso, o juiz negou ao advogado o direito da pena alternativa.

De acordo com o Código Penal, a pena pode se aproximar ou chegar ao máximo se o acusado, tiver antecedentes criminais, conduta social reprovável e ter cometido crime grave, o que não é o caso do advogado José Batista.

Leia, a seguir, mais um trecho da nota sobre o caso: “Tudo indica que a decisão do juiz tem a intenção de afastá-lo de suas atividades de defensor dos direitos humanos na região. Nos últimos anos, a CPT através de seus advogados vem travando uma dura luta no poder judiciário pela condenação dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang, do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, bem como, fazendo a defesa de centenas de lideranças dos trabalhadores em processos

contra a Vale. Será pura coincidência essa decisão do juiz federal nesse contexto quando os advogados da CPT ao defender os Direitos Humanos e ambientais estão ferindo os interesses de grupos econômicos poderosos da região?

A decisão do Juiz, não é um fato isolado, mas, se insere no processo de criminalização de lideranças dos movimentos sociais e de decisões que favorecem fazendeiros e a Vale que se tornou mais forte na justiça federal de Marabá nos últimos seis anos. Vejam alguns casos:

1.A revogação da prisão preventiva do fazendeiro Aldimir Lima Nunes, o “Branquinho”, denunciado pelos crimes de homicídio, trabalho escravo, aliciamento, ameaças a autoridades federais e grilagem de terra. Preso pela Polícia Federal, depois de ter fugido da delegacia regional de Marabá pelas portas da frente, mesmo assim, foi posto em liberdade em 2004, pela então juiz federal de Marabá.

2.A decretação da prisão de um trabalhador rural, pelo simples fato de o mesmo ter deixado de comparecer a uma audiência de interrogatório porque estava com medo de sair de sua residência e vir a ser assassinado, uma vez que havia sofrido uma emboscada de pistoleiros dias antes, tendo levado quatro tiros. Este trabalhador inclusive havia pedido proteção policial;

3.Deferimento de liminares reintegrando fazendeiros que ocupam ilegalmente lotes em projetos de assentamento - uma das decisões favoreceu o fazendeiro Olavio Rocha que acumulava ilegalmente 19 lotes no Assentamento Rio Gelado, município de Novo Repartimento;

4.Decisões favorecendo fraudadores da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e grileiros de terras públicas na região de Anapú - em janeiro de 2004, o então juiz da vara federal de Marabá (que ainda responde pela vara na ausência do atual juiz titular), cassou mais de uma dezena de liminares que devolviam milhares de hectares de terras públicas na Gleba Bacajá ao Incra. Tais terras tinham sido griladas por madeireiros e fraudadores da Sudam, entre eles, Regivaldo Pereira Galvão e Vitalmiro Bastos de Moura, acusados de serem mandantes do assassinato da Missionária Dorothy Stang, crime que ocorreu meses após a decisão da justiça federal de Marabá. A decisão prejudicou também centenas de famílias que lutavam pela implantação dos PDS's junto com Dorothy;

5.Decisão de requisitar o Exército para dar cumprimento a liminar em fazenda improdutiva ocupada por famílias sem terra e em processo de desapropriação pelo Incra, no município de Marabá;

6.Deferimento imediato de Liminares em favor da Vale sem ouvir o MPF em ações de interdito e reintegrações de posse envolvendo movimentos sociais;

7.Concessão de liminares para vários fazendeiros da região impedindo o Incra de realizar vistoria em fazendas parcialmente ocupadas, embora o Supremo Tribunal Federal já tenha decidido que nestes casos não há obstáculo para que o Incra vistorie o imóvel;

8.Expedição de liminar de reintegração de posse em terra pública onde famílias estão assentadas há 5 anos – devido o Incra não aceitar pagar, num

processo de desapropriação, por uma área que descobriu ter sido grilada por um fazendeiro de Tucuruí, o juiz federal, arbitrariamente determinou o despejo de 112 famílias assentadas, no PA Reunidas, onde existem dezenas de casas construídas e estradas feitas, escola em funcionamento e as famílias produzindo.

9. De seis processos encontrados na Justiça Federal de Marabá onde a Vale responde por crime ou dano ambiental, em quatro deles não há sentença, sendo que um se encontra em fase de investigação pela Polícia Federal há mais de quatro anos. Em outro houve acordo para reparação pecuniária do dano e no último, uma Ação Civil Pública movida pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Ministério Público Federal processando a Vale por dano ambiental, o juiz julgou improcedente o pedido favorecendo a Vale.

10. Mais de 30 lideranças dos movimentos sociais investigadas pela polícia federal ou com processos na Justiça Federal de Marabá.

As regiões sul e sudeste do Pará são conhecidas nacional e internacionalmente pelas graves violações dos direitos humanos no campo. São mais de 800 assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, advogados, religiosos e nenhum mandante cumprindo pena por estes crimes; são mais de 23 mil trabalhadores vítimas de trabalho escravo no Pará nos últimos dez anos, a maioria no sul e sudeste do Estado, área de abrangência da Justiça Federal de Marabá e apenas um fazendeiro condenado cumprindo pena; são centenas de fazendeiros e madeireiros, além da companhia Vale, que ao longo dos anos vêm cometendo crimes ambientais graves: destruindo reservas florestais, fraudando planos de manejo, assoreando rios, devastando a matas ciliares e contaminando nascentes, no entanto, não há informação de um fazendeiro ou madeireiro cumprindo pena por condenação na Justiça Federal de Marabá bem como não se tem conhecimento de nenhuma condenação sofrida pela Vale. Se para punir os poderosos a Justiça Federal de Marabá parece não funcionar, para criminalizar e condenar defensores de direitos humanos ela tem sido bastante eficaz”.

Marabá, 24 de junho de 2008.

Comissão Pastoral da Terra – CPT - regional Pará,
Pastorais Sociais da Diocese de Marabá,
FETAGRI regional sudeste,
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST,
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB,
Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH,
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA,
Centro de Assessoria e Pesquisa – CEPASP,
Conselho Missionário Indigenista (CIMI) Norte 2,
Núcleo de Educação do Campo (NECAMPO)/UFPA,
Escola Familiar Agrícola de Marabá – EFA,
Fórum Regional Sudeste de Educação do Campo,
Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia - FATA,
Laboratório Sócio Agrônomo da Araguaia e Tocantins – LASAT,
COPSERVIÇOS.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnaï, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

